



**Universidade do Estado do Rio de Janeiro**  
Centro de Ciências Sociais  
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas

Lívia Reis Santos

**“A gente chega lá!”**

**Política e voto a partir da perspectiva de um grupo evangélico**

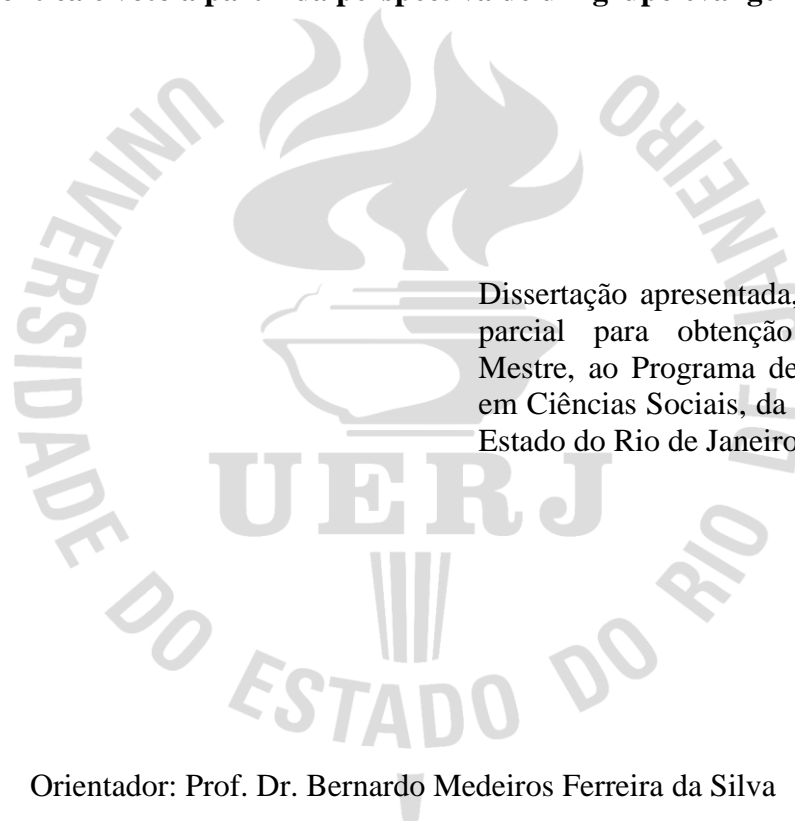
Rio de Janeiro

2013

Lívia Reis Santos

**“A gente chega lá!”**

**Política e voto a partir da perspectiva de um grupo evangélico**



Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Orientador: Prof. Dr. Bernardo Medeiros Ferreira da Silva

Rio de Janeiro

2013

CATALOGAÇÃO NA FONTE  
UERJ/REDE SIRIUS/CCS/A

S237 Santos, Livia Reis.  
“A gente chega lá!” Política e voto a partir da perspectiva de um grupo evangélico / Livia Reis Santos. - 2013.  
138 f.: il.

Orientador: Bernardo Medeiros Ferreira da Silva.  
Dissertação (Mestrado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Evangelismo – Teses. 2. Igreja Internacional da Graça de Deus – Teses. 3. Voto – Teses. 4. Religião e política – Teses. I. Silva, Bernardo Medeiros Ferreira da. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

CDU 283/289

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta dissertação desde que citada a fonte.

---

Assinatura

---

Data

Lívia Reis Santos

**“A gente chega lá!”**

**Política e voto a partir da perspectiva de um grupo evangélico**

Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Aprovada em 02 de março de 2013.

Banca Examinadora:

---

Prof. Dr. Bernardo Medeiros Ferreira da Silva (Orientador)  
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas - UERJ

---

Prof. Dr. Paulo D'Ávila Filho  
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas - UERJ

---

Prof<sup>a</sup>. Dra. Renata de Castro Menezes  
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Rio de Janeiro

2013

## DEDICATÓRIA

À minha família, sempre.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus pais, Celma e Nilton, por torcerem por mim e me apoiarem nos momentos de tensão, angústia e incertezas inerentes ao processo de escrita desta dissertação. Meu muitíssimo obrigada por acreditarem em meus sonhos e me incentivarem a segui-los, sem me deixar desanimar. À Laura e Lucas, irmãos amados, que me suportaram durante esse período desgastante. Ao Kiko, companheiro em todos os momentos, obrigada pela paciência e pelo amor.

Ao Bernardo, meu orientador e amigo. Não tenho palavras para agradecer pelos sambas apresentados, pela inteligência compartilhada, pela paciência e dedicação, por acreditar em meu progresso e pelo cuidado em me explicar aquilo que eu tinha dificuldade em aprender. Não haveria outro orientador capaz de guiar meus primeiros passos no universo das Ciências Sociais com tamanha competência. Seu exemplo me acompanhará pra sempre.

À Camila Pierobon, amiga e companheira de estudos para a seleção do doutorado, de drama na divulgação dos resultados do processo seletivo, de ansiedade na redação de dissertação. À Joana Seabra, pela lucidez e mansidão, sempre acompanhadas da inquietação e da revolta. Só tenho a agradecer à vida e à UERJ por esses dois presentes valiosos. Aos demais amigos da vida, minha segunda família, obrigada pela força, pela compreensão e por não me chamarem para aproveitar as maravilhas do verão carioca. Todos foram importantes nesse processo, cada um à sua maneira: Bruno, Dani, Pati, Mari, Carol Reis, Carolina Rude, Lídia, Deka, Joana e Julinha. São intermináveis os nomes dos que torcem por mim. A todos o meu amor infinito. Ao Bentinho, meu gato, que acompanhou ao meu lado todo este processo.

À Renata Menezes, por quem nutro uma grande admiração e respeito, obrigada por sugerir ideias, indicar caminhos e textos e pelos puxões de orelha. Seu empenho em me mostrar que existem outras formas de observar as relações humanas me colocou no caminho sem volta da Antropologia. À Clara Mafra, futura orientadora de doutorado, agradeço pela leitura atenta do meu trabalho de campo, pela disposição em ajudar e pelas sugestões valiosas, todas aproveitadas no presente trabalho.

Deixo meus sinceros agradecimentos àqueles que, de alguma forma, contribuíram para o pequeno, mas significativo progresso teórico deste trabalho: Paulo D'Ávila, desde a Qualificação mostrando-se disponível para avaliar o trabalho e sugerir caminhos interessantes a seguir. À Christina Vital da Cunha, pela sugestão de pergunta que abre e fecha a dissertação. Ela entendeu o que de fato eu buscava compreender com a minha pesquisa e sugeriu a

pergunta “que diferença faz ser evangélico na hora de definir o voto?”, por mim prontamente acatada. A José Eisenberg, por ter me apresentado ao texto de Moacir Palmeira e Beatriz Heredia que teve tanta importância no decorrer do trabalho. À Maria Cláudia Coelho e Diogo Lyra, essenciais na construção do roteiro de perguntas formulado. As dicas propostas por ambos foram cruciais e sem elas eu certamente não teria sabido aproveitar a multiplicidade de informações ao meu redor. A Augusto, amigo e mestre que desde quando eu era estagiária de direito olhava pra mim e me reconhecia como cientista social: “Você não tem cara de advogada, garota. Tem cara de antropóloga”. Pois é.

Aos meus interlocutores, não poderia deixar de agradecer pela acolhida. Anne, Patrícia, Suzanna, Priscila, Rose, Amanda, Carlos, Celso e Nathan: sem vocês, nada disso teria sido possível. Obrigada por se abrirem de forma tão gratuita, pela vontade de ajudar na realização do trabalho, por darem alma e subjetividade, por darem veracidade ao meu estudo. Aos Pastores Wilker e Anderson, por autorizarem minha constante presença e participação nos encontros e por confiarem em minha palavra.

À UERJ, por fazer parte da minha trajetória a partir de agora. Sem quaisquer vínculos anteriores com a instituição, me senti como se a ela pertencesse desde sempre. Também foi a UERJ que me deu colegas de turma e de discussões acaloradas. Obrigada, Eduardo Cidade, Marcela, Edu, Ana Clara, Paula, Beatriz, Carlos e Tádzio. Com vocês, a vida ficou mais interessante. A Wagner, Sônia e Daniel, sempre bem-humorados e bem-intencionados, pela ajuda de sempre.

Por fim, agradeço à CAPES, agência de fomento responsável pelo pagamento da bolsa de estudos que viabilizou essa pesquisa.

As coisas não querem mais ser vistas por pessoas razoáveis, elas  
querem ser vistas de azul.

*Manoel de Barros*



## RESUMO

SANTOS, Livia Reis. *“A gente chega lá!”*: política e voto a partir da perspectiva de um grupo evangélico. 2013. 138 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2013.

Há algumas décadas a expansão das igrejas “neopentecostais” no Brasil vem traçando uma linha ascendente. Extrapolando as fronteiras do campo religioso, essas igrejas participam cada vez mais ativamente dos debates no espaço público e da política partidária, suscitando questionamentos acerca do comportamento eleitoral da parcela da população cuja crença é identificada como “evangélica”. Ao mesmo tempo, a diversidade de representações e estigmas constantemente associados aos evangélicos pela mídia, pelo senso comum e até mesmo pela Academia dificulta a apreensão da real complexidade do fenômeno. Nesse sentido, a presente dissertação introduz uma reflexão sobre a articulação ocorrida entre fiéis, igrejas, políticos e o voto a partir de um trabalho de campo realizado na Igreja Internacional da Graça de Deus, antes e depois das eleições municipais de 2012, no Rio de Janeiro. A fim de compreender os critérios potencialmente importantes na definição do voto dos fiéis, misturam-se à descrição da Igreja, do candidato por ela apoiado e às falas dos interlocutores, discussões sobre cultura política, relações de confiança e representação política.

Palavras-chave: Evangélicos. Comportamento eleitoral. Voto de adesão. Representação política.

## ABSTRACT

SANTOS, Livia Reis. *"We get there!"*: politics and voting from the perspective of an evangelical group. 2013. 138 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2013.

For some decades the expansion of the neo-Pentecostal churches in Brazil has drawing a upward line. Extrapolating the borders of the religious field, those churches increasingly play an active role in political parties and public space debates, raising questions about the electoral behavior of part of Brazilian population whose faith is identified as 'evangelical'. At the same time, the diversity of representations and stigmas constantly associated with the evangelicals through the media, the common sense, and even the academy, makes it difficult to approach the real complexity of this process. Thus, the present dissertation elaborates a reflexion about the articulation between the faithful, churches, politicians and vote, through a fieldwork undertaken at the 'Igreja Internacional da Graça de Deus', in Rio de Janeiro, during the 'time of politics'. To understand the criteria potentially important in the definition of electoral behavior of the faithful, the description of the church, of the candidate supported by it and the speeches of the interlocutors are mixed with debates about culture, politics, trust relations and political representations.

Keywords: Evangelicals. Electoral behavior. Adhesion vote. Political representation.

## LISTA DE ABREVIACOES E SIGLAS

ABC –	Associação Beneficente Cristã
AD –	Assembla de Deus
AEvB –	Associação Evangélica Brasileira
DEM –	Democratas
EAD -	Ensino  Distância
FPE –	Frente Parlamentar Evangélica
IBGE –	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDEB –	ndice de Desenvolvimento da Educação Básica
IIGD –	Igreja Internacional da Graça de Deus
IURD –	Igreja Universal do Reino de Deus
PDT –	Partido Democrático Trabalhista
PSD –	Partido Social Democrata
PSDB –	Partido Social Democrata Brasileiro
RIT –	Rede Internacional de televisão

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	11
<b>1 IGREJA INTERNACIONAL DA GRAÇA DE DEUS: TRAJETÓRIA E INSERÇÃO POLÍTICA.....</b>	<b>26</b>
1.1 <b>Na onda da difusão neopentecostal: o surgimento da IIGD .....</b>	<b>26</b>
1.1.1 Cura e libertação.....	29
1.2. <b>Dr. Manaia, o candidato apoiado pela Igreja Internacional da Graça de Deus. ....</b>	<b>34</b>
1.3.1. Modelos de participação institucional .....	40
1.3.2. O que esperar do mandato do Dr. Manaia, por ele mesmo. ....	43
<b>2 COMO SE ORGANIZA O MINISTÉRIO JOVEM DA IIGD DE MADUREIRA? .....</b>	<b>47</b>
2.1. <b>O Ministério Jovem de Madureira .....</b>	<b>47</b>
2.1.2. O discurso político da IIGD.....	56
2.2 <b>Comportamento eleitoral, uma breve análise. ....</b>	<b>58</b>
2.2.1 Cultura política: um conceito essencial .....	60
2.2.2 Retomando o conceito de clientelismo.....	64
2.3 <b>Uma visão sobre o lugar da religião na democracia contemporânea .....</b>	<b>68</b>
2.3.1 A importância das relações de poder.....	69
2.3.2 A política identitária como acesso político.....	72
<b>3 COM 15.082 VOTOS ELES “CHEGARAM LÁ”! .....</b>	<b>74</b>
3.1 <b>O que é política para alguns jovens evangélicos da IIGD.....</b>	<b>74</b>
3.1.1. Confiança ou Cabresto?.....	75
3.1.2. Pequenas contradições.....	80
3.1.3. O voto por protesto e o voto por simpatia .....	85
3.1.4. Quebrando estereótipos .....	90
3.2 <b>A perspectiva social apontando possibilidades .....</b>	<b>96</b>
3.2.1 Como ser representado no processo político? .....	98
3.2.2 O conceito de perspectiva e os jovens evangélicos .....	101
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>104</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>110</b>
<b>ANEXO A .....</b>	<b>114</b>
<b>ANEXO B - Registro iconográfico do trabalho de campo.....</b>	<b>132</b>

## INTRODUÇÃO

Levantou-se da cadeira com os bicos do colarinho em riste, pegou uma gravata vermelho-sangue e, com o queixo colado ao peito, passou à confecção do nó. “Então, quer dizer que eu tomo dinheiro há vinte anos dos pobres coitados e nenhum deles reclama? O cara lá do raio que o parta me dá 10 mil contos por que ele é um burro e eu sou uma fera, por que ele é ingênuo e eu fiz lavagem cerebral nele?”, protestou, enquanto conferia a gola no espelho. ‘Isso é preconceito da elite, que acha que todo evangélico é tapado, idiota, a ralé da classe social explorada por um malandro. O cara dá oferta porque sabe aonde eu invisto a grana dele, porque ele confia no trabalho que fazemos aqui e não quer que ele acabe. (MALAFAIA, S.)<sup>1</sup>

Os dados coletados durante o Censo Demográfico Nacional de 2010 e que foram divulgados recentemente pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)<sup>2</sup> revelaram a nova disposição das religiões no Brasil: um decréscimo de quase 10% no número de católicos e um crescimento da população evangélica, que passou de 15,4% para 22,2% no correr da década de 2000. Se considerarmos apenas o estado do Rio de Janeiro, o percentual de evangélicos é ainda maior que a média nacional, pois totalizam 29,37% da população. Para além desses dados, que só vieram a confirmar uma tendência que se repete a cada Censo desde a década de 80, dois outros dados se destacaram: o número de pessoas que se declarou “sem religião”, na casa dos 8%, e a significativa diminuição dos fiéis da Igreja Universal do Reino de Deus (IURD) – foram 228.000 fiéis a menos que o Censo anterior – quebrando a série de crescimento que a acompanhava desde a década de 90. Por outro lado, a possibilidade de declaração de duplo-pertencimento, a novidade deste censo, acabou frustrando os estudiosos da área, já que o número de 15.379 pessoas não se mostrou significativo.

De fato, é inegável que os dados quantitativos têm fundamental importância na compreensão da dinâmica religiosa do país, pois possibilitam análises em uma escala macro. No entanto, eles também têm limites elucidativos. A própria Igreja Internacional da Graça de Deus (IIGD), objeto de pesquisa do presente trabalho, não tem seu número de fiéis contabilizado pelo Censo, tendo sido incluída na categoria “outras denominações pentecostais”. Ao mesmo tempo, possui vereadores e deputados eleitos em duas grandes

<sup>1</sup> Frase retirada da entrevista concedida à Revista Piauí, edição número 60, publicada em outubro de 2011. Entre os diversos assuntos abordados, destacam-se as características da Igreja sob seu comando, a Assembléia de Deus Vitória em Cristo, sua arrecadação monetária e sua opinião sobre assuntos polêmicos, tais como, política, feminismo, aborto e homossexualidade.

<sup>2</sup> Dados retirados do site oficial do IBGE. Disponível em <http://www.ibge.gov.br/home/>. Acessado em 20.07.2012.

idades da região sudeste do país, Rio de Janeiro e São Paulo, indicando que a denominação possui alguma importância no interior do campo religioso apesar de não ser discriminada como uma grande igreja pelo IBGE. Com este exemplo, quis mostrar que as formas de participação religiosa podem se organizar de maneiras impossíveis de serem apreendidas por dados quantitativos e apontar a necessidade de compreendê-las por meio de outros métodos de análise. Neste sentido:

(...) [o Censo] é uma fotografia da autodeclaração religiosa em determinado contexto: ele não possibilita qualificar a mudança, ou entender suas nuances, mas apenas nos ajuda a visualizar as macrolinhas das transformações de uma década. Só saindo da dimensão do macro e do quantitativo para a esfera do estudo de caso e do qualitativo conseguiremos identificar processos mais sutis de transformações e combinações nas esferas dos valores e das crenças (MENEZES, 2012, p.42).

As estatísticas não negam e já não soa como novidade a progressiva reivindicação da identidade “evangélica” por diferentes grupos na arena pública de debates, sobretudo na política partidária. No entanto, as diferentes formas por meio das quais essa presença se organiza e se impõe é algo que não pode ser “quantificado”, e este sim é um debate que se encontra em ebulição na mídia, nas redes sociais, nas conversas de botequim, no Congresso Nacional. Considerando que vivemos, ao menos em tese, num Estado Democrático de Direito, que nele vigora o voto obrigatório e que os candidatos dependem de eleitores para serem eleitos, é legítimo, do ponto de vista do jogo democrático, que as pessoas se unam em torno de uma identidade específica para que representantes de suas igrejas “cheguem lá”<sup>3</sup> e passem a fazer parte dos Poderes Legislativo e Executivo, seja em nível municipal, estadual ou federal. Somado a isso, grupos religiosos não necessariamente organizados vêm se mostrando cada vez mais dispostos a pautar as disputas travadas na arena pública de debate, ao ponto de autores como Oro e Mariano afirmarem que as eleições presidenciais de 2010, por exemplo, poderia ser caracterizada como aquela na qual “a influência e o poder de dirigentes, grupos e movimentos católicos e pentecostais sobre os principais candidatos atingiram o ápice” (2011, p. 22)<sup>4</sup>. Apesar do resultado, tais fatores tiveram um peso considerável na determinação das campanhas, estratégias e propostas eleitorais dos principais candidatos ao cargo de Presidente da República. Por fim, é interessante apontar que diversos trabalhos já demonstraram que a tese de que os evangélicos são totalmente apáticos em relação à esfera política não se sustenta mais (NOVAES, 1985; BURDICK, 1993; GOMES, 1996 apud BOHN, 2004). Assim, guiada pela necessidade de compreender essas transformações mais

<sup>3</sup> O termo “lá” é constantemente utilizado por religiosos evangélicos para se referir à Câmara ou ao Congresso. O slogan da campanha do candidato da IIGD, Dr. Jorge Manaia era: “A gente chega lá!”.

<sup>4</sup> Sobre o mesmo assunto, com diferente interpretação, ver Pierucci, 2011.

sutis, a pesquisa que aqui apresento acabou por seguir o caminho do estudo de caso e da pesquisa qualitativa. Afinal de contas, quem são estes que se denominam como “evangélicos”? Como pensam? Por que sentem necessidade da presença na política partidária? Que diferença faz ser evangélico na hora de definir o voto?

### 1. Que evangélicos são esses?

Antes de continuar, entretanto, um importante esclarecimento no que diz respeito à utilização do termo evangélicos precisa ser feito. Os dados do Censo 2010 demonstraram um decréscimo no número de membros da Igreja Universal (IURD) e o crescimento expressivo da Assembléia de Deus (AD), igrejas que se distinguem, entre outras coisas, por adotar modelos distintos de organização<sup>5</sup>. De acordo com Menezes, este dado:

Nos impede de tratar os evangélicos, mesmo os pentecostais, em bloco, de modo unívoco, e nos leva a pensar na riqueza de sua diversidade interna, bem como nas diferentes modalidades de agregação e pertencimento compreendidas por essa identidade religiosa (2012, p. 11).

Embora a observação da autora seja pertinente, neste trabalho optei por adotar o termo evangélicos para designar o grupo formado pelas igrejas protestantes históricas, pentecostais e neopentecostais, especialmente no contexto religioso da América Latina (MARIANO, 2004 *apud* MARIZ, 2012). Para tanto, apresento a partir de agora os três argumentos que guiaram minha escolha. O primeiro diz respeito à autoidentificação dos interlocutores. Todos se consideram evangélicos, se referem a seus pares como tais e esse foi o elemento determinante para que o presente trabalho também se referisse a eles desta forma, isto é, porque é uma categoria nativa. Além disso, concordo com Mafra quando ela afirma que diante da “visibilidade que esse segmento religioso ganhou na opinião pública, se forjou um certo consenso referendando o termo evangélico como categoria abrangente” (2001, p.7), em geral usada como contraposição ao catolicismo, mas também porque os adeptos dessas igrejas adotaram a postura de “‘evangelizadores’, ‘propagadores e difusores’ de uma leitura da Bíblia centrada no Novo Testamento, daí uma certa adequação entre o termo e a identificação religiosa” (2001, p.8). Por fim, há ainda um terceiro forte argumento que também encontrou respaldo no trabalho de campo realizado e que diz respeito ao trânsito religioso. Corroborando o argumento de Mariz (2012), meus interlocutores entendem que o trânsito religioso entre

---

<sup>5</sup> A primeira se caracteriza, entre outras coisas, por uma organização hierárquica, enquanto a segunda por uma organização congregacional.

diferentes igrejas como algo comum dentro do universo evangélico, sem que isso signifique uma ruptura ou tensão com a denominação anterior. Uma eventual mudança, por exemplo, pode ser ocasionada por uma simples mudança de bairro, como aconteceu com uma das fiéis que entrevistei. O pertencimento a uma determinada denominação, por sua vez, também não impede que os fiéis frequentemente reuniões em outras igrejas, seja porque há temas que lhes sejam interessantes, seja somente para acompanhar familiares que não frequentam a mesma igreja. Um dos entrevistados, inclusive, afirmou que a mãe pertencia à Igreja Mundial do Poder de Deus, mas frequentava os cultos da Libertação, todas as sextas, na Igreja Internacional da Graça e tem simpatia pelo Dr. Manaia – candidato a vereador oficial da IIGD. Também no que diz respeito à organização política, a luta é pelo direito dos evangélicos de um modo muito abrangente. Isso se dá, nas palavras de Mariz, porque:

[O trânsito] pode ser visto como fruto de uma identidade evangélica única que tem sido construída e reforçada no Brasil em vários momentos distintos como, por exemplo, durante campanhas políticas, ou eventos inter-denominacionais, por exemplo, “Parada para Jesus”, entre outros (2012, p. 23).

Assim, é baseando-me nos argumentos aqui apresentados, mas, sobretudo, por ser a denominação pela qual os próprios interlocutores preferem ser chamados, que a categoria evangélico será adotada no decorrer do presente trabalho para identificar aqueles pertencentes às igrejas pentecostais e neopentecostais no Brasil.

## **2. Caminhos a seguir**

A discussão das questões colocadas anteriormente pressupõe a definição prévia do caminho a ser seguido, haja vista que as alternativas são muitas e nem todas seriam capazes de oferecer uma perspectiva abrangente do campo de estudos. Dessa forma, o primeiro desafio que se coloca é o de superar as análises tradicionais sobre comportamento eleitoral, “as quais conferem ao eleitor brasileiro um caráter enigmático” (GOLDMAN; SANT’ANNA, 1996, p.22), posto que, supostamente, ele votaria contra seus interesses mais evidentes, e mapear os motivos pelos quais o eleitor evangélico adere a uma ou outra facção da sociedade no momento de determinar seu voto. Para tanto, é necessário considerar a diversidade de concepções locais sobre poder, política e representação ao invés de reduzi-las a uma atividade limitada ou previsível. Esse tipo de postura, por sua vez, permitirá apontar caminhos e conferir novas formas de inteligibilidade a uma questão que se apresenta cada vez de forma



mais clara e mostra sua força decisiva em importantes esferas da vida social: o voto evangélico.

A epígrafe do pastor Silas Malafaia que abre este tópico encerra aqui uma dupla função. Primeiramente, atentar para o estigma de ignorantes ao qual os evangélicos são constantemente associados pelo senso comum. Em segundo lugar, também serve como pano de fundo para pensar as relações entre evangélicos, políticos e igrejas a partir da perspectiva ali sugerida. Essa chave de leitura ampliou o meu campo de análise, desdobrando-se em dois caminhos. O primeiro aborda mais positivamente o segmento evangélico, representando-os como aqueles que buscam na igreja “uma dignidade possível” (MESQUITA, 2006, p. 174), isto é, como personagens que buscam dar outro sentido à sua experiência a partir de uma leitura religiosa. O segundo considera que as estruturas sociais e simbólicas não apenas circunscrevem as ações - políticas propriamente ditas ou não -, “mas atravessam diferentes unidades sociais, indivíduos ou não, incutindo-lhes significados” (GOLDMAN; PALMEIRA, 1996, p.7). A integração promovida pelas religiões evangélicas e a forte rede de apoio e ajuda mútua por ela criada também já haviam sido apontadas por Luis Eduardo Soares:

Desgarrados, os grupos populares voltam-se para seus sócios de infortúnio, criando suas próprias redes de solidariedade e competição, aliança e disputa. As referências positivas ou negativas estão ao lado, e não em cima. (...) As classes subalternas se ligam ente si, organicamente, através da principal de suas linguagens, a religiosidade (1993, p. 207).

Outra questão que se mostra bastante naturalizada e que será tratada a partir de uma perspectiva diferente diz respeito ao próprio comportamento político evangélico: as análises realizadas tanto pela mídia<sup>6</sup> quanto nos debates acadêmicos ORO (2011), MACHADO (2006) são feitas verticalmente, isto é, a partir da trajetória, dos discursos e da atuação legislativa dos atores com inserção na política institucional. Essa perspectiva de análise, no entanto, facilita uma interpretação dos fiéis evangélicos como um todo uniforme, cujo comportamento eleitoral seria marcado inexoravelmente pela ausência de autonomia e pelo clientelismo<sup>7</sup>. O deslocamento por mim proposto, embora não deixe de considerar e afastar as interpretações que reduzem o clientelismo a uma mera forma de “atraso político”, prioriza as percepções subjetivas dos sujeitos e as relações horizontais inerentes a este processo. Esse é o

---

<sup>6</sup> A grande mídia costuma tratar o eleitorado evangélico como um nicho eleitoral de extrema importância que se caracteriza pelo comportamento clientelístico. Tal fato pode ser verificado, entre tantas outras, nas seguintes matérias: "Evangelho segundo os políticos" (Revista Veja, junho de 2004); "Guerra por votos Evangélicos" (O Dia, 11 de outubro de 2004); "Pré-candidatos à Prefeitura no Rio miram em votos evangélicos" (O Globo, 19 de março de 2012).

<sup>7</sup> Entendido pelo senso comum, basicamente, como uma relação de troca assimétrica presente nas mais variadas relações sociais e que traz vantagens prioritariamente para aqueles que pertencem à classe política.

primeiro passo para confrontar algo que volta e meia se apresenta em muitas interpretações sobre o voto, isto é, a de que ele é uma ação individual e intencional que envolve escolhas. A base teórica dessa proposição é sustentada por Moacir Palmeira e Beatriz Heredia (2004). Segundo os autores, quem vota é o indivíduo, mas os laços sociais nos quais este mesmo indivíduo está inserido não podem ser suprimidos da análise sobre seu comportamento eleitoral. Neste sentido:

Uma experiência de pesquisa fundada no pressuposto antropológico de que a percepção social que as populações têm dos processos e atividades em que estão envolvidas e de que os significados sociais que investem em suas ações têm consequências objetivas para os resultados dessas ações sugere-nos que o voto não é necessariamente uma empresa individual, que a questão da intencionalidade pode não ser pertinente, que não está necessariamente em jogo uma escolha; que a importância das eleições pode não se resumir a indicação de representantes ou governantes e que sequências aparentemente naturais como a que citamos acima podem não ser matéria de lógica, mas de ‘sócio-lógica’ (HEREDIA; PALMEIRA, 2006, p.37).

### 3. O tempo da política

De acordo com Heredia e Palmeira (2004), o tempo da política é aquele que antecede as eleições e autoriza a luta por votos, escancarando as contingências às quais os indivíduos estão submetidos e alterando as dinâmicas de relações sociais que estão sendo negociadas. No caso da religião, autoriza também, nas palavras de Oro e Mariano, “a expressão pública do religioso” (2009, p.11). Segundo os autores, é no tempo da política que despontam candidaturas de autoridades religiosas e de pessoas que “instrumentalizam eleitoralmente sua autoridade religiosa a cargos eletivos, principalmente legislativos, e costuma-se verificar a busca de candidatos laicos por apoio eleitoral de líderes religiosos” (2009, p. 11). De acordo com Damasceno:

Mais do que a suspensão do cotidiano, o que temos durante o “tempo da política” é a criação de um outro “cotidiano” dentro do cotidiano, que não o elimina, mas interfere profundamente na sua maneira de operar. Durante esse período, as pessoas continuam a levar sua vida familiar, a trabalhar, a frequentar cultos religiosos etc. Mas, a partir do momento em que a linguagem política (linguagem da divisão) torna-se a linguagem autorizada, a política tende a invadir todos os domínios (mais uns que outros, pois, como lembra Victor Turner, há domínios mais liminares-diríamos ‘liminarizáveis’, do que outros), obrigando-os a se redefinirem, de modo que não haja conflitos de regras (2007, p. 22).

O tempo da política, portanto, interfere diretamente nas relações sociais. Seguindo Heredia e Palmeira (2006), o voto é aqui entendido como uma adesão ao segmento ou facção da sociedade ao qual o eleitor - neste caso, evangélico - quer se situar, num processo que se sobrepõe ao indivíduo isolado e engloba a família, a igreja, ou qualquer outra unidade social

significativa com a qual ele se relacione. Antes de ser uma escolha individual, é uma adesão ligada diretamente a laços sociais primordiais que incluem parentesco, amizade ou vizinhança. Nas palavras de Damasceno:

O voto pode significar mais do que, de um lado, uma escolha individual de um candidato por um eleitor e, de outro, um meio privilegiado de um candidato para “chegar lá”, isto é, eleger-se: galgar um lugar de *poder*, de *autoridade*, de *prestígio*. Essa interpretação não leva em conta se e como o voto tem lugar na construção de relações sociais, o que ele pode significar como possibilidade de aprender a se conduzir nos diversos domínios da vida cotidiana (2007, p. 9).

Muito embora estejam analisando um campo específico<sup>8</sup>, Beatriz Heredia e Moacir Palmeira (2006) apresentam um ponto importante na análise da luta por adesões. De acordo com os autores, a disputa entre candidatos se dá tradicionalmente pelo que chamam de “eleitor de voto múltiplo”, isto é, “aquele que, por sua inserção social, define seu próprio voto e o de pessoas a ele vinculadas por algum tipo de lealdade, envolvido em ou administrando conflitos capazes de justificar mudanças de lado” (2006, p. 54). No entanto, em um quadro de modernização socioeconômica, na qual a população trabalhadora rural migra para as cidades e passa a ocupar periferias e favelas, a disputa por votos transborda tais limites.

Assim, abre-se um novo leque de eleitores a serem alcançados, eleitores em potencial, os quais estão numa situação de “disponibilidade” – visto que não têm vínculos fortes –, prontos para aderirem a um ou outro segmento da sociedade:

“Disponibilidade relativa, lembre-se de passagem, pois, quando se trata de alguém socialmente e, muitas vezes, especialmente deslocado, os códigos culturais manipulados permanecem os mesmos. Não é por acaso que os candidatos continuarão a abordá-lo nos mesmos termos que abordam não importa qual eleitor, valendo-se de ajudas, favores, promessas capazes de fazê-lo sentir-se comprometido com eles” (idem, p. 55).

Aí se percebe a grande inversão ocorrida nos últimos anos. A caça ao voto da periferia atua como uma tentativa de “comprometer individualmente eleitores enquadrados socialmente por novos recortes sociais” (idem: 55).

De um modo geral, as questões apresentadas por Palmeira e Heredia neste texto atuam como ponto de partida para pensar a situação do comportamento eleitoral dos evangélicos. A crescente adesão de brasileiros às religiões evangélicas permite questionar se os fiéis se encontram nesta mesma situação de disponibilidade, visto que se inserem num novo contexto que abrange esferas importantes da vida privada e criam uma forte rede de solidariedade responsável, entre outras coisas, por ressignificar os laços primordiais e o comportamento político desses indivíduos.

---

<sup>8</sup> A pesquisa se refere às concepções de política e ação sindical entre populações rurais em alguns municípios de Pernambuco e do Rio Grande do Sul, realizada entre 1988 e 2002.

Ademais, a força política detida pelos evangélicos é significativa e envolve uma série de outras variáveis que não podem ser desconsideradas. É diante desse campo bastante delimitado e de seu modo cotidiano de agir e pensar a política que se pretende apontar uma direção para compreensão das complexas relações construídas entre fiéis, políticos e igreja, e, conseqüentemente do voto, sem cair numa visão meramente utilitária ou reducionista.

#### **4. Organização dos capítulos**

A presente dissertação está subdividida em três partes. Na primeira, “Igreja Internacional da Graça de Deus: trajetória e inserção política”, descrevo a breve trajetória da igreja, os cultos ocorridos às sextas-feiras, introduzo a biografia do candidato da igreja ao cargo legislativo nas eleições municipais que ocorreriam naquele ano, seu trabalho durante o primeiro mandato e faço algumas considerações sobre a inserção da igreja no campo político. Na segunda parte, “Como se organiza o Ministério Jovem da IIGD de Madureira?”, descrevo a organização e o funcionamento do grupo jovem frequentado por mim durante o trabalho de campo, apresento o discurso político da igreja por meio da fala de uma interlocutora, e, a partir daí, teço uma ligeira análise sobre comportamento eleitoral, cultura política, clientelismo e a representação de determinados grupos na democracia contemporânea. Na terceira e última parte, “Com 15.082 votos: eles chegaram lá”, detenho-me apenas sobre as entrevistas concedidas pelos interlocutores, analisando suas posições sobre assuntos pré-determinados, e também as conversas informais que se transformaram as entrevistas. No fim do capítulo, apresento um texto sobre representação de minorias e, por fim, apresento breves considerações finais.

#### **5. Metodologia**

##### **5.1. Escolhendo o local do trabalho de campo**

Madureira, bairro do Rio de Janeiro conhecido por suas duas importantes escolas de

samba<sup>9</sup>, pelos grupos de jongo que se destacam e por ser o berço de grandes nomes do samba nacional. Como se não bastasse, é o centro comercial importante na Zona Norte da cidade. Dentro da imensidão chamada Mercadão de Madureira, o que mais se vê são lojas de produtos destinados a religiões afro-brasileiras. O cheiro dos defumadores predomina. Suas ruas são caóticas. Muita gente, muito carro, muito barulho. É também em Madureira que acontece uma vez por ano a maior Parada Gay fora da Zona Sul da cidade. Logo atrás do Mercadão, ao final de uma rua pacata que desemboca numa favela, uma cracolândia que se forma<sup>10</sup>. Do outro lado da estação de trem (o bairro abriga duas estações), o Shopping Madureira, o Parque de Madureira e um comércio que oferece qualquer coisa que se possa imaginar. Mas, afinal, por que Madureira?

Frequentei o bairro de Madureira durante um período de pouco mais de quatro meses durante o ano de 2012. O trabalho de campo começou antes que a propaganda eleitoral fosse liberada, em junho de 2012, permaneceu durante a campanha e se estendeu até a segunda semana de novembro de 2012, quando finalizei as entrevistas. E quando eu digo bairro, quero dizer o bairro como um todo. Durante todo o período da pesquisa, vi florescer o “tempo da política”, a propaganda eleitoral invadindo as ruas e a poluição visual que ela trazia consigo. Fiz amizades, frequentei shoppings e fui a pizzarias com meus interlocutores após os encontros semanais. Foi também nessa época que o Parque de Madureira, recém-inaugurado pelo prefeito Eduardo Paes às vésperas das eleições, se tornou o local mais requisitado pelos moradores.

A área pública de lazer ali oferecida era inexistente na região até então, e, desde junho de 2012 os moradores têm acesso à exibição de filmes, a quadras de esportes, ciclovia, a maior pista de skate da América Latina e a um palco para shows que já recebeu Paulinho da Viola e a Velha Guarda da Portela. Duas semanas após a inauguração, as casas que circundam o Parque tinham, em sua maioria, placas de apoio ao prefeito Eduardo Paes. Não por acaso, aquele foi o local escolhido pelo Prefeito para comemorar sua reeleição, em 07 de outubro de 2012.

A princípio, Madureira parecia não ser o campo indicado para procurar crentes neopentecostais. E, durante um tempo, tive muito medo de que realmente não fosse. No entanto, as más impressões foram se dissipando ao longo a pesquisa e o bairro, aos poucos, se

---

<sup>9</sup> São elas, Portela e Império Serrano. A primeira ainda desfila pelo Grupo Especial do carnaval do Rio de Janeiro, enquanto a segunda está atualmente no Grupo de Acesso.

<sup>10</sup> Em 29.07 saiu no jornal “O Globo” uma reportagem sobre a nova cracolândia que estava se formando em Madureira. Disponível em <http://oglobo.globo.com/eu-reporter/rua-em-madureira-se-torna-ponto-de-consumo-de-crack-5624667>). Acesso em 29.07.2012.

mostrando bastante “pentecostalizado”. Passeando pelo outro lado da Estação Madureira, todas as denominações pentecostais e neopentecostais começaram a aparecer. A primeira que vi foi a “Deus é Amor”. Na sequência encontrei uma Igreja Internacional da Graça de Deus ao lado do shopping de Madureira, na Estrada do Portela, e outra um pouco maior na Praça Armando Cruz, no Shopping Tem Tudo. Mais a frente, uma Igreja Batista imensa, uma Igreja Metodista, uma Igreja Mundial do Poder de Deus provavelmente recém-aberta num lugar que mais se assemelhava a uma garagem, a Igreja Católica e, por fim, a Assembléia de Deus de Madureira, imponente aos 60 anos de idade<sup>11</sup>. Ali fica a sede Nacional do Ministério de Madureira, presidida pelo bispo Manoel Ferreira. Com alguma dificuldade, encontrei a Universal escondida no fundo de uma galeria, embora depois tenha descoberto uma maior ao lado do Parque de Madureira. Por fim, uma segunda Igreja Católica um pouco adiante. Ao longo das andanças, também me deparei com algumas pequenas igrejas autônomas, e cogitei, inclusive, que uma delas pudesse servir como contraponto à Igreja que é objeto do presente estudo.

A fim de não reificar fatos e argumentos, minha intenção inicial era estudar uma igreja autônoma paralelamente à Igreja Internacional da Graça de Deus, mas não houve tempo hábil para isso. No entanto, creio que essa lacuna tenha sido minimizada pelo fato – que será melhor explicado no decorrer do trabalho – do candidato da Igreja, Dr. Jorge Manaia, ter transitado por diversas denominações religiosas ao longo da campanha, em sua maioria, pequenas e congregacionais. Com algumas falhas, esse é o panorama das igrejas que avistei.

Em Madureira, portanto, está localizada a sede estadual da IIGD. São duas grandes igrejas num mesmo bairro, enquanto as outras duas importantes denominações neopentecostais ainda tentam ali se estabelecer de fato. A Batista e a Assembléia, mais tradicionais, estão muito bem instaladas. A pergunta, desse modo, não seria “Por que Madureira?”, mas “Por que a Igreja da Graça?”.

## 5.2. E por que a Igreja da Graça?

A afirmação de Becker segundo a qual seria difícil “fazer uma pesquisa que não esteja contaminada por simpatias pessoais” (BECKER, 1997, p. 122) traduz bem os motivos pelos quais escolhi a IIGD. Era meu interesse pesquisar uma igreja neopentecostal que tivesse sido menos objeto de estudos que a Igreja Universal do Reino de Deus (IURD). A Igreja Mundial

<sup>11</sup> A Assembleia de Deus de Madureira foi fundada em 1º de maio de 1953. Dados retirados do site da Igreja: [http://www.admadureira.com.br/newsite/?page\\_id=28](http://www.admadureira.com.br/newsite/?page_id=28) (acesso em 03.01.2013).

do Poder de Deus é mais recente e não está imersa na política partidária de modo tão contundente até o momento. A IIGD, por sua vez, é contemporânea à IURD, possui uma quantidade razoável de fiéis e elege deputados e vereadores a cada eleição. A Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro abriga cultos conduzidos por pastores da IIGD todas as quartas-feiras. Dos cinco filhos do Missionário R. R. Soares, quatro ocupam cargos eletivos em diferentes estados: Marcos Soares é Deputado Estadual no Rio de Janeiro pelo PDT (Partido Democrático Trabalhista), André Soares é Deputado Estadual em São Paulo pelo DEM (Democratas), Davi Soares é vereador em São Paulo pelo PSD (Partido Social Democrata) e Daniel Soares acabou de ser reeleito em Guarulhos, também pelo DEM. Eu tinha ali um objeto de pesquisa e não hesitei em apostar nele.

Escolhida a igreja, passei a frequentar os cultos. As questões que pretendo desenvolver ao longo do presente trabalho não permitem a utilização de métodos outros que não uma criteriosa análise bibliográfica, observação participante e entrevistas aprofundadas. Por isso, durante dois meses fui aos cultos em dias e horários variados, haja vista que cada dia da semana é dedicado a um tema particular. A sede estadual é a única que recebe a visita do missionário R. R. Soares com uma frequência quase semanal, quando ele leva até lá o seu “Show da Fé”<sup>12</sup>, motivo pelo qual, em contrapartida, ela se caracteriza por um trânsito muito grande de fiéis. Por isso resolvi, então, me deter sobre um grupo mais específico. Eram três as opções que eu tinha: Grupo dos Homens, Grupo dos Jovens ou Grupo das Mulheres. Mais uma vez deveria fazer uma opção no escuro, pois não havia tempo suficiente para frequentar todos eles e decidir depois.

Após uma breve reflexão, concluí que os dados mais importantes para a pesquisa seriam as entrevistas em profundidade. A meu ver, com os jovens eu teria maior abertura nas conversas e ao mesmo tempo não me restringiria a um gênero específico, podendo conversar com homens e mulheres. Além do mais, todos votavam há pouco tempo e o apelo da novidade poderia ser um fator relevante para o seu engajamento político.

Foi assim que o Ministério Jovem da Igreja Internacional da Graça de Deus em Madureira se tornou meu objeto de pesquisa. Foi ali que realmente entrei em campo e me apresentei como pesquisadora. Confesso que me surpreendi com a receptividade e com a disponibilidade para as entrevistas. Acostumados a compartilhar seus problemas, como é de praxe no segmento neopentecostal (ALMEIDA, 2006, p.91), nenhuma das minhas perguntas

---

<sup>12</sup> De acordo com o site da IIGD, o Show da Fé pode assim ser definido: “através da inspiração divina e baseado nas Escrituras Sagradas, o Missionário Soares ensina, de maneira clara e simples, a importância de se crer em Cristo e obedecer e seguir Seus mandamentos”. Disponível em [http://www.ongrace.com/porta1/?page\\_id=31244&link=sobre](http://www.ongrace.com/porta1/?page_id=31244&link=sobre). Acesso em 15.01.2012.

soou invasiva aos entrevistados. Minha presença como pesquisadora, pelo contrário, pareceu ser para eles uma ótima oportunidade de marcar suas posições para alguém “de fora”. Quando cheguei, fui recebida por Cris<sup>13</sup> e conduzida por ela ao pastor responsável pelo grupo. Explicitei a ele o tema da minha pesquisa e o trabalho que gostaria de fazer junto ao grupo, não sem uma desconfiança inicial de sua parte. A meu ver, esse foi o motivo que o levou a me dizer que deveria pedir autorização ao responsável pela Sede Estadual, o Pastor Rogério Postigo. Na semana seguinte, quando voltei, o pastor alegou ter se esquecido de consultar seu superior, mas, após ouvir quais tipos de perguntas eu faria aos jovens, ele mesmo autorizou minha presença. Cris, minha primeira interlocutora, ficou feliz quando eu disse que poderia ficar e me desejou boa sorte.

Ainda demorei três semanas para começar as entrevistas efetivamente. Senti muita necessidade de não ser uma intrusa no grupo. Por mais que estivesse frequentando a IIGD há algum tempo e estivesse familiarizada com a doutrina e com os hábitos, eu era nova ali. Assim, optei por estender um pouco o trabalho de campo para ser mais bem acolhida. E acho, sinceramente, que esse fator foi essencial para o teor e melhor aproveitamento das nove entrevistas em profundidade realizadas. Ao longo do tempo em que passei apenas observando o grupo, pude entender sua organização, suas hierarquias e seus conflitos. Por meio dos lugares ocupados por cada um no grupo, pude identificar quais pessoas seriam peças-chave para entendê-lo (muito embora eu não tenha conseguido entrevistar todas essas peças-chave, pois algumas delas não foram receptivas como a maioria e se fecharam para qualquer possível abordagem). A fim de garantir a privacidade dos meus interlocutores, optei por dar a eles nomes fictícios.

Em suma, posso dizer que, como em qualquer trabalho de campo, tive muitos erros e alguns acertos. Demorei um pouco em me identificar como pesquisadora por não saber em qual grupo me encaixaria melhor. Achei por um momento que os fiéis já haviam percebido minha presença ali e que isso pudesse prejudicar o trabalho. Felizmente, não foi o que ocorreu. A sede estadual é grande – comporta 1.500 pessoas confortavelmente sentadas (Anexo A, Figura 1) – e eu não chamei tanta atenção assim. Por outro lado, algumas coisas eu realmente faria de forma diferente. Poderia, por exemplo, ter organizado o roteiro das perguntas de uma maneira menos direcionada ao que era, à época, a minha hipótese principal sobre definição de comportamento eleitoral, a confiança, tendo em vista que as entrevistas mostraram outros critérios tão, ou mais, importantes quanto a confiança no momento de

---

<sup>13</sup> Os nomes dos interlocutores foram trocados por nomes fictícios, a fim de preservar sua identidade.



decidir o voto. Ainda assim, acho que tal fato não prejudicou o resultado final. As entrevistas correram de uma maneira tão livre que todos os temas acabaram aparecendo.

O que eu chamo de “entrevistas”, são, na verdade, boas conversas. Como já disse, foram nove no total. Gostaria de ter feito mais algumas, mas não foi possível. Elas tomaram bastante tempo daqueles que se dispuseram a colaborar e, pelo fato de o encontro só ocorrer semanalmente, eu tinha que me contentar em fazer uma entrevista por semana. Mesmo por isso, a maioria foi feita em dupla. Embora eu tenha me esforçado para que as respostas não interferissem umas nas outras, achei, inclusive, que acabou sendo produtivo colocar duas pessoas discutindo assuntos que de outra maneira dificilmente o fariam. Muito disso se deve ao fato de haver algumas semelhanças entre mim, como pesquisadora, e eles, como interlocutores: jovens (alguns eram mais velhos que eu, inclusive), estudantes e preocupados com o mundo. As diferenças, no entanto, foram o ingrediente principal dessa mistura. As minhas preocupações em relação ao mundo em que vivemos se fundam em valores diferentes que os deles (para não dizer antagônicos). Foi justamente isso que fez com que essas conversas se tornassem produtivas discussões que paravam ora na democracia americana, ora na crise mundial, ora na violência carioca, no seu precário sistema de saúde, e, principalmente, na corrupção política brasileira. E foi justamente durante esses “papos furados” que pude compreender a concepção de “política” para cada um dos meus interlocutores e desvendar algumas chaves de leitura para o modo como esses jovens tão religiosos definem seus candidatos a cada eleição.

Outra importante característica que deve ser considerada diz respeito ao compromisso destes jovens com a Igreja. O campo demonstrou que o grupo pesquisado se destaca, inclusive, dos demais fiéis da Igreja. São jovens assíduos, convertidos<sup>14</sup> e comprometidos com a Igreja. A grande maioria não frequenta os Cultos da Libertação, mais frequentados por aqueles que ainda não se converteram ou que estão tendo suas vidas atormentadas de alguma forma pelo diabo e vão até lá em busca da cura. Todos eles vão à igreja ao menos duas vezes por semana. Se em 1992, 70% dos fiéis evangélicos não era criada na igreja evangélica (FERNANDES, 1998, p.27), hoje o quadro não é mais o mesmo. A maioria deles é evangélica de “pai e mãe”. Aqueles que frequentam a IIGD há menos tempo vieram de outras denominações também evangélicas. Entre os entrevistados, apenas dois não tinham vínculo

---

<sup>14</sup> Utilizarei a categoria “convertido” para especificar os jovens que não só frequentam a Igreja e o Grupo Jovem, mas aqueles que, em suas próprias palavras “aceitaram Jesus” como Salvador e buscam atitudes que edifiquem o espírito. Sendo assim, esses jovens evitam contato com hábitos “do mundo”, tais como shows, festas ou quaisquer formas de sociabilidade que possam desvirtuá-los do caminho escolhido e criam a sua própria rede de sociabilidade, fechada entre eles.

anterior com o pentecostalismo.

## 6. Organização das fontes

Em relação à análise bibliográfica, posso dizer que acumulei uma grande quantidade de material referente à trajetória neopentecostal e a sua inserção política ao longo dos cursos e leituras realizados durante o mestrado. Em relação à doutrina da IIGD, foi de fundamental importância a leitura do livro “Como tomar posse da benção”, escrito por R. R. Soares logo após a fundação da Igreja, no qual ele apresenta a doutrina sobre a qual se funda a IIGD, a Doutrina da Determinação. Além disso, acessei durante seis meses os conteúdos do portal da Graça na internet<sup>15</sup>, da revista mensal Show da Fé e às apresentações do Missionário na TV Bandeirantes, um dos canais abertos no qual seu programa é transmitido diariamente, em horário nobre, há mais de 20 anos. Infelizmente, não tive acesso à RIT, rede própria de televisão, mas assisti pela internet algumas vezes, já a transmissão era disponibilizada online).

Ressalto, por fim, que a metodologia aqui descrita baseia-se na organização, seleção e análise qualitativa das fontes. Deste modo, restringi minhas análises a esse grupo específico e considero essa uma boa escolha. Privilegiar os processos internos ao grupo e participar semanalmente dos encontros são fatores que possibilitaram diferentes formas de enxergar as relações ali existentes, tais como amizade, parentesco e vizinhança que compõem a rede de sociabilidade na qual os indivíduos estão inseridos. Além do mais, evidencia como a religião se mostrou capaz de penetrar em todas essas relações ao mesmo tempo.

A organização do material se deu de forma paralela. Durante quatro meses organizei tabelas com as entrevistas, materiais fotográficos, material de campanha, jornal da igreja, cobertura da mídia das eleições 2012 e a bibliografia. A mídia, principalmente as informações produzidas pela igreja em seus meios de comunicação, se revelou um instrumento eficaz na intermediação da relação dos fiéis com a política e na construção das carreiras dos candidatos da IIGD, e, por isso, mais que uma fonte documental, teve fundamental importância na análise desse processo eleitoral.

Durante esses quatro meses eu vivi a Igreja Internacional da Graça de Deus da maneira mais intensa que me foi possível. Volta e meia me pegava cantarolando o jingle da campanha do Dr. Manaia. E também sonhava com ele, às vezes. Em alguns momentos, inclusive, achei que essa imersão tão profunda e o pouco tempo de distanciamento que teria até a redação do

---

<sup>15</sup> <http://www.ongrace.com/portal/> (acesso em 03.01.12).

presente trabalho pudessem prejudicar minha percepção, afinal, minha gratidão aos meus interlocutores se transformou em amizade e respeito, o que poderia ameaçar a clareza do quadro que se formava diante de mim. Mal havia saído do campo e já tive que classificar as fontes de três formas distintas: a percepção das eleições a partir da hierarquia da igreja, a percepção das eleições pelos fiéis e a percepção das eleições pela mídia e pela academia. Acho que isso facilitou a visualização do contexto a ser analisado. Depois, busquei cruzar tais informações, de modo a identificar eventual reprodução de determinados discursos proferidos pela hierarquia da Igreja e separá-los das concepções subjetivas de cada indivíduo sobre o processo de um modo mais geral. Isso porque considero de fundamental importância avaliar a inserção dos indivíduos em unidades sociais mais amplas, para além da Igreja, na construção de sua percepção política.

Por fim, gostaria de destacar que, muito embora o meu lugar no campo como pesquisadora esteja em destaque nas narrativas apresentadas a seguir, procurei me distanciar o máximo possível do meu objeto (e não sei até que ponto fui capaz de fazer isso com sucesso!). O espaço conferido ao “eu” pesquisador se resume à apresentação da igreja e do candidato, os quais, impreterivelmente, precisavam ser descritos de acordo com as minhas percepções. Em relação às entrevistas, contudo, tentei colocar ao máximo as falas dos próprios interlocutores, e não a minha interpretação sobre elas, numa mera tentativa de objetificar esta análise na medida do necessário, uma vez que o excesso de subjetividade poderia transformar o presente estudo num mero discurso ideológico sobre os ‘outros’. Embora tratar objetivamente sujeitos e contextos de campo não seja uma tarefa fácil, também não o é assumir posições a partir do saber científico sem cair em armadilhas entranhadas de julgamentos de valor. Por este motivo, preferi apresentar a diversidade de olhares dos atores sociais em campo na construção da pesquisa, de modo a jogar para o próprio leitor a tarefa de enxergar a complexidade do que ali se afigura.

## 1 IGREJA INTERNACIONAL DA GRAÇA DE DEUS: TRAJETÓRIA E INSERÇÃO POLÍTICA

“Exigir a bênção não é dar ordens ao Senhor, mas é obedecer a Ele, começar a assumir a posição de filho de Deus, e reconhecer que, quando Jesus morreu no Calvário, pagando com a vida o preço do pecado de Adão, nós fomos reconciliados – trazidos de volta a Deus. A maioria do povo de Deus está fazendo exatamente o oposto do que deveria ser feito. Ora e jejua, suplicando ao Senhor para dar-lhe algo que, na verdade, Ele já concedeu. Este não é o caminho para recebermos as bênçãos de Deus. A maneira correta é exigir em Nome de Jesus que o mal saia de nossa vida”. (SOARES, 1987, p.18)

### 1.1 Na onda da difusão neopentecostal: o surgimento da IIGD

Considerada uma referência quando se fala em “neopentecostalismo”, a Igreja Universal do Reino de Deus<sup>16</sup> – daqui em diante denominada simplesmente como IURD – além de sucesso, fez “escola”. Romildo Ribeiro Soares, co-fundador da IURD em 1977 junto com seu cunhado Edir Macedo, desligou-se desta após divergências internas para fundar sua própria igreja (ALMEIDA, 2006, p. 60). Em 1980 fundou a Igreja Internacional da Graça de Deus (IIGD) e, embora ela não tenha alcançado a visibilidade conquistada pela “irmã mais velha”, assemelha-se a esta em muitos aspectos.

A Doutrina da Determinação, por exemplo, é bastante parecida com Teologia da Prosperidade proclamada pela IURD e defende que as bênçãos de Deus já foram concedidas a toda humanidade por meio da obra que Jesus realizou na cruz, motivo pelo qual os fiéis não devem pedi-la, mas reivindicá-la. O sucesso é a palavra de ordem, e, para alcançá-lo, deve-se partir do que o Missionário R. R. Soares chama de determinação, isto é, tomar posse da bênção (SOARES, 1987). A justificação da Doutrina da Determinação se encontra numa passagem de João, 14-13: “E tudo o que pedirdes em meu nome eu o farei, para que o Pai seja glorificado no Filho”. Na concepção de R. R. Soares, a palavra pedirdes teria sido mal traduzida neste versículo. Segundo o autor, *aiteó* e seus cognatos em língua grega têm o sentido de determinar, exigir. Deste modo, ele crê que aqueles que têm fé não precisam pedir ao Senhor a bênção, mas exigir que ela se manifeste em suas vidas, ou seja, tomar posse de algo que já foi dado a eles.

<sup>16</sup> Para melhor compreender a trajetória da Igreja Universal do Reino de Deus, ver Almeida, 2006.

No portal da igreja da Graça<sup>17</sup>, a trajetória da Igreja Internacional da Graça não faz nenhuma menção ao desligamento da Igreja Universal, mas conta que está atrelada ao livro “Curai enfermos, expulsai demônios”, do norte-americano T. L. Osborn, considerado um marco na vida ministerial de R. R. Soares. Foi após a leitura do referido livro que o Missionário compreendeu – e passou a praticar – a Doutrina da Determinação.

A trajetória pessoal do Missionário descrita no site da igreja pode ser comparada a de um herói: dificuldades, abdições, fé, perseverança e vitória. Um importante contato com Deus, ainda quando criança em Muniz Freire, interior do Espírito Santo, revela sua predestinação à missão que mais tarde receberia do Senhor:

“Foi quando criança, durante uma visita à cidade vizinha, ele viu, pela primeira vez, um aparelho de TV na vitrine de uma loja. Ao perceber que uma multidão estava parada em frente ao estabelecimento, completamente fascinada pelo que via através daquela tela, ele fez uma oração: ‘Ninguém está usando esta nova invenção para falar do Senhor, meu Deus. Dê-me os meios e a oportunidade, e eu estarei naquela tela falando do Seu amor’”.

É na predestinação de seu fundador, portanto, que tem início a trajetória da Igreja Internacional da Graça de Deus. A história disponível neste mesmo site conta que embora tenha chegado ao Rio de Janeiro em 1964 com o sonho de ser médico, R. R. Soares abdicou a esse sonho para atender ao chamado de Deus, deixando de lado uma bolsa de estudos para medicina que havia conseguido numa universidade de Moscou. Sua primeira aparição em rede nacional – e o início de seu trabalho de evangelismo – ocorreu em 1977, num programa exibido na extinta TV Tupi. A narrativa não economiza ênfase no sucesso e na fórmula aonde “querer é conseguir”. Desta forma:

“Outro sonho, então, nasceu em seu coração: falar de Jesus durante o horário nobre da TV. Mesmo que os custos fossem altíssimos, em dezembro de 1997, pela primeira vez na televisão brasileira, alguém falava de Cristo durante o horário nobre”.

O desfecho dessa história destaca a recompensa recebida pelo Missionário por ter abdicado do seu sonho de se tornar médico:

“Milhões de pessoas foram salvas pelo poder de Deus, e milagres começaram a acontecer durante seu programa, o “Show da Fé”. A manifestação do poder de Deus era evidente através da libertação e da cura de várias doenças. Cumpria-se, então, a Palavra que Deus havia falado ao seu coração quando recusou a bolsa de estudos para atender ao chamado ministerial: como pastor, ele seria usado para curar muito mais pessoas, e ainda as levaria para o céu. Finalmente, ele se tornou um médico”.

O aparato midiático da IIGD também é invejável: R. R. Soares comanda o programa “Show da Fé” em dois diferentes canais abertos, Bandeirantes e Rede TV! sendo que na Bandeirantes seu programa ainda permanece em horário nobre. O Portal da Igreja da Graça na

<sup>17</sup> Disponível em <http://www.ongrace.com> (acessado em 03.01.2013).

internet dá acesso à agenda dos pastores, disponibiliza toda a Bíblia online, o conteúdo do jornal Show da Fé, a programação ao vivo da RIT e oferece, entre outras coisas, o Curso Fé<sup>18</sup> em áudio ou escrito, que ensina a Doutrina da Determinação em seis idiomas, inclusive o árabe. Outra coisa que chama atenção é o conjunto de cursos presenciais oferecidos pela AGRADE, a Academia Teológica da Graça de Deus e que inclui um Bacharelado em Teologia, o qual, inclusive, pode ser feito à distância através da plataforma EAD (Ensino à Distância). São oferecidos cursos de pós-graduação em História do Cristianismo, Missões, Aconselhamento e Cristão e Capelania. Há também Cursos Bíblicos, Línguas (Inglês, Espanhol e Libras), Oratória, Análise Bíblica e Pedagogia Cristã.

A Graça Editorial é responsável pela publicação de revistas como a “Carta Viva” e a “Graça Show da Fé”, o “Jornal Show da Fé”, de tiragem mensal, e livros de conteúdo religioso. A Graça Music é responsável pela carreira de um dos maiores nomes da música gospel atualmente, o cantor Thalles, que acaba de receber o troféu Promessas de melhor cantor gospel do ano de 2012. A Graça Filmes, por sua vez, acaba de lançar o primeiro longa-metragem no circuito de cinemas nacional, o filme “Três Histórias e um destino – O filme” é baseado no livro homônimo do Missionário R. R. Soares. As gravações aconteceram nos Estados Unidos e a narrativa gira em torno de três histórias: a de um pastor que se corrompe, a de um jovem casal cristão que passa por dificuldades e quase vê o fim do casamento, e a de um jovem marginalizado. Por fim, a RIT, Rede Internacional de Televisão, com sinal aberto em UHF e cujo conteúdo é diversificado e inclui transmissão de cultos, programa de notícias a cada hora, programação jovem etc.

A organização interna da igreja é muito bem estruturada e hierarquizada. De acordo com informações que me foram passadas pelo pastor que comandava o grupo jovem, um fiel pode começar a trabalhar na organização da igreja como Obreiro. Na sequência, torna-se Auxiliar de Pastor e, então, Pastor. Tornar-se Pastor, no entanto, está longe de ser o último estágio dessa progressão, já que é possível continuar a ascender na hierarquia da IIGD. Há a figura do Pastor Regional, responsável por comandar igrejas locais, o Pastor Estadual, responsável por todo o Estado - no caso do Rio de Janeiro o Pastor Rogério Postigo – e, por fim, o Diretor dos Pastores, cargo ocupado à época pelo braço direito de R.R. Soares, o Pastor Jayme Amorim. Importante ressaltar que em nenhum momento houve referência a quaisquer cargos para mulheres, embora eu tenha observado a importância delas, sobretudo na condição de esposas, durante os cultos.

---

<sup>18</sup> Disponível em <http://www.ongrace.com/cursofe/>. Acesso em 03.01.2013.

Também pude observar nos cultos, encontros semanais e nas falas das lideranças e informantes comigo que essa estrutura hierárquica era muito bem marcada e reproduzida nos grupos menores. Cris explicou que o próprio Ministério Jovem tinha subdivisões. Um pastor é responsável por coordená-lo. Cada pastor, que pode ser meramente auxiliar, isto é, não precisa vir a assumir uma Igreja algum dia, tem sua função específica, assim como os fiéis que participam de Ministérios e Grupos. Cada grupo está submetido ao pastor responsável pela igreja a qual está vinculado e os pastores responsáveis submetidos ao responsável pela sede estadual, neste caso, o Pastor Rogério Postigo.

O trabalho de Ricardo Mariano (1995) destaca os três pontos principais na estrutura teológica do “neopentecostalismo”: a valorização do papel axiomático das entidades demoníacas e da cura divina, a influência da teologia da prosperidade e a liberalização de usos e costumes em comparação aos “pentecostais clássicos”. “Esse conjunto de características – ao lado da incorporação de feições empresariais, da entrada na política partidária e do uso intensivo da mídia eletrônica – revelaria, segundo o autor, o significado mais profundo assumido pelo ‘neopentecostalismo’: dessectarização e ajustamento à sociedade”. (GIUMBELLI, 2002:306)

### 1.1.1 Cura e libertação

Frequentei alguns cultos em dias e horários diferentes e a organização de todos eles é semelhante. Como de praxe entre as igrejas pentecostais, cada dia da semana é dedicado a um tema diferente (Anexo A, Figura 2). Às segundas, Culto da Prosperidade; às terças, Culto do Perfeito Amor; às quartas, Sagrada Família; às quintas, Causas Impossíveis; às sextas, Cura e Libertação, aos sábados, Sucesso Financeiro e Terceira idade, e, aos domingos, Louvor e Adoração<sup>19</sup>. Embora a Igreja se caracterize pela centralização, a organização e nomeação dos cultos são feitas de maneira diferente em outras sedes, como a de Niterói, por exemplo. O culto das sextas-feiras aproxima-se do culto da Libertação da IURD não só no nome, mas também na parte ritual, totalmente voltada para a libertação do demônio. Exorcismos são comuns. Os obreiros, em geral, se encarregam de fazê-los. A presença do Missionário R. R.

---

<sup>19</sup> Aos domingos é oferecida aos fiéis a unção, espécie de benção com um óleo colocado na testa de cada um.

Soares também ocorre geralmente neste dia. Também é às sextas-feiras que o culto tem um intérprete de Libras, de modo que deficientes auditivos possam participar.

Inicialmente, não pretendia inserir qualquer descrição desses cultos. Eles serviriam tão somente como uma forma de adquirir familiaridade com a igreja. No entanto, os rituais ocorridos especificamente nos dias de Cura e Libertação se mostraram tão interligados à presença do candidato da Igreja ao cargo de vereador, Dr. Manaia, que achei necessário incluir aqui essa experiência.

Quando fui ao primeiro culto de Cura e Libertação já era o mês de julho. Isso significa que a propaganda eleitoral já estava permitida. Nesse dia, em especial, haveria a presença do R. R. Soares (e quando ele não consegue ir, o Pr. Jayme, vai no lugar dele). Há cultos às 9h, às 14h e às 19h. Fui ao último do dia, mas experimentei ir aos outros horários e eles ficam igualmente lotados. O Templo foi enchendo progressivamente até completar sua capacidade máxima. Durante a primeira meia-hora, apenas louvor e músicas animadas. Todos interagem com o cantor que estava no púlpito (e que ao final teria seu CD sendo vendido pelo Pastor Rogério Postigo).

O Missionário R. R. Soares entrou em meio a uma das músicas e puxou outra assim que a primeira acabou. A nova música declamava todos os livros da Bíblia, um por um, pois, segundo sua fala, ele gostaria que o “Povo de Deus” soubesse os livros da Bíblia de cor. Na sequência, pediu a que repetissem a música e todos voltaram a cantá-la. Em seguida, leu uma passagem bíblica e explicou trecho por trecho, como de costume entre os pastores. Contou histórias que dizia serem verdadeiras, ocorridas em outros lugares do país e do mundo, além de contar algumas piadas, das quais nem sempre as pessoas riam.

Neste dia em especial, ele comandou uma oração pela cura daqueles que tinham labirintite. Um 40 pessoas com labirintite foram até o púlpito. Para quem não sabia do que se tratava a doença, ele explicava os sintomas: “Você que olha para o chão e sente tonteira, cai com facilidade. Você tem labirintite! Se tiver fé, pode vir pra cá!”. Em seguida, ele determinou que os doentes orassem olhando para as próprias mãos. Depois, que impusessem as próprias mãos sobre a cabeça. Invocou o diabo e ordenou que ele parasse de perturbar a vida daquelas pessoas. Ao fim da oração deu espaço para que algumas pessoas testemunhassem sua cura.

Após a oração perguntou quem ali patrocinava o “Show da Fé”. Neste momento, os obreiros andavam pela igreja oferecendo um papel para que as pessoas se cadastrassem: “Quero ver 100% dessa Igreja patrocinando o Show da Fé” - dizia. Enquanto algumas pessoas



pegavam o papel para o cadastro, ele dizia que dificilmente voltaria na próxima semana, pois não teria muito tempo daqui até as eleições para vir ao Rio - o que de fato não ocorreu -, pois seu filho David Soares era candidato a vereador em São Paulo e ele teria muitas coisas pra resolver lá.

Logo depois, chamou o Dr. Jorge Manaia, médico, para perguntar o que era labirintite. Sua presença ali durante todo o período do trabalho de campo era uma constante. Primeiramente, o Dr. Jorge agradeceu ao Senhor Jesus porque aquelas pessoas haviam sido curadas. Neste momento, várias pessoas que alegavam sofrer tontura começaram a balançar a cabeça pra frente e pra trás, e a encostar as mãos nos pés sem que ficassem tontas, a fim de comprovar a cura ali ocorrida. Depois, o Dr. Manaia explicou rapidamente o que era o labirinto, e, conseqüentemente, a labirintite. Terminada a explicação, o Missionário pediu para que os fiéis rezassem para o Dr. Manaia, que era candidato à reeleição para o cargo de vereador. De cabeça baixa, ele recebeu a oração. Os fiéis estenderam suas mãos sobre ele e oraram<sup>20</sup>. Aqui não se falou em votos.

Ao fim do culto, R. R. Soares falou sobre a Nossa TV (TV por assinatura da IIGD, cuja assinatura custa R\$39,90 mensais). O fiel só precisa pagar a mensalidade e terá direito a assistir a RIT Notícias, sete canais evangélicos, ao canal da IIGD que transmite os cultos, canais esportivos, entre outros. Ele ressalta a importância de não colocar qualquer programação à disposição da família: “Depois não sabe por que o filho entra na droga, o marido trai com outra mulher. A televisão mostra isso tudo”, dizia ele. “Na Nossa TV só tem canal aprovado por mim. Nada de cinema pornô, novelas, essas coisas do “pessoal do mundo”<sup>21</sup>. Só coisa pro povo de Deus!” – completou.

Depois, iniciou outra oração e retirou-se antes que acabasse, ficando a cargo do Pastor Rogério continuar a oração de libertação. Neste dia em particular, não houve exorcismos - não que eu tenha visto -, mas o clima criado naquele momento é propício para que haja. Algumas luzes são apagadas, o tecladista toca uma música intimista, o Pastor Rogério muda a impostação da voz e fala diretamente com o diabo. Determina que ele saia da vida das pessoas. Também se refere a entidades das religiões afro-brasileiras, tais como Exus e Pombas-giras.

---

<sup>20</sup> De acordo com a pesquisa “Novo Nascimento”, orar é o principal instrumento de participação política dos evangélicos: “é o modo de dizer intenções diante de Deus e dos irmãos. [...] Orar pelas eleições é uma forma profunda de valorizar o rito democrático e suas características institucionais. Orar pelo candidato supõe as eleições, mas põe o foco da disputa no desejo da vitória. São intenções diferentes, ainda que complementares.” (FERNANDES et al., 1998, p. 122).

<sup>21</sup> Modo como eles se referem àqueles que não acreditam em Cristo ou que não fazem parte do “Povo de Deus”.

Depois dessas orações, há o momento da oferta, da oferta especial, do dízimo e da venda de livros e cd's etc. Algumas vezes, os pastores sugerem uma quantia mínima para os produtos. Dependendo da demanda, este preço é mantido ou diminuído, nunca aumentado. A quantia inicial geralmente é alta: R\$200,00 por três livros e um CD, por exemplo. Num culto anterior, e diante da inércia dos fiéis frente ao pedido mínimo, o pastor começou a justificar o valor dos pedidos dizendo que os gastos da Igreja estavam muito altos, como a conta de luz de R\$15.000,00 (quinze mil reais), do aluguel de R\$9.000,00 (nove mil reais). Em momento algum falou-se da remuneração dos pastores. Por fim, desistiu. Naquele dia ninguém pôde oferecer aquele mínimo e os obreiros se retiraram com os livros. Só após a oferta dos produtos e recolhimento das ofertas é dada a benção final e os fiéis são liberados. Às sextas-feiras, o culto dura facilmente duas horas e meia.

Ao final do culto, Dr. Manaia costumava se posicionar na porta de saída da igreja. Seus ajudantes ficavam a postos com os santinhos em mãos (Anexo A, Figura 3), prontos para distribuí-los cuidadosamente aos fiéis de modo que ninguém saísse sem o seu. As mãos do candidato, no entanto, ficavam livres. Ele cumprimentava o maior número de fiéis que conseguia. Ao fundo, seu jingle de campanha tocava ininterruptamente em alto e bom som. Um pouco mais ao lado da saída, para não atrapalhar a movimentação das pessoas, ficava a enorme placa na qual aparece abraçado ao Missionário R.R. Soares e o slogan: "A gente chega lá!". Essa placa, inclusive, estava espalhada em frente a várias sedes da IIGD pelas quais passei. No entanto, algumas semanas depois foram substituídas por uma na qual o candidato aparece sozinho. Dr. Manaia era candidato pela Coligação "Somos um Rio", a mesma do candidato reeleito à prefeitura, Eduardo Paes.

Em geral, a receptividade neste momento de corpo-a-corpo era boa. Os fiéis se dirigiam a ele com bastante intimidade, intimidade de "irmãos em Cristo", e pediam conselhos pessoais, conselhos médicos, conversavam sobre a Igreja, os projetos que estavam sendo desenvolvidos para os jovens da comunidade, entre outras tantas coisas, haja vista que o Dr. Manaia também era responsável pelos cursos profissionalizantes de informática oferecidos gratuitamente pela ProGraça (Anexo A, Figura 4) a qualquer pessoa que quisesse se inscrever. A aceitação dessa presença política ali no final dos cultos, no entanto, não era unânime e por mais de uma vez escutei críticas. Num dado momento, um homem passou apontando para um santinho distribuído na porta da Igreja e exclamando: "Ó...outro Bispo Macedo aí, ó. Religião e política não se misturam. Uma palhaçada isso".

A propósito, por várias vezes escutei os Pastores lembrando sobre a proibição de fazer propaganda política no púlpito<sup>22</sup>. No entanto, algumas concessões eram permitidas, tais como orar por aquele que recebeu, nas palavras do Pastor, “a missão de ajudar a colocar a cidade do Rio de Janeiro no caminho de Jesus”. Com a proximidade do pleito eleitoral, no entanto, tais orientações foram quebradas pelo próprio R. R. Soares, que por mais de uma vez chamou Dr. Manaia ao púlpito, lhe deu um forte abraço e exclamou:

“Ó, gente! Nós não podemos fazer propaganda política aqui em cima que é pra depois eles não ficarem falando mal da gente, mas é que esse é o meu candidato a vereador na cidade do Rio de Janeiro, o Dr. Jorge Manaia. Este cara é um cara sério. Um homem de Deus. A gente precisa ter gente nossa lá pra defender os nossos interesses, o Povo de Deus, senão eles fazem o que querem. Sabia que eles querem legalizar o aborto? Matar as criancinhas todas? Legalizar o casamento gay? De homem com homem e mulher com mulher? Tem que ter gente lá pra fazer valer a vontade de Deus, senão eles fazem o que querem. Eu confio no Manaia, vocês confiam?”

Em uníssono, todos responderam que sim, entre gritos de “Aleluia!” e “Glória a Deus”. Quando se referiu à necessidade de haver “homens de Deus” para impedir as leis por ele consideradas como atentados à moral e aos bons costumes, R. R. Soares exaltou o trabalho da Bancada Evangélica (nestes exatos termos) em Brasília, falando da importância de seu pulso forte.

A cada semana a presença do Dr. Manaia no púlpito era justificada de uma maneira diferente. Numa outra ocasião o Pastor Rogério ofereceu vários DVD’s. Um deles contava a história de uma menina que cometia aborto. Depois de oferecer o produto, exclamou: “Isso que deveriam passar na escola para conscientizar, e não distribuir camisinha e kit gay”. Nesse momento, o Pastor Rogério chamou o Dr. Manaia para falar sobre aborto e logo perguntou: “Aborto é matar uma vida?”<sup>23</sup>. “Na minha concepção, sim” – respondeu o candidato. Emendou essa afirmação com uma explicação do motivo pelo qual ele acredita que a vida é concebida quando o espermatozoide fecunda óvulo, ressaltando que há pessoas que defendem outras posições em relação a isso (embora as despreze). Depois, falou dos malefícios que um aborto pode trazer, como por exemplo, impedir que a mulher venha a ter mais filhos ou

<sup>22</sup> A prática é proibida por lei, tendo em vista que as Igrejas são equiparadas a locais públicos por se tratarem de bens de propriedade privada que se destinam à frequência pública, nos moldes do art. 37 da Lei n.º 9.504/97.

<sup>23</sup> E aqui a posição da IIGD difere da posição da IURD em relação ao aborto. Pierre Sanchis (1998) descreve a seguinte situação: “Um debate no programa ‘Espaço Evangélico’, fundamentalmente entre Assembleia de Deus e IURD, deixou-me a impressão de que existia uma decisão normativa, tomada colegialmente pelos bispos da IURD contra o aborto. Mas isto diria respeito, realisticamente, ao crente. E deveria admitir-se que o Estado, diante do grande número de abortos ocorridos nas condições mais dramáticas, tenha o dever de regular esta prática. A distinção estava feita claramente entre o comportamento esperado do evangélico e a constatação de um comportamento social geral, que devia ser levado em conta pelo legislador (FERNANDES et al, 1998, p. 162).

complicações na próxima gravidez. Por fim, fala que todas as mulheres que cometeram aborto com as quais ele teve contato (e que teriam sido muitas em 20 anos de profissão) se arrependeram de tê-lo feito. Arremata a questão argumentando que o aborto causa danos psicológicos irreversíveis para toda a vida da mulher.

Imediatamente após a resposta, o Pastor Rogério pediu que todos os fiéis estendessem as mãos sobre o candidato e falou: “Aqui em cima a gente não pode pedir mais do que a oração, mas lá fora a gente pode e deve multiplicar essa benção. Nós precisamos do povo de Deus lá para lutar pelas nossas causas, senão só chega coisa ruim”. E, assim, puxou a oração. No final do culto, mais uma vez ele estava lá na porta da Igreja. Ele e seu aparato eleitoral. Mas, afinal de contas, quem é Dr. Manaia?

### **1.2. Dr. Manaia, o candidato apoiado pela Igreja Internacional da Graça de Deus.**

As tentativas de entrevistá-lo foram muitas. A princípio, inclusive, achei que não teria problemas, pois meu e-mail solicitando a entrevista foi solicitadamente respondido por seu assessor menos de 24 horas após o envio. Os empecilhos, no entanto, começaram quando explicitiei o motivo da entrevista: uma pesquisa acadêmica sobre o comportamento eleitoral evangélico. Já no e-mail posterior, o mesmo assessor perguntou se eu gravaria a entrevista ou faria vídeos. Respondi que só precisaria do áudio, mas que se isso fosse um problema também poderia fazer a entrevista sem gravá-la. Não adiantou. Não houve mais respostas apesar da minha insistência. Mande mais três e-mails, mas pararam de me responder. Conclusão: fiquei sem a entrevista.

Os dados do candidato foram colhidos durante os cultos, por informações de meus interlocutores, acesso a sua página na rede social Facebook<sup>24</sup> (a qual também me rendeu as fotografias da campanha) e em consulta ao seu site pessoal na internet<sup>25</sup>. Seu site pessoal é um pouco mais completo que a página no Facebook e enfatiza seu trabalho na Câmara, mas possui uma parte intitulada “Medicando” na qual o Dr. Manaia dá dicas sobre doenças simples (como falta de ar, nariz entupido etc.).

Jorge Henrique Martins Manaia é, em suas próprias palavras, cristão evangélico, carioca, casado. Nascido em Vila Isabel, estudou durante toda sua vida na rede pública de

<sup>24</sup> <http://www.facebook.com/doutorjorgemanaia?fref=ts> (acessado em 02.01.2012)

<sup>25</sup> [www.jorgemanaia.com.br/portal](http://www.jorgemanaia.com.br/portal) (acessado em 02.01.2012).

ensino. cursou Medicina na Universidade Federal Fluminense, onde hoje é professor, e se especializou em Cirurgia Geral e Gastroenterologia. Fez carreira no Exército, tendo exercido a função de Capitão-Médico da Reserva da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro (Cirurgião Geral e Chefe de Equipe da Emergência do Hospital Central da PMERJ) até 2008, quando foi eleito Vereador pelo Rio de Janeiro pelo Partido Democrático Trabalhista (PDT) com 14.040 votos. Atualmente é Presidente da Comissão de Prevenção às Drogas da Câmara Municipal do Rio de Janeiro, tendo sido o vereador mais votado na eleição para o Conselho de Ética da Câmara Municipal do Rio de Janeiro no ano de 2011.

Seu site pessoal enumera os projetos de leis desenvolvidos por ele desde a sua posse, em 2009, o que me permitiu ter fácil acesso ao conteúdo dos projetos aprovados. Embora a análise desses projetos seja feita aqui de maneira bastante superficial, entendo que seja importante fazê-lo, primeiramente, para identificar a parcela do eleitorado com a qual ele dialoga ou visa dialogar. Em segundo lugar, será possível posteriormente avaliar o impacto das leis por ele aprovadas na decisão dos fiéis de votar nele.

Num primeiro momento, pode-se afirmar que o trabalho do Dr. Manaia não se restringe a temas estritamente religiosos. Alguns deles explicitam sua posição em relação a assuntos que há algum tempo estão no centro da agenda política evangélica, tais como aborto, homossexualidade, drogas e corrupção. Dr. Manaia é totalmente desfavorável a qualquer projeto que descriminalize as drogas, por exemplo, argumentando que as drogas leves podem servir de porta de entrada para as mais pesadas, como o crack. Criticou abertamente a decisão do STF que autorizava as manifestações a favor da liberalização da maconha. Na ocasião da polêmica que envolvia a proposta de retirada da frase “Deus seja louvado” das cédulas do Real<sup>26</sup>, ele divulgou em seu site uma nota exaltando a decisão judicial que indeferiu o pedido do Ministério Público, dizendo “A Justiça foi feita!”, sob o argumento de que: “o Estado é laico, mas o ‘povo’ é religioso”. A lei ordinária nº 5.403/2011 de sua autoria (cuja justificativa se dá na prevenção da pedofilia) determina a proibição de crianças no desfile de agremiações carnavalescas ou grupos assemelhados, excetuando-se a participação em Escolas Mirins ou em alas compostas exclusivamente por crianças, desde que não fique evidenciada nenhuma forma de erotização (sob pena de multa que varia entre R\$3.000 e R\$30.000 por criança).

A maioria de seus projetos e posicionamentos, no entanto, não tem fundamento ideológico tão evidente como nos casos supracitados. Em dezembro de 2012, por exemplo, foi

---

<sup>26</sup> Acessado em 13.12.2012: <http://www.jb.com.br/economia/noticias/2012/11/30/justica-mantem-frase-deus-seja-louvado-nas-notas-de-real-2/>

aprovado na Câmara o Projeto de Lei nº 1.385/2012 que propõe a utilização do banco de concursados do Município para preenchimento de vagas nas OS's<sup>27</sup> incumbidas de gerir a saúde no município. O projeto também é de autoria do próprio Dr. Manaia e tem por objetivo, segundo ele, dar celeridade e impessoalidade à contratação de pessoal para as OS's que estejam vinculadas a prestação de serviço na Saúde Pública do Município. De acordo com a proposição, quaisquer Unidade de Saúde como UPAs, Clínicas da Família, Postos de Saúde, Policlínicas etc. serão incorporadas à nova regra. Se o candidato for contratado para preencher vaga correspondente ao seu concurso originário, obrigatoriamente deverá se desligar de um vínculo para tomar posse do outro.

Outra lei aprovada por Dr. Manaia e que se mostrou bastante importante em sua campanha eleitoral foi a Lei da Ficha Limpa, cujo nome é o mesmo da lei direcionada aos candidatos a cargos eletivos e que teve origem na iniciativa popular<sup>28</sup>. A referida lei (LC 113/2011) impede que a Prefeitura e a Câmara Municipal do Rio de Janeiro contratem funcionários (cargos em comissão) condenados pela Justiça. Tal fato, inclusive, confundiu alguns dos entrevistados. Duas pessoas, Rita e Cris, acreditavam que ele era o autor da Lei da Ficha Limpa direcionada aos políticos candidatos a cargos eletivos. Na ocasião das entrevistas eu ainda não havia tido acesso aos projetos de lei do Dr. Manaia e argumentei dizendo que a lei direcionada a políticos era de iniciativa popular, e, por isso, não podia ser de autoria do Dr. Manaia. Diante da dúvida, nós três nos dispusemos a pesquisar o real teor da lei proposta por ele. Por outro lado, há leis aprovadas por Dr. Manaia que estão relacionadas à medicina, tais como a Lei nº 5524/2012, que prevê a instalação de equipamentos de higiene chamados “inteligentes”, aqueles que são acionados por via de sensores, sem o contato manual, para evitar a disseminação de doenças na população, tais como gastroenterites, hepatites e diversos tipos de viroses; a Lei Ordinária nº 5.423, que obriga a realização do “Teste do Coraçãozinho” (exame de oximetria em pulso) em todos os recém-nascidos nos berçários das maternidades do município do Rio de Janeiro e a Lei Ordinária nº 5.141/2010, que institui penalidade para os proprietários de imóveis nos quais sejam encontrados focos do mosquito *Aedes aegypti*, caso haja reincidência desses focos no imóvel vistoriado. Outras são direcionadas à camada

---

<sup>27</sup> Organizações Sociais de Saúde são entidades do terceiro setor contratadas pela Prefeitura para administrar os Hospitais Municipais. Mais informações em <http://www.saude.rj.gov.br/organizacoes-sociais-de-saude.html> (acessado em 02.01.13).

<sup>28</sup> A Lei da Ficha Limpa (LC nº 135/2010) originou-se da Campanha Ficha Limpa lançada em 2008 pela sociedade civil brasileira com o objetivo de melhorar o perfil dos candidatos e candidatas a cargos eletivos do país. Assim, o objetivo do Projeto de Lei de iniciativa popular era alterar a Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, já existente, chamada Lei das Inelegibilidades. As mais de 1,3 milhões de assinaturas permitiram que o projeto fosse apresentado ao Congresso Nacional por meio de Iniciativa Popular e sancionado em 2010.

mais baixa da população e ligadas à assistência social. A Lei nº 5.358/2012 cria no Rio de Janeiro o Programa de Transferência Condicionada de Renda – Cartão Família Carioca, que objetiva ajudar famílias em situação de pobreza e de pobreza extrema (identificadas pela renda mensal familiar per capita) e deve oferecer, preferencialmente, um benefício complementar ao “Bolsa Família Federal”. A lei prevê que a renda familiar per capita estimada será calculada a partir das informações disponibilizadas no Cadastro Único do Governo Federal e somada ao benefício do Programa Bolsa Família Federal.

Outras leis de menor repercussão também se encontram no rol das aprovadas pelo Dr. Manaia, como a Lei Ordinária 5.433/2011, que torna obrigatória a instalação de placas, nas escolas públicas municipais, com as notas alcançadas por elas no IDEB, bem como a nota da avaliação global do ensino do Município e a Lei nº 5.268/2010, que institui o dia “12 de junho” como o “Dia da Conscientização da Cardiopatia Congênita” no Calendário de eventos do Município do Rio de Janeiro.

Ultimamente ele tem se mostrado preocupado com os debates relacionados aos megaeventos que serão realizados na cidade a partir de 2013, tais como o Projeto de Lei Complementar nº 113/2012 que estabelece condições para instalação do Campo Olímpico de Golfe na Barra da Tijuca e que prevê a modificação de Leis de proteção Ambiental da área. Em seu site, o vereador se pronunciou: “Estamos de olho! Vamos estudar bem esse projeto, estou apurando com técnicos tudo de perto. A nossa cidade sempre em primeiro lugar!” - defendeu o Dr. Manaia.

Acompanhando uma característica geral dos candidatos evangélicos (MACHADO, 2006), os projetos de lei apresentados por Jorge Manaia em seu primeiro mandato, não se restringem ao campo religioso e o material de campanha por ele distribuído nas eleições de 2012 enfatiza principalmente esse ponto (Anexo A, Figura 5).

Muitos autores compartilham o entendimento de que a “entrada dos evangélicos na política está associada a duas motivações importantes: uma de ordem simbólica e outra de ordem prática. A primeira deve-se a uma construção narrativa de necessidade de purificação da política. A segunda seria defender no parlamento os interesses das próprias igrejas e estabelecer relações com o poder público que lhes assegure benefícios” (ORO, 2011, p. 390). Ao evidenciar a preocupação com violência, a saúde pública, educação e discursos de ordem não religiosa, em geral, Dr. Manaia tende a corroborar a primeira motivação. Ao mesmo tempo, tal discurso se mostra estrategicamente como alternativo àqueles que estão no centro

da agenda política evangélica (aborto, drogas e homossexualidade), aproximando-se dos direitos humanos, embora tenham interesses voltados para a igreja.

Outra característica evidente é a importância da autoridade científica do candidato, tão acionada quanto a sua posição dentro da igreja no período eleitoral (infelizmente não pude confirmar se ele é também Pastor ou Ministro – alguns de meus interlocutores afirmaram que sim). Na maioria das vezes em que o Dr. Manaia foi chamado por R. R. Soares ao púlpito, falou sobre questões relacionadas à saúde. Sua autoridade, portanto, transita de maneira bastante forte em ambos os campos: no científico e no religioso. Entre os interlocutores, conforme ficará demonstrado, sua presença no campo da medicina tem grande relevância. Mesmo por isso, arrisco dizer que a autoridade religiosa do candidato não só é complementada, mas indissociável da autoridade científica para que a imagem de um candidato ético, culto, comprometido e capaz tenha impacto real na formação da opinião, e, conseqüentemente, na definição do voto dos possíveis eleitores.

### 1.3. De que forma se dá a presença evangélica no campo político?

A notável presença evangélica na política segue, sem dúvida, uma trajetória inaugurada pela IURD. O segmento pentecostal começou a ganhar mais visibilidade durante a Constituinte, em 1986, quando elegeu 22 de um total de 33 deputados evangélicos para a Câmara. Atualmente, a proporção é um pouco maior. Em 2006 totalizavam 43 e em 2010, 63 deputados evangélicos (ORO, 2011, p. 390). Nas eleições municipais de 2012 (quadriênio 2013-2016) foram eleitos no Rio de Janeiro 07 vereadores apoiados expressamente por líderes religiosos do total de 51 vagas<sup>29</sup>, representando um aumento de 75% em relação ao mandato anterior, quando havia 4 vereadores<sup>30</sup>.

---

<sup>29</sup> A IURD apoiou os três representantes que já estavam na Casa, Jorge Braz (PMDB), João Mendes de Jesus (PRB) e Tânia Bastos (PRB); Silas Malafaia, da Assembleia de Deus Vitória em Cristo apoiou Alexandre Izquierdo (PMDB); R. R. Soares, da IIGD, apoiou Jorge Manaia (PDT); Eliseu Kessler (PSD), filho do pastor da Assembleia de Deus Nemeuel Kessler, também foi eleito. A sétima representante será Márcia Teixeira (PR), esposa do Apóstolo Ezequiel Teixeira, líder da Igreja Projeto Vida Nova, e suplente de Verônica Costa (PR), que deve entrar na Assembleia Legislativa do Rio, onde substituirá o prefeito eleito de Araruama, Miguel Jeovani (PR).

<sup>30</sup> Embora a IIGD e a Assembleia de Deus se diferenciem bastante da IURD em aspectos importantes, têm conseguido transferir para a política sua autoridade religiosa tanto quanto ela. Esse é um dado que não pode ser desconsiderado.



Em 2004 foi criada a Frente Parlamentar Evangélica (FPE), hoje formada por 79 congressistas, de 17 confissões, 13 delas pentecostais<sup>31</sup>, muito embora os deputados não votem necessariamente em bloco. Quando da discussão do projeto de lei do novo código penal (PLS 236/12), em 2012, a FPE se posicionou de forma contundente contra qualquer tentativa de legalização do aborto, da eutanásia e da posse de drogas para consumo próprio. De acordo com os Deputados da FPE, tais assuntos eram inegociáveis por irem de encontro à “natureza de Deus”<sup>32</sup>. Na mesma ocasião alertaram para a hipótese de criminalização de manifestações contra a homossexualidade como uma forma de restrição da liberdade religiosa e da liberdade de expressão.

Ao contrário do que pode parecer num primeiro momento, os evangélicos não têm um projeto político tão definido assim. Sua agenda, aliás, é bastante restrita. Inicialmente, estava direcionada principalmente para a purificação da política e combate à corrupção e aos poucos incorporou os discursos que se tornaram predominantes hoje (aborto, homossexualismo e combate às drogas), embora também existam discursos alternativos.

A participação política efetiva dos evangélicos, por sua vez, nem sempre constituiu uma unanimidade<sup>33</sup>. Já em 1992, o apoio ostensivo a Collor precisou ser justificado, bem como o envolvimento de vários políticos evangélicos em escândalos e corrupção<sup>34</sup>. Em 1994, o Pastor Caio Fábio – representante da AEvB (Associação Evangélica Brasileira) – interferiu nas disputas eleitorais dirigindo aos evangélicos um “decálogo do voto ético”, que, entre outras coisas, enfatizava a “desvinculação entre a escolha eleitoral, de um lado, e, de outro, as indicações eclesiais ou a religião do candidato” (GIUMBELLI, 2002: 357). Paradoxalmente, várias das Igrejas que naquele momento apoiaram a AEvB estão hoje representadas no Congresso.

---

<sup>31</sup> Dados retirados do site oficial da Frente Parlamentar Evangélica, no domínio: <http://www.fpebrasil.com.br/> (acessado em 20.07.2012).

<sup>32</sup> Fonte: Jornal Gnotícias. Disponível em <http://noticias.gospelmais.com.br/frente-parlamentar-evangelica-questiona-mudancas-codigo-penal-42287.html>. Acessado em 04.01.2013.

<sup>33</sup> Um levantamento feito pela ONG Transparência Brasil revelou que dos 56 deputados pertencentes à Frente Parlamentar Evangélica, 32, ou seja, 57% possui alguma pendência na justiça, incluindo acusações de peculato, improbidade administrativa, corrupção eleitoral, abuso de poder econômico, sonegação fiscal e formação de quadrilha. Curiosamente, as fontes desses dados foram todos encontrados em sites de notícias evangélicas: <http://www.patiogospel.com.br/2012/04/maioria-dos-politicos-evangelicos.html>; <http://noticias.gospelprime.com.br/jornalista-critica-bancada-evangelica-proibem-bebidas-mas-nao-a-corrupcao/>. Acessados em 12.02.2013.

<sup>34</sup> Para ficar num único exemplo, o Bispo Rodrigues, da IURD, ex-deputado federal pelo PL recebeu 400.000 reais de Marcos Valério na época do escândalo do Mensalão. Foi flagrado, inclusive, carregando R\$ 150.000 e chegou a ser preso em 2006, na esteira da Operação Sanguessuga da Polícia Federal. Apesar de ter sido afastado da IURD em 2004, foi reintegrado em 2009, mas sem o título de Bispo. Por seu envolvimento no Mensalão, foi julgado pelo Supremo Tribunal Federal e condenado pelos crimes de corrupção passiva e lavagem de dinheiro a seis anos e três meses de reclusão e multa de R\$696.000,00.

### 1.3.1. Modelos de participação institucional

Além de incontestável, a participação evangélica na política partidária não parece apontar para qualquer retrocesso nos próximos anos. Diante disso, a questão que circunda o tema da participação evangélica na política já não se restringe mais a temas como laicidade ou secularização, o que não significa que tais discussões tenham sido esgotadas. No entanto, o que se mostra cada vez mais pertinente discutir não é se a igreja estará presente na política partidária, mas como será essa presença.

Primeiramente, cabe destacar que compartilho o entendimento de Ari Pedro Oro, segundo o qual:

“A interpelação política do pentecostalismo não parece, portanto, carregar consigo um afrontamento ou um questionamento dos fundamentos da democracia republicana. É até possível que a presença pentecostal na política facilite a inserção neste campo de indivíduos que não fosse assim permaneceriam em sua margem”. (ORO,2011, p. 392)

David Martin, ao se referir à América Latina, também afirma que “a ambição dos cristãos evangélicos é somente, com raras exceções, constituir um grupo de pressão eficaz para defender seus interesses institucionais e os princípios morais no sentido amplo, e de se fazerem ouvir no debate público” (2001, p.63-64). No mesmo sentido está o entendimento de Paul Freston (2006), para quem o estado é que deve ser não-confessional. A política poderia, sim, ser confessional na medida em que uma pessoa pode ser inspirada por sua fé religiosa a ingressar na política e defender certas propostas. Neste sentido, Maria das Dores Machado apresenta um importante argumento:

“Autores como Casanova e Paula Montero têm tentado demonstrar que, embora se tratem de processos conexos, a laicização do estado e a privatização da religião são fenômenos distintos e só uma análise que reconheça essa distinção poderá explicar a presença pública das religiões nas sociedades contemporâneas”. (MACHADO, 2006, p. 19)

Para Casanova particularmente, a separação total entre religião e esfera pública tem um caráter mais descritivo, normativo (MACHADO, 2002, p.19), haja vista que ainda há resistência por parte dos indivíduos em aceitar a privatização absoluta da religião e da moralidade. Também há de ser considerado que, na contramão da principal característica adquirida pelas religiões na modernidade, isto é, a individualização, ainda é grande a parcela da sociedade para a qual a religião divide com o Estado a tarefa de fornecer modelos de vida social. É a partir dessa perspectiva, portanto, que se faz possível pensar, primeiramente, o

modo como é feita a articulação entre esses grupos religiosos e a sociedade política, para, depois, passar a analisar de que forma esses modelos são percebidos pelos fiéis.

Na concepção de Machado (2006), há três modelos possíveis para a participação política das igrejas: aquele praticado por grupos que ingressam na esfera pública não para proteger sua liberdade religiosa, mas para proteger todas as liberdades e direitos modernos; aqueles que entram para “questionar as pretensões de autonomia absoluta nas esferas seculares de se organizar de acordo com os princípios de diferenciação funcional, desconsiderando valores éticos e morais<sup>35</sup>” (MACHADO, 2006, p.20); e, por fim, aqueles que visam “proteger o mundo da vida tradicional da lógica administrativa ou jurídica do Estado, questionando a ética discursiva moderna no que se refere à formação de normas e vontades” (*idem*).

Paul Freston (2006, p.12) também se preocupa em classificar os possíveis modelos de atuação evangélica. Segundo o autor, há três modelos, e apenas um deles seria o ideal. O modelo institucional tem sua mais completa expressão na IURD, mas também pode ser utilizado para pensar a IIGD, pois a Igreja, como instituição, entra na política defendendo as suas propostas. Em grande parte das vezes trata-se de mera defesa de seus interesses institucionais. O modelo autogerado ou autoimpulsionado diz respeito ao indivíduo evangélico que constrói uma projeção política, ou que já a possuía antes de se tornar evangélico, atua de maneira autônoma e faz um apelo aos evangélicos para que votem nele. Muitas vezes o apelo evangélico é feito apenas no momento de angariar votos, e só. O terceiro, e mais difícil de encontrar, vai de encontro aos anteriores. Seria o modelo comunitário, caracterizado por não se tratar nem de um modelo institucional, corporativo, nem de um modelo individual, solto. O modelo comunitário acredita que os evangélicos devem se envolver politicamente não em nome de suas igrejas ou instituições, mas em grupo de pessoas que pensam politicamente da mesma forma, inspiradas pela sua compreensão da fé cristã.

O trabalho de Machado, no entanto, aponta para uma característica que dificulta sobremaneira a emergência do modelo comunitário. Segundo a autora, “a mentalidade sectária dificilmente aceita que um membro comum se destaque em alguma instância social e entre na política de uma forma autônoma e responsável com o apoio da comunidade” (2006, p.33). Isso significa que o apoio da igreja é essencial para que um candidato se eleja. Cargos eclesiásticos, por exemplo, são constantemente utilizados em campanhas políticas, tendo em

---

<sup>35</sup> Nesse caso, as religiões questionariam o armamentismo, a desigualdade social do capitalismo etc. e procurariam impor limites à ordem social e à política liberal. (MACHADO, 2006, p.20)

vista o forte capital simbólico que carregam consigo. No caso do Dr. Manaia, por exemplo, R. R. Soares aparecia junto a ele nos cartazes e panfletos. O slogan “A gente chega lá!” logo embaixo indica a importância do apoio hierárquico. Ainda segundo Machado (2006, p. 38), no entanto, não se pode desprezar que diante da pouca credibilidade dos políticos tradicionais e do alto grau de confiança em líderes religiosos, a demonstração desses laços fortes com a hierarquia da igreja tende a indicar uma maior fidelidade dos legisladores aos interesses daquela comunidade específica.

Paul Freston, por sua vez, é bastante enfático ao explicitar sua opinião acerca do que ele chama de “messianismo” atribuído aos candidatos evangélicos. Para o autor, os modelos de participação existentes podem incentivar dois tipos de voto:

“[votos que] contribuem exclusivamente para perpetuação do ‘modelo de fazer política’ no qual interesses corporativos e institucionais se sobrepõem ao bem-comum e até mesmo ao ideal cristão de vida comunitária. São eles: o voto interesseiro, egoísta (o que é bom pra mim, pra minha classe, pra minha profissão) e o voto irmão, que visa apenas os interesses da comunidade evangélica”. (FRESTON, 2006, p. 67).

Numa tentativa de analisar a influência dos diferentes contextos denominacionais ou eclesiais na conformação da cultura cívica e das práticas políticas dos indivíduos, Leandro Piquet Carneiro (1998) também propõe um modelo de análise institucional. Em sua opinião, a religião pode ser decisiva no direcionamento do comportamento político do indivíduo como um fator correlacionado a dois fatores: o primeiro estaria ligado ao “processo de socialização política dos indivíduos (portanto perfeitamente mensuráveis no plano individual)”, enquanto o segundo “estaria ligado à produção de efeitos ambientais (*contextual effects*), não necessariamente mensuráveis no plano individual”. Em outras palavras, o amplo espectro de atividades religiosas evangélicas mobilizadas pelas diferentes denominações, tais como reuniões administrativas, campanhas de interesses sociais, organização de trabalho voluntário etc. incitam a atividade política e associativa:

“[é na igreja] que o fiel tem seu primeiro contato com o mundo da representação e negociação de interesses, processos constitutivos da atividade política e associativa. Os efeitos ambientais, por sua vez, podem ser traduzidos na necessidade de incluir-se nos modelos de análise do comportamento político dos evangélicos uma variável de controle, capaz de descrever o tipo de estrutura eclesial na qual o indivíduo está inserido ou foi socializado” (FERNANDES et al, 1998, p. 183).

Nessa perspectiva, as igrejas evangélicas garantem “um espaço de comunicação de mensagens políticas particularmente dinâmicas e a oportunidade para os membros desta coletividade observarem as reações coletivas às mensagens transmitidas, bem como para adequarem sua conduta a essas reações” (idem, p. 184). Na tentativa de classificar tais efeitos contextuais associados aos diferentes tipos de organização eclesial, o autor utiliza uma

classificação adaptada de Fernandes (1994), que tem por base duas dimensões, isto é, o grau de autonomia das igrejas locais e a centralidade do carisma na vida da igreja. A partir desta perspectiva, propõe cinco tipos de estrutura eclesial que serão por ele adotadas como uma variável de controle na análise do comportamento político evangélico com os dados da Pesquisa Novo Nascimento, e que pretende descrever as formas específicas de veiculação de mensagem religiosa, sociais e políticas e as modalidades de resposta das comunidades. Os modelos são os seguintes: 1) não-carismático, com moderada autonomia local e participativo; 2) carismático, com moderada autonomia local e moderadamente participativo; 3) carismático, descentralizado e participativo; 4) carismático, descentralizado e moderadamente participativo; e 5) carismático, centralizado e não-participativo. Utilizando-se desse modelo, o autor conclui que o contexto eclesiástico é uma variável relevante para análise das relações entre religião e política e coloca em xeque, inclusive, a denominação “eleitor evangélico”, diante das inúmeras características que diferenciam as denominações.

Ao apontar os riscos oferecidos pela participação religiosa na política, Freston chama atenção para a linha tênue que separa o que ele chama de interesses “legítimos e ilegítimos”, pois, segundo ele, sob o pretexto de atender aos interesses evangélicos ou, ainda, da necessidade de representação da minoria evangélica, legitima-se um modo de fazer política que pode se mostrar “ilegítimo”:

“Existem interesses evangélicos legítimos, como a liberdade religiosa, e a garantia de tratamento justo e igualitário pelo poder público. Existem também interesses ilegítimos: o desejo de usar o Estado para favorecer nossos projetos como fazem tantos outros grupos; a sede de poder e respeitabilidade” (2006, p. 111).

Mesmo que a discussão normativa não esteja entre os objetivos do presente trabalho, as posições aqui destacadas são apenas algumas das muitas que propõem modelos de atuação dos evangélicos na política. Elas foram aqui expostas a fim de ampliar o ponto de vista sobre as possibilidades de combinação entre participação religiosa e um bom funcionamento da democracia. Utilizando os termos de Freston, há modelos que possibilitam a defesa de interesses evangélicos “legítimos” e que podem ser instrumentos úteis para compreensão da postura política adotada pela IIGD, pelo Dr. Manaia e pelos interlocutores.

### 1.3.2. O que esperar do mandato do Dr. Manaia, por ele mesmo.

Encontra-se transcrita a seguir uma entrevista concedida pelo Dr. Manaia ao jornal “Show da Fé” na edição de novembro de 2012, logo após sua reeleição. Achei de suma importância transcrever os termos exatos, tanto das perguntas feitas quanto das respostas concedidas, por entender que ambas revelam bastante sobre a construção que se quis fazer do político, Dr. Manaia, aos fiéis/eleitores. Ao mesmo tempo, elas reforçam o discurso que defende a importância/necessidade de políticos evangélicos como condição sem a qual se torna impossível a construção de um mundo melhor.

Logo na primeira pergunta, o repórter indaga sobre a obtenção de votos: “Para o homem que serve a Deus, como você, é muito difícil obter votos quando muitos candidatos usam artifícios financeiros para atrair o eleitor?”.

“Sim” – responde Dr. Manaia. E continua: “Conquistar a confiança das pessoas é muito difícil em uma realidade em que se prega a desesperança em relação aos políticos brasileiros e em que muitos não conhecem seus direitos e o poder que tem seu voto. Entretanto, ao mesmo tempo, é motivador poder fazer a diferença e ser um instrumento para mudar o quadro atual ao qual foi reduzido a nossa política”.

Em seguida, é abordado o tema do crescimento da bancada evangélica: “Os cristãos ajudaram a definir as eleições dos governos Lula e Dilma. A bancada evangélica também aumenta no Congresso Nacional, nos estados e município. Você acredita que essa influência, aliada à conscientização política, tem interferido de forma positiva nos resultados?”.

Manaia responde que “os evangélicos estão entendendo que precisam participar da definição das regras e dos rumos da nossa sociedade, cumprindo, assim, o que Jesus disse no texto de Mateus, capítulo 5, versículo 3<sup>36</sup>. Representamos um terço da população e ainda estamos muito abaixo do nosso potencial de representatividade para influenciar as decisões na cidade, no estado e no país. A conscientização tem melhorado bastante, mas ainda há muito a ser feito”.

Quando perguntado sobre sua interpretação acerca da participação dos evangélicos na política, Dr. Manaia afirma que “todos os setores da sociedade civil organizada devem lutar pelo direito de ter representantes políticos, pois é dessa forma que serão definidas as regras e normas que regem nosso futuro como nação que faz a diferença”.

Na metade da entrevista, o repórter pede para que ele fale sobre seu mandato anterior e sobre os projetos que ele julga mais importantes. O vereador afirma que todos são importantes: “São 19 leis aprovadas, 14 projetos de lei em andamento, uma CPI com

---

<sup>36</sup> “Bem-Aventurados os pobres de espírito, porque deles é o Reino dos céus;”.

resultado concreto (construção de uma clínica de Saúde da família em campo Grande) e mais de 500 indicações legislativas, frutos de denúncias e solicitações da população de todas as regiões da nossa cidade. Porém, um em especial me deixa bastante orgulhoso: a obrigatoriedade do teste do coraçãozinho em todas as maternidades do Rio de Janeiro. Essa é uma ideia que irá salvar muitas vidas, pois se trata do diagnóstico e tratamento precoce de uma malformação muito comum em nosso meio, a cardiopatia congênita”.

Em seguida, a pergunta feita diz respeito ao modo como o Dr. Manaia concilia seu tempo entre a política e a profissão de médico e professor acadêmico. A resposta foi a seguinte: “Com a ajuda de Deus e muito esforço e trabalho. Também encontro tempo para dar atenção à família, aos amigos e irmãos”.

Ao final da entrevista, o repórter procura saber como o Dr. Manaia articula a religião e política: “De que forma você tem atuado como vereador para manter os princípios cristãos e preservar os valores familiares?”. A resposta não fugiu ao tema seguido pela maioria dos políticos evangélicos: “Seguindo os preceitos definidos na Bíblia. Por exemplo: fui contra a proibição de eventos religiosos na orla do Rio de Janeiro e contra a distribuição do kit gay nas escolas. Nosso objetivo é zelar por uma sociedade mais justa, igualitária e melhor para todos, sem fazer acepção de pessoas”<sup>37</sup>.

Ao ser perguntado sobre o novo mandato, Manaia conclui: “Vou dar continuidade aos projetos que tenho desenvolvido nesses últimos quatro anos em favor de toda a população nos mais diversos campos de nossa atuação parlamentar, especialmente nas áreas de saúde, educação, segurança e prevenção ao uso das drogas. Estarei sempre à disposição para receber sugestões, críticas e propostas para um Rio de Janeiro melhor para todos nós”.

Como ficou claro, interesses particulares e valores restritos aos evangélicos se apresentam no centro da agenda política do candidato de uma maneira que se mostra bastante naturalizada tanto para o próprio candidato quanto, como veremos mais adiante, para seus eleitores. Muito embora haja críticas em relação a um modelo que parece, num primeiro momento, priorizar as bandeiras defendidas pelos evangélicos<sup>38</sup>, não podemos deixar de

---

<sup>37</sup> No mesmo jornal (Jornal Show da Fé, Novembro/2012, p. 4-5), a entrevista feita ao recém-eleito vereador de São Paulo, David Soares, filho de R. R. Soares, também confere importância à articulação entre religião e política: “David Soares tem como compromisso atender e prestar serviços assistenciais aos mais necessitados, além de fiscalizar e atuar em favor do povo. Ele foi um dos responsáveis por implementar a RIT em São Paulo, transmitido em UHF pelo canal 40, e conseguiu o alvará para construção do grande templo da Igreja Internacional na capital paulistana, um processo que já se arrastava há quase oito anos. Nesta entrevista, o parlamentar fala de sua atuação na Câmara da maior cidade do país e da grande missão de conciliar o Evangelho com o trabalho de vereador”.

<sup>38</sup> Nas palavras de Mariano, os representantes atuam como “despachantes das suas igrejas” (MARIANO apud ORO, 2011, p. 390), ao invés de apelar à consciência de todos.

ressaltar que as práticas políticas evangélicas reproduzem muitas vezes comportamentos cristalizados na sociedade brasileira, principalmente no que diz respeito ao comportamento político. Por este motivo, acusá-los de praticar ações assistenciais ou corporativistas<sup>39</sup> sem que se compare com outros modos de se fazer política constitui uma prática que não apresenta novas perspectivas e não revela novidades acerca da subjetividade dos indivíduos inseridos nesse contexto. Mesmo por isso, relacionar a atuação dos evangélicos com a cultura política brasileira mostra-se fundamental para entender as novas relações que estão sendo aí construídas, mesmo que não seja possível fazê-lo efetivamente no âmbito da presente pesquisa.

Embora se perceba uma tendência a enfatizar projetos assistenciais, o acionamento da pertença religiosa é, de fato, o principal recurso utilizado por Dr. Manaia em sua campanha eleitoral. Em geral, as Igrejas procuram orientar seus membros, ou em um sentido positivo (votem em fulano) ou num sentido negativo (não votem em beltrano) (FREESTON, 2004, p. 96). A estratégia de buscar votos nas igrejas e de transformar os templos em espaços políticos é uma característica da maioria das denominações evangélicas, principalmente entre as neopentecostais. A pesquisa “Novo Nascimento” (FERNANDES et al., 1998, p. 146) corrobora esse argumento. Embora seja antiga, ela certifica que 95% dos fiéis da IURD votaram nos candidatos indicados pela liderança religiosa nas eleições de 1994. Se esse percentual fosse aleatoriamente reduzido em 15% nos dias atuais, ainda estaria na casa dos 80%, o que ainda seria um dado considerável. Embora a presente pesquisa seja qualitativa e conte com universo demasiadamente específico e reduzido, ela mostra que a maioria dos entrevistados votou no Dr Manaia<sup>40</sup>. Quais os motivos desse percentual tão alto? Qual o reflexo das ideias defendidas nas igrejas no comportamento eleitoral dos fiéis? Aliás, como votam os evangélicos? Pode-se falar em manipulação? Votam em massa? São essas as questões que ocuparão os próximos capítulos.

---

<sup>39</sup> Também segundo Ricardo Mariano, o que ocorre atualmente no contexto político/evangélico é um processo de instrumentalização mútua: “Dos bispos, missionários e pastores, que tentam transformar seus rebanhos religiosos em currais eleitorais, e dos políticos e partidos, que independentemente de sua orientação ideológica tentam instrumentalizar a religião para fins partidários. Essa instrumentalização reduz a autonomia da política em relação aos poderes eclesiásticos e aos seus rompanes moralistas, fundamentalistas etc”. Entrevista concedida à revista IHU online. Disponível em <http://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/515175-religiao-e-politica-a-instrumentalizacao-reciproca-entrevista-especial-com-ricardo-mariano>. Acessada em 20.01.2013.

<sup>40</sup> Conforme informado anteriormente, o grupo de vereadores para o quadriênio 2013-2016 terá sete membros (14% dos 51) que conseguiram o mandato graças à influência expressa de suas igrejas, um crescimento de 75% em relação à gestão anterior, quando havia quatro candidatos.



## 2 COMO SE ORGANIZA O MINISTÉRIO JOVEM DA IIGD DE MADUREIRA?

### 2.1. O Ministério Jovem de Madureira

As circunstâncias pelas quais o Ministério Jovem foi escolhido como objeto de pesquisa foram expostas anteriormente, motivo pelo qual me deterei em descrever a organização hierárquica, as relações interpessoais e também alguns de seus encontros semanais. Esse panorama, por sua vez, poderá oferecer uma visão mais ampla do jogo de posições existentes e do modo de pensar e agir dos interlocutores dentro daquilo que, para muitos deles, é sua mais forte rede de sociabilidade.

Primeiramente, vale ressaltar que o engajamento religioso, via de regra, não tem sido o caminho preferido entre os jovens. A análise feita por Pierre Sanchis em relação aos dados do Censo 2010 detecta uma tendência dos jovens a não se “institucionalizarem”, isto é, não definirem uma religião específica: “o grupo que, pela idade mediana dos seus participantes (26 anos) seria o mais afim à adesão dos jovens, seria o da não religião” (2012, p. 7), em oposição ao envelhecimento da idade média de religiões como o catolicismo, protestantismo e espiritismo. E continua: “de fato, várias pesquisas sobre a juventude distinguem entre os jovens uma tendência, às vezes intensa, ao exercício de uma religiosidade de cunho bastante individual ou de pequenos grupos” (2012, p. 7).

Efetivamente, a prática de qualquer religião exige algumas renúncias. Aos jovens evangélicos, por sua vez, recomenda-se que não frequentem bares, shows, festas ou lugares que não “edifiquem o espírito”<sup>41</sup>. Não raramente, eles sofrem preconceito por parte de jovens que não compartilham do mesmo credo, como por exemplo, nas universidades. “A gente acaba se afastando. Eles só fazem coisas que a gente não sente vontade de fazer, daí é difícil manter a amizade” – dizia Clara. Por este motivo, eles organizam suas próprias festas, com leitura da palavra, muita comida e refrigerante: “a gente se embriaga do Espírito Santo!”, disse Rita animadamente.<sup>42</sup> E de fato todos os entrevistados demonstraram muita satisfação em seu comportamento: “A gente dança até funk de Jesus, mas de um jeito que não seja pejorativo nem faça com que a gente se sintam mal”, continuou ela. Ambas alegaram não se sentir bem em lugares “do mundo”.

<sup>41</sup> Amanda me disse essa frase quando explicava seu processo de conversão e o motivo pelo qual deixou de gostar de frequentar determinados lugares.

<sup>42</sup> Rita contando do casamento de um dos ‘irmãos’ ocorrido na semana anterior, explicando como se divertiam sem o uso de bebidas alcoólicas.

Por mais que a igreja aconselhe os fiéis a não frequentarem lugares que os deixem mais propensos a cair “em tentação”, não há uma proibição expressa. Há apenas uma recomendação: “Mas tem muita gente que vai. Eu já vi gente daqui bebendo cerveja em barzinho”, contou Ana. Junto a essa recomendação, há incentivo da igreja em promover eventos aos finais de semana para os jovens, como festas em suas casas (a igreja ajuda a divulgar e empresta os equipamentos se necessário), idas ao cinema e a shows gospel. Durante o tempo que estive lá, toda semana havia um lembrete para que os jovens se inscrevessem em um retiro de carnaval em 2013: “As vagas estão acabando. Vem gente do estado inteiro” – falava o pastor. Por um preço acessível, eles ficariam quatro dias num lugar afastado, com todas as despesas incluídas.

Se, por um lado, esse estilo de vida seria, para muitos, sinônimo de retrocesso ou atraso, por outro revela um aspecto muito importante da forma como estes jovens crentes se relacionam com a modernidade: por meio da expressão musical. O sucesso do “gospel star” Thalles não deixa dúvidas em relação a isso. Durante seus shows, meninos e meninas cantam o mais alto que conseguem, formando um coro que só se vê em shows de artistas muito conhecidos. Munidos com seus celulares modernos, todos gravam os melhores momentos e tiram fotos. São por ele influenciados não só no que diz respeito à palavra pregada. Os meninos da banda do Grupo Jovem, particularmente, têm um jeito “Thalles” de se vestir: tênis e camisetas da moda, calças apertadas, óculos escuros sempre que possível. Nas palavras de Sanchis:

“Louvor, gospel, grupos musicais de oração, padres cantores: a modernidade entrou pela música, pretendendo transformar ou confirmar as atitudes. A julgar pelo movimento comercial dos livros e dos CDs, é bem possível que os resultados de frequência deste Censo não seriam os mesmos sem este misticismo sonoro. Resta a medir as transformações que ele pode induzir”. (2012, p. 7):

Durante sua apresentação na Marcha pra Jesus ocorrida em maio de 2012 no centro do Rio de Janeiro, o cantor mirim, Jotta A, de doze anos, filmava com seu celular de última geração a plateia de mais de 100 mil pessoas, prática comum entre os maiores cantores do pop mundial. Esse sucesso pode ser traduzido em números: não é possível afirmar com exatidão, mas a indústria fonográfica evangélica, mais conhecida como gospel, vende hoje tanto quanto a indústria secular de música<sup>43</sup>. Conforme se verifica na imagem abaixo (Anexo A, Figura 6), os shows são superproduções posteriormente lançadas em DVD, compartilhados na internet

<sup>43</sup> Matéria publicada na revista Veja em março de 2012 apontou um índice de crescimento de 8% da indústria fonográfica evangélica e como exemplo usou a venda de 400.000 cópias do CD “Diamante” da cantora Damares, número semelhante ao que vende Roberto Carlos e Victor & Leo.

por meio das redes sociais, blogs e pelo youtube. O conceito do que é “moderno” se mostra, portanto, insuficiente para dar conta dessa realidade. Ali, a modernidade é ressignificada e adaptada ao que é moralmente aceito para os evangélicos e não se mostra, portanto, incompatível ao seu estilo de vida. Para Ronaldo de Almeida, por exemplo, “sustentando exorcismos e milagres sobre uma estrutura comercial eficiente, a IURD dilui noções como arcaico e moderno” (ALMEIDA, 2006, p. 143). A IIGD também tem essa característica.

O Ministério Jovem da Igreja Internacional da Graça de Deus de Madureira é formado por um total de quase 300 jovens entre 15 a 30 anos. Há dois encontros no domingo, um para jovens e adolescentes, e outros para os jovens mais velhos. A diferença entre os grupos se dá nos temas abordados, tendo em vista que os mais velhos enfrentam problemas relacionados à sexualidade. Uma vez por mês, no entanto, os dois turnos se unem para celebrar os aniversários do mês.

Acompanhei semanalmente as reuniões do grupo dos mais velhos (e eleitores), entre 18 e 30 anos, durante dois meses. Apesar de um número maior de jovens cadastrados, (eu, inclusive, fui cadastrada), a média de frequentadores varia entre 35 e 50 pessoas em cada uma das reuniões. Ali, todos se conhecem e a presença é controlada por meio de uma lista que contém nome e telefone de cada jovem fiel. Se o “irmão” falta, eles ligam para saber se algo grave aconteceu: “O importante é que ele esteja feliz. Se não estiver, a gente corre pra socorrer!” – completa Cris.

As primeiras reuniões das quais participei eram conduzidas pelo Pastor Wilker e constituídas por um momento de louvor, adoração e oração e outro de debate, onde diversas questões são abordadas, com destaque para a sexualidade e o amor. Os jovens se organizavam em círculos e debatiam de igual pra igual. As perguntas eram conduzidas pelo Pastor e questionavam, por exemplo, como deveria ser um “namoro de Deus”; como saber se nos apaixonamos pela pessoa correta para alcançar o casamento; o motivo pelo qual o sexo antes do casamento não é aceito; ou, ainda, se o fiel mentiria para parecer alguém que não é só para agradar outras pessoas etc. A Bíblia era acionada a cada novo tópico de discussão para basear as explicações às questões colocadas<sup>44</sup>.

---

<sup>44</sup> Embora tenha surgido de uma dissidência da IURD, a IIGD se distingue dela em muitos aspectos, principalmente no que diz respeito a qualquer abertura a valores e comportamentos difundidos na sociedade. “Nós temos aqui [na IURD], o maior número de ‘separados’, a menor taxa de natalidade (exceto Históricos, de nível cultural e social superior), especialmente oposta à taxa da Assembléia, que recruta nos mesmos meios sociais, a menor recusa do uso de meios anticoncepcionais (mais uma vez em oposição à Assembleia). Por outro lado, a Universal é de longe a igreja menos rigorosa para excluir da comunhão por causa de questões morais:

O grupo é bastante heterogêneo, tanto em relação à idade quanto à classe social, e, embora o ponto de vista em relação à doutrina religiosa fosse mais homogêneo, tal fato não impedia discussões acirradas na hora em que cada um manifestava como deveria agir em uma ou outra situação. Pelas entrevistas, ficou claro que há ali algumas divisões internas, seja pela função que cada jovem tem dentro do Ministério (alguns, como a Cris, têm funções de coordenação), seja entre as pessoas que tiveram um passado “do mundo” e aqueles que cresceram na Igreja, seguindo os preceitos divinos. O grupo também é frequentado por jovens já casados. O Pastor é relativamente jovem, casado, tem um filho recém-nascido e também já foi “do mundo”. No dia 7 de outubro, domingo de eleições e dia de grupo jovem, ele vestia uma camisa com o adesivo do Dr. Jorge Manaia na altura do bolso. Com vários adesivos na roupa também estava outro jovem de 18 anos. O Pastor brincou perguntando se ele estava ganhando dinheiro para fazer campanha. A resposta estava na ponta da língua: “- Que isso, pastor! Só de ter uma pessoa de confiança representando o povo de Deus eu já fico muito orgulhoso”. Todos riram.

Durante os encontros, a minha opinião era constantemente solicitada pelo Pastor Wilker. Numa das vezes ele perguntou como eu agiria caso sofresse uma traição no namoro ou no casamento. A partir da resposta dada por mim e por outros jovens ele aconselhava a maneira ideal de se comportar. Acredito que essa estratégia de incentivar minha participação tinha uma dupla-função: primeiramente, colocar pontos de vista de uma pessoa “do mundo”, e, depois, conhecer melhor meu comportamento para em seguida me aconselhar uma Palavra adequada, afinal de contas, minha conversão não parecia descartada de seus planos.

Após duas semanas de convivência, os jovens já se dirigiam a mim com mais intimidade, se demonstravam interessados em saber se eu estava gostando de frequentar, se eu ficaria lá depois da pesquisa, entre outras coisas. Cris, por exemplo, me incentivou a chegar mais cedo do que o horário em que eu normalmente chegava para poder assistir ao culto das 9h, almoçar com eles e ficar até a reunião do Grupo Jovem à tarde, ou seja, passar o dia na igreja como eles fazem. Eu participava de todas as dinâmicas e orações (recebi até a unção uma vez), mas só expressava minha opinião quando me solicitavam diretamente.

Minha condição de pesquisadora só se tornou totalmente pública na terceira semana em que fui lá. Antes disso, só falei sobre a pesquisa àqueles que vinham conhecer a “nova irmã”, sempre deixando claro que minha intenção não era a conversão. Isso porque deixei a

---

homossexualismo, adultério, mãe solteira – e até devido à intrincada problemática da Aids” (FERNANDES et al., 1998, p. 161).

cargo do Pastor Wilker decidir o momento de me apresentar ao grupo. Eu havia dito que quanto antes, melhor. Ele se esqueceu por duas semanas, mas se lembrou na terceira. Apesar de eu ter me apresentado como cientista social e posteriormente como advogada, ele me apresentou primeiramente como advogada, enfatizou que eu não era jornalista e que estava fazendo uma pesquisa acadêmica sobre a igreja. Depois ele perguntou como era mesmo o nome da matéria que eu estudava. Eu disse que estudava “sociologia” para que eles pudessem entender, e mesmo assim todos me olharam um pouco assustados. Após uma breve explicação minha sobre o objetivo da pesquisa, vieram até mim Clara, Maria e a Ana, fizeram algumas perguntas e se dispuseram a colaborar com o trabalho. Apesar do estranhamento, todos entenderam bem o que eu tinha ido fazer ali. A esperança da minha conversão, no entanto, persistiu até o último minuto.

A banda do Grupo Jovem tem um papel de destaque ali. É composta por baixista, guitarrista, baterista, tecladista e dois vocalistas bastante animados (Anexo A, Figura 7). Quando eles devem comandar o louvor, o fazem com muita competência. Incentivam os jovens a correr de um lado pro outro e fazem brincadeiras. Quando o momento de louvor é seguido pela adoração, conduzem a mudança de clima com igual competência. As vozes ficam mais baixas, a guitarra cede ao teclado o papel de artista principal. Então os vocalistas, na faixa dos 16 anos, começam a entoar palavras de adoração. Nessa hora, os jovens se abraçam, choram, oram e se dão forças.

O teatro também está muito presente na dinâmica do grupo. Certa vez presenciei uma encenação que abordava o tema da inveja e da cobiça. A peça foi feita com garrafas de Coca-Cola de diversos tamanhos diferentes e cada personagem tinha ganhado de Jesus uma garrafa. Àqueles que tiveram inveja dos amigos cujos recipientes eram maiores ficava a lição de humildade de que o importante não é o tamanho do recipiente, mas o valor de seu conteúdo.

Embora os diferentes grupos que compõem o Ministério Jovem (Evangelismo, Louvor, Artes, Administração e Intercessão) tenham jovens líderes que orientam as ações, os dois últimos exemplos mostram que esses grupos comportam um certo grau de autonomia. Os líderes participam frequentemente de reuniões com o Pastor, mas ainda assim permanece uma margem para auto-organização e para tomada de decisões sobre o direcionamento e o conteúdo do que vai ser feito, fato este que confere responsabilidade e incentiva o debate entre os participantes. Ao mesmo tempo, estabelece lugares. Se a organização desses grupos define laços mais fortes de amizade, o não-alinhamento a nenhum deles também. Clara e Maria, por exemplo, tentaram fazer parte dos grupos de teatro e dança, respectivamente. Na

visão delas, as pessoas não são sérias, não se comprometem efetivamente e querem mais “aparecer” do que fazer o grupo crescer. Por isso nenhuma das duas fez questão de continuar. Preferem tão somente frequentar as reuniões e aguardar o que Deus reserva pra elas. São muito amigas.

### 2.1.1. A mudança de liderança

No fim de outubro uma mudança foi anunciada. Deixava o comando do Ministério Jovem o Pastor Wilker e entrava o Pastor Anderson, que já naquele dia conduziria o encontro. Na dinâmica proposta por ele, todos escreveriam num pedaço de papel algum problema que estava tendo atualmente (sem se identificar), depois as perguntas seriam colocadas num saco, sorteadas, lidas e respondidas. Todos eram livres para opinar sobre como agir, mas caso algum “irmão” já tivesse vivido situação semelhante, seria mais fácil aconselhar. Com exceção de um pastor que estava traumatizado por ter sido vítima da violência, assaltado a mão armada dentro de sua própria casa, todas as outras perguntas giraram em torno da questão da sexualidade e da falta da disposição e de propósito para a obra de Deus. Em relação à sexualidade, uma discussão foi sobre tentação carnal e a outra era sobre o término de um namoro porque o companheiro queria ter relação sexual e a menina não. Sobre essa questão, muitas meninas tinham opinião para dar. Muitas já tinham terminado também pelo mesmo motivo, enquanto outras decidiram, conjuntamente ao parceiro, parar de fazer sexo após a conversão. Uma das meninas namorava há dois anos quando ela e o namorado se converteram (ele se converteu primeiro, inclusive). Segundo ela, ambos tomaram a decisão de parar de pecar e hoje evitam situações que os coloquem em perigo. O namoro já totaliza quatro anos.

A dúvida de Maria, uma das entrevistadas, era justamente se ela e namorado deveriam se casar para resolver o problema de não poder ter relações sexuais. A resposta foi unanime: não. Era resolver um problema e criar outros, como, por exemplo, a falta de renda. O melhor mesmo é orar para que o “Espírito Santo dê forças”.

Num dado momento, o Pastor Anderson, se dirigiu a mim perguntando/afirmando se eu era advogada. Respondi que sim. Isso significava que o Pastor Wilker havia falado sobre mim para ele. Ao fim desse encontro, o Pastor Wilker esclareceu que havia sido transferido para o comando de uma igreja no interior do Estado e lembrou para todos que eu estava

fazendo a pesquisa (“Então eu estava sendo pesquisado?!?! – exclamou o Pastor Anderson) e ficaram brincando com o fato de eu estar fazendo o mestrado e ambos os pastores terem apenas a graduação. O Pastor Anderson afirmava que não poderia falar para alguém que sabia mais que ele, senão correria o risco de passar vergonha.

A semana seguinte foi a primeira com o pastor Anderson sozinho no comando do Ministério Jovem, ao qual ele se refere como seus novos “filhos”. Certamente ele tem muito mais experiência com jovens do que tinha o Pastor Wilker. Além do mais, é apresentador de um programa na RIT que é totalmente voltado para jovens. O Pastor Wilker se esforçava e era simpático, mas o Pastor Anderson tem muito mais desenvoltura. Em contrapartida, o encontro ficou visivelmente mais centralizado. Ao invés de círculos de debates, o Pastor Anderson fica no palco, conduz o louvor, a adoração (juntamente com a banda) e introduz uma dinâmica. A cada semana, uma dinâmica diferente. Neste dia, ele tinha pedido para todos se dividirem em pequenos grupos e distribuiu entre todos os grupos encartes das Casas Bahia e da Casa e Vídeo. Disse que tínhamos cinco mil reais para montar a casa em que moraríamos, e que deveríamos comprar somente aquilo que fosse essencial em nossa vida. Todos recortaram e colaram, se divertiram com o que cada um achou essencial e com os milagres que todos tiveram que fazer para montar uma casa com R\$ 5.000,00. Quando todos os grupos acabaram, ele começou a falar da necessidade do controle dos gastos quando se começa uma nova vida após o casamento, principalmente. E que todos deveriam estar cientes de que precisamos nos privar de muita coisa quando optamos por construir um lar. E que durante esse mês de novembro ele ocuparia o grupo jovem com a “edificação”, principalmente do corpo, que deve ser o templo do Espírito Santo, mas também do lar, do casamento e do namoro.

Ao final, ele chamou a frente aqueles que estavam lá e cujo corpo não fosse templo do Espírito Santo. Se esse era o caso de alguém, esse alguém deveria ter coragem para chegar ali na frente sem medo do que os outros irmãos iriam pensar e receber a oração que o Pastor ofereceria, pois, afinal de contas, todos cometem erros. O grupo de louvor começou a tocar uma música bastante introspectiva, o Pastor Anderson começou a cantar e todos juntos começaram a orar. Quatro pessoas se apresentaram a sua frente. Quando acabou a oração, eles foram encaminhados para outro lugar, conduzidos por Sandra e Rodrigo, um jovem casal que trabalha no grupo de apoio. Essa foi outra característica nova que chegou junto com o Pastor Anderson. Ele valorizou a participação dos jovens na organização dos encontros e tem o controle sobre isso. Gostaria, inclusive, de ter entrevistado esse jovem casal, mas não senti abertura por parte deles. No final do encontro, o Pastor chamou para irem ao cinema ver o

filme “Três histórias, um destino”, todos juntos, e combinaram de comer alguma coisa depois. A Clara também me lembrou de que era aniversário dela na quarta-feira e que fazia questão da minha presença.

A última das dinâmicas que presenciei me pareceu a mais interessante até hoje. Logo no início, ele mostrou fotos de vários artistas com maquiagem e desses mesmos artistas sem maquiagem. Todos riam enquanto as fotos iam passando. Depois, leu a seguinte passagem da Bíblia:

“Cala-te diante do Senhor DEUS, porque o dia do SENHOR está perto; porque o SENHOR preparou o sacrifício, e santificou os seus convidados. Acontecerá que, no dia do sacrifício do SENHOR, castigarei os príncipes, e os filhos do rei, e todos os que se vestem de trajes estrangeiros”. (Sofonias, capítulo 1, versículos 7-8)

“O sacrifício é Jesus e os convidados somos nós” – dizia o Pastor Anderson. E continuou: “Nós nos vestimos de crente, tem um monte de gente aqui hoje vestida de crente, mas quando a gente chega em casa e tira essa roupa, como a gente se comporta?” O objetivo da leitura era explicar que as “vestes de estrangeiros” impossibilitavam a proteção de Deus e que de nada adiantaria vestir uma máscara, maquiagem por fora e por dentro ter uma postura totalmente diferente. O pastor Anderson dizia que a forma de falar é a primeira coisa que muda quando nos distanciamos das vestes de crente: “Se muda de ambiente, para de falar igual crente. Não podemos ser uma farsa”, repetia o Pastor Anderson.

Em seguida foram distribuídos vários palitinhos com os rostos de artistas considerados ícones da cultura nacional. Depois ele perguntou para cada um se eles sabiam o nome do artista que estava na mão. Todos sabiam. Em seguida, perguntou a todos se aqueles artistas os representavam: “Esses artistas te representam? Representam seu modo de pensar, agir e vestir?”. Todos responderam que não. E continuava dizendo que eles não poderiam reconhecê-los como representantes de sua cultura, pois não são pessoas verdadeiras. São de um jeito na televisão e de outro na vida real. Estão sempre interpretando papéis.

O detalhamento deste último encontro se fez necessário para ilustrar o tipo de modificação ocorrida no Ministério Jovem durante o tempo em que frequentei aos cultos. O Pastor Anderson é mais novo que o Pastor Wilker. Acabou de se casar. Estudou Comunicação e trabalha com isso, inclusive, há bastante tempo: “É a única coisa que eu sei fazer. É o que eu gosto de fazer”, ele dizia. De fato, o modo como ele se dirige aos jovens é muito singular. Ele compreende o mundo daqueles jovens fiéis e deixa isso de modo bastante claro pelo seu jeito de falar com eles, de se dirigir a eles. Ele critica abertamente quem se acha “santo” em tempo integral e fala: “Tem alguém chamado Jesus aqui? Porque santo, eu só conheço esse”.



A Igreja sabe a importância de manter os jovens fiéis próximos e tem dedicado especial atenção a eles. O Pastor Anderson visita outras igrejas e, segundo ele, é sempre bem recebido. Ele diz que as pessoas esperam pela visita de alguém que saiba falar com os jovens. E ele sabe. Sabe conquistar e vincular os fiéis cada vez mais àquela rede de pertencimento. A fim de decorar o lugar dos encontros, sugeriu colocar fotos de todo mundo nas paredes e pediu também para que trouxessem pinturas em pedaços de isopor para que o lugar ficasse mais colorido e com o toque pessoal de cada um. Os assuntos, no entanto, giram quase que exclusivamente em torno da esfera privada e a preocupação do grupo é direcionada aos seus próprios componentes e familiares. Assim, de grão em grão, de parente em parente, se revela o objetivo de evangelizar o mundo.

É interessante ressaltar que muito pouco se fala sobre trabalhos sociais ou caridade, tanto nos cultos como nos grupos jovens. O foco recai prioritariamente sobre o processo de evangelização, de modo que as pessoas convertidas estarão livres do que os impede de progredir e alcançar a benção – o diabo – e poderão seguir seu caminho por seus próprios meios<sup>45</sup>. A única notícia que me chegou sobre projetos sociais foi passada por Cris. Segundo ela, a IIGD tem um projeto para usuários de crack em São Paulo, momento em que começamos a falar sobre a questão da cracolândia de Madureira. Ela disse que há projetos da igreja para trabalhar com essas pessoas, mas que o que falta não é vontade, é verba: “Tem pouco dinheiro pra isso”. Em contrapartida, falou de um casamento comunitário que a igreja fez na Apoteose e que toda a documentação tinha sido gratuita. E que muito disso só tinha sido possível por causa da intervenção dos vereadores que apoiam os evangélicos.

Contrariamente ao que ocorre durante os cultos, não presenciei nenhuma discussão sobre comportamento político, nem mesmo comentários sobre o Dr. Manaia no dia da eleição, a não ser o fato já citado de que o Pastor, líder do grupo, tinha um adesivo colado em sua camisa. Discussões sobre política ou alguma medida que faça com que deixem de ser vítimas da perseguição religiosa que dizem sofrer, que busque direitos e não privilégios, se há, não são feitas publicamente. O interior dos grupos é ocupado com discussões de assuntos que ficam restritos a esfera privada. Clara me disse, no entanto, que houve um início de mobilização contra o candidato da igreja pelo fato dele direcionar suas políticas para o grupo dos homens e para o das mulheres, preterindo o grupo jovem. Desistiram quando alguém

---

<sup>45</sup> A pesquisa Novo Nascimento já havia detectado uma tendência ao controle pela igreja tanto de trabalhos evangelísticos quanto em termos de ação social: “quando a Igreja entrou na ‘Campanha contra a Fome’, por exemplo, a sua intervenção se deu de maneira segmentária, própria, institucional. Nunca terá sido tão verdadeira a ideia durkheimiana de ‘administração do sagrado’”. (FERNANDES et al, 1998, p. 157)

concluiu que se ele não se elegeisse, a igreja ficaria prejudicada e que o grupo jovem faz parte da igreja também.

Em suma, frequentar as reuniões me fez enxergar com clareza a rede de relações ali estabelecida. Num primeiro momento, a impressão que tive era de que a preocupação política ficaria restrita às lideranças, responsáveis por produzir um discurso e reproduzi-lo aos fiéis. No entanto, como ficará demonstrado nas entrevistas mais adiante, o posicionamento contundente desses jovens em relação a diversos assuntos revelou que há um posicionamento político, sim. De fato, muito dificilmente ele atravessa as barreiras do grupo jovem e vira pauta de discussão quando se está em comunidade, mas individualmente cada um tem uma opinião a respeito dos mais variados assuntos referentes à esfera pública.

### 2.1.2. O discurso político da IIGD

O discurso político da igreja pode ser apresentado por meio da entrevista de Cris, a primeira pessoa com a qual tive contato no grupo jovem. Formada em Administração pela UERJ, Cris é evangélica desde os oito anos de idade (tem 27 anos atualmente), fazendo parte, portanto, da geração de brasileiros que já não nasce necessariamente católica (ALMEIDA, 2006, p. 142). Sua trajetória começou na IURD, mas logo depois foi levada pela mãe para a IIGD. Frequenta o grupo jovem desde os quatorze, quando, segundo ela, tomou consciência do seu papel na Igreja e assumiu esse compromisso com Deus. Frequenta os cultos aos domingos e as quartas, dia de orações pela família.

Durante a semana trabalha na área administrativa de uma empresa de assistência hospitalar e está, segundo ela, “dando um gás no inglês” para começar uma pós-graduação no ano que vem. Quando perguntada sobre o que gosta de fazer, ela responde que gosta de estar com as pessoas que ela ama, seja em casa, na rua ou na igreja, de ir ao cinema e ir à praia, mesmo quando está chovendo. Se há alguma festa com os amigos da igreja, ela vai. E agora também está gostando muito de ler, principalmente os livros relacionados a igreja.

Percebi que sua responsabilidade ali é grande e sua presença sempre solicitada. Tudo o que lhe é pedido ela procura atender com o mesmo jeito amável com o qual me recebeu pela primeira vez, afinal, “devemos tratar as pessoas como queremos que elas nos tratem”, diz ela. Conforme exposto anteriormente, o Ministério Jovem é dividido em cinco grupos: Artes, Administração, Intercessão, Evangelismo e Louvor. O grupo da Administração ainda tem uma subdivisão: Recepção, Tesouraria, Marketing e Eventos. Cris cuida da Tesouraria e da

Recepção. Conversamos assuntos muito variados por uma hora e meia, quando também foi possível iniciar um debate sobre alguns temas mais controversos, como, por exemplo, o aborto.

No mais, essa conversa deixou muito claro que o discurso de Cris em relação à política está totalmente alinhado ao dos pastores da Igreja que escutei durante os cultos: a de que eles precisam ser representados politicamente por alguém que defenda suas posições no que diz respeito a valores morais (aborto, drogas e homossexualidade), mas principalmente na defesa de seus direitos ao exercício da liberdade religiosa, seja na rua, garantindo a realização de encontros capazes de reunir os milhares de fiéis assim como os gays reúnem milhares na Parada Gay, seja na luta para que seus projetos de construção de templos e obras não sejam embargados, dando como exemplo os casos ocorridos em São Paulo e a Lei do Psiu<sup>46</sup>. A retórica da “perseguição aos evangélicos” (DAMASCENO, 2007, p. 10) também sustenta o discurso da participação político-partidária.

Quando pedi para que elencasse as pessoas nas quais ela mais confia no momento de decidir assuntos importantes, Cris não titubeou: Deus, a família, as amigas mais próximas e o Pastor, que é seu líder espiritual. Ao mesmo tempo, a fala de Cris tem passagens que expressam sua opinião e estão, a princípio, desvinculadas do discurso da igreja. Quando perguntada se achava importante o ato de votar, afirmou veementemente que sim, dizendo, ainda, que tal importância se deve ao fato de que o candidato escolhido é alguém governará o lugar no qual ela vive. Por isso se preocupa. Na sequência, analisou criticamente a aliança entre a família Maia e a família Garotinho nas eleições municipais de 2012, e completou dizendo que uma das formas pelas quais ela define seu candidato é por seu histórico e pelos valores morais que ele torna públicos:

“Quando vi o Rodrigo Maia junto com a Clarissa Garotinho, achei aquilo uma hipocrisia imensa, pois seus pais (Cesar Maia e Anthony Garotinho) viviam em pé de guerra e agora estão juntos. Qual o objetivo deles estarem juntos agora? Uma aliança meramente política. Eles pensam que o povo não tem memória”.

E foi esse o motivo determinante que a fez votar em Jorge Manaia para vereador:

“Procuro votar em alguém que venha, com o tempo, contribuindo de alguma forma para a construção dessa sociedade. O Dr. Manaia foi lançado nas outras eleições, né, ele é um homem culto e está lá com algum objetivo. Não está lá para bagunçar ainda mais o que já é bagunçado. Ele vai contribuir para defender o que a gente acredita que seja uma sociedade melhor, com os valores que Cristo deixou para a gente. É

<sup>46</sup> O PSIU (Programa de Silêncio Urbano) é uma antiga lei em São Paulo – e que já não está mais em vigor nos termos antigos - que nivelava templos religiosos a bares, boates e outros comércios com música e bebidas alcoólicas. Segundo a lei antiga do PSIU, a qualquer momento um fiscal poderia chegar em um templo religioso e impedir um culto ou uma vigília, por exemplo. A palavra deste fiscal era suficiente para tanto, sem necessidade, inclusive, de denúncia. A lei foi afrouxada já em 2010, conforme matéria da Folha de São Paulo: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u708024.shtml> <acessada em 24.10.2012>.

nisso que a gente acredita. E só pelo fato dele compartilhar desses valores morais, vai contribuir para que ele não tenha esses históricos que eu te falei, isso influencia na questão da confiança que a gente tem nele. É muito importante. Eu acredito que essa confiança é o principal motivo de eu votar nele”.

Em seguida, explicou os motivos pelo qual seu voto caminhou na direção da orientação dada pela Igreja, parando para pensar em algumas questões que eu coloquei acerca da laicidade do Estado. Concluiu sua fala sobre a separação entre Estado e religião da seguinte forma:

“Acho importante que sejamos os mais imparciais possíveis, mas se a gente não se preocupar em defender os nossos direitos, ninguém vai fazer, porque, afinal, todo mundo tem uma religião ou uma posição em relação [caso não acredite em nada]. Quem é da umbanda vai defender a umbanda, quem é católico vai defender a Igreja católica. Não tem como separar. A pessoa que está lá é uma só”.

A última fala de Cris parte do pressuposto de que os detentores de cargos eletivos em geral têm necessariamente uma religião, atuam na esfera pública de acordo com princípios religiosos, e, ainda, beneficiam a instituição a qual pertencem. É a partir desse pressuposto que fica justificada a necessidade dos evangélicos também estarem representados: para que os interesses dos outros não se sobreponha ao deles, isto é, para que lutem em pé de igualdade. Depreende-se daí que a explicação de Cris é baseada no que a política de fato é, e não no que deveria ser. Em outras palavras, a participação política defendida não possui, a princípio, um teor normativo ou um ideal a ser atingido, mas tão somente pleiteia um lugar no sistema político, do jeito em que ele se encontra atualmente. Assim também é o posicionamento dos pastores.

## 2.2 Comportamento eleitoral, uma breve análise.

“De um lado, eles [os protestantes] reproduzem as relações clientelísticas que atravessam a história política do Brasil; de outro lado, eles tendem a reproduzir na esfera política uma prática religiosa que ocorre diariamente nas igrejas, de atenderem as demandas dos fiéis. Em ambas as situações, pastores, agora políticos, se impõe como intermediários: entre os homens e as divindades, no campo religioso, e entre os eleitores (ou as igrejas) e o estado, na esfera política”. (ORO, 2011, p. 391)

O comportamento eleitoral é um tema relevante para aqueles que se interessam pelas condições de construção e funcionamento de regimes democráticos. Conforme podemos verificar no trecho acima, é comum que a bibliografia específica e a mídia em geral tomem o clientelismo como um dado quando se referem à prática dos políticos evangélicos e ao

comportamento eleitoral dos fiéis. No entanto, entendo que algumas questões precisam ser problematizadas antes de se recorrer ao conceito de clientelismo para caracterizar as relações existentes entre fiéis, igreja (neste caso como mediadora) e políticos, e, por consequência, vincular a essa relação ao comportamento eleitoral dos fiéis.

Primeiramente, deve-se atentar ao fato de que as ações assistenciais oferecidas pelas igrejas evangélicas e que são alvo direto daqueles que acusam as igrejas de práticas clientelistas podem elas mesmas agregar uma dupla-função. Inevitavelmente elas são lócus de formação de lideranças locais e possibilitam a emergência de uma economia própria de troca que estabelece um vínculo entre fiéis e igreja, e, cuja retribuição pode vir a ser dada no momento do voto. No entanto, e uma função não exclui a outra necessariamente, também podem ser utilizadas como uma estratégia de defesa: a IURD, por exemplo, diante da retórica persecutória com a qual é constantemente confrontada, passou a exaltar suas ações assistenciais, cujo carro-chefe se chama Associação Beneficente Cristã (ABC). Criada em 1994, a ABC se destaca no atendimento e na capacitação profissional da população de baixa renda e na distribuição de cestas básicas, roupas, remédios a instituições filantrópicas. Segundo Giumbelli, ela demonstra, na verdade, sua tripla função: “garantir legitimidade diante de toda comunidade evangélica, criar relações positivas com o Estado e assegurar sua passagem para a esfera política”. (GIUMBELLI, 2002, p.346-351).

Deste modo, as relações ali engendradas criam uma rede de solidariedade com a qual o fiel pode contar principalmente em momentos de dificuldades: “Tem vários jovens aqui que recebem cestas básicas, sabia?”, me indagou Cris certa vez. O resultado secundário aí atingido (os laços sociais formados) pode vincular ainda mais o indivíduo à igreja como também pode ser apenas mais uma das muitas ações sociais disponibilizadas, inclusive, por outras igrejas, num campo marcado por uma intensa disputa de fiéis. Por esse motivo, repito, vincular diretamente tais ações, pertença religiosa e fé ao comportamento eleitoral pode se mostrar precipitado, tornando-se de suma importância pensar essa relação – bem como seus mecanismos e metamorfoses – a partir de outras perspectivas.

Guiada pela necessidade de produzir tais deslocamentos no estudo das eleições e do voto, busquei afastar alguns pré-conceitos, tais como a suposta irracionalidade à qual o voto do eleitor brasileiro, não raramente, é associado, principalmente se esse eleitor é vinculado a alguma religião. Neste sentido, Marcio Goldman e Ronaldo Sant’Anna afirmam:

“Trata-se de reconhecer que no voto está envolvido em uma rede de forças que transcende em muito o domínio do que se convencionou chamar de política. É hora de deixar de trabalhar com a concepção apriorística do que seja política, concepção raramente compartilhada pelos agentes sociais efetivos. Reconhecer que existem

diferentes formas de pensar e viver o político e de que essas concepções informam de modo específico a prática e as demais representações dos agentes e isso parece um passo preliminar para a renovação dos estudos a respeito desse campo, afastando-nos dos fantasmas da irracionalidade” (GOLDMAN; SANT’ANNA, 1996, p.30).

Isso significa que os motivos que podem vir a definir o voto são diversos e estão sujeitos a múltiplas variáveis que podem até ser hierarquizadas, mas nunca previstas antecipadamente. Afasto-me também da ideia da falta de acesso à informação da grande massa do eleitorado. A maioria dos jovens com os quais o trabalho de campo foi realizado tem curso superior e acesso à internet livre, ressaltando-se que essa não é uma realidade da maioria dos fiéis. Aliás, muito pelo contrário: os meios de comunicação aos quais grande parte dos fiéis/eleitores tem acesso é produzido pela própria Igreja. Além disso, os fiéis são instruídos a não assistir aos canais seculares, pois contém mensagens impróprias para o “Povo de Deus”. Também têm jornal próprio, televisão própria (que a cada hora exibe um jornal de notícias) e portal na internet. São produtores de notícias (ALMEIDA, 2006, p. 136). Por fim, e nunca é demais repetir, a dimensão subjetiva do próprio grupo e dos indivíduos que o compõem serve de guia para o presente trabalho, o que permite pensar suas relações com os poderes institucionalizados e estabelecidos para além de uma relação puramente passiva, mas estruturada num contexto onde as ações podem ter efeitos que não foram definidos a priori. A discussão que segue ilustra bem a imprevisibilidade desses efeitos em assuntos que operam na esfera subjetiva.

### 2.2.1 Cultura política: um conceito essencial

A análise de Bohn (2004) expõe as duas chaves interpretativas que geralmente estão presentes nos trabalhos que abordam as determinantes do voto evangélico no Brasil: aquela que sustenta que “irmão vota em irmão”, principalmente no que diz respeito aos fiéis da IURD e da Assembléia de Deus, e aquele que exclui a existência de lealdades religiosas automáticas quando o assunto é eleição.<sup>47</sup>

---

<sup>47</sup> “Além do posicionamento do público evangélico à direita do espectro político-partidário, há a questão dos determinantes do seu voto. Fonseca (2002, p. 237), afirma que os eleitores evangélicos votam em seus pares, seus irmãos e pastores (...). Fernandes et al (1998, p. 125), por sua vez, mostram que essa associação é especialmente intensa no que se refere aos pentecostais da Igreja Universal do Reino de Deus. Novaes (2001, p. 75), por outro lado, discorda da existência de lealdades religiosas automáticas a determinadas ofertas partidário-eleitorais, uma vez que, diante da enorme quantidade de igrejas evangélicas, não há garantias de consensos entre denominações, nem de que evangélicos votem necessariamente de acordo com a orientação do pastor (...).

Acrescento a estes dois posicionamentos um terceiro, complementar ao segundo, apresentado por Pierucci quando das eleições presidenciais de 2010. No calor do momento, muitas análises tendiam a supervalorizar a participação da religião naquele pleito, haja vista os inúmeros debates envolvendo aspectos morais como o aborto, a PL122 (a lei da Homofobia) e a vida pessoal de cada um dos candidatos. No entanto, o autor entendeu que o apelo ao voto religioso acabou sendo um “tiro no pé” que indicou o caminho para a religião na política: a porta de saída. Segundo o autor, algumas lições podem ser tiradas daquelas eleições:

“A primeira seria deixar de acreditar na falácia que calça o assentamento dessa inquestionada certeza que consiste em tomar como equivalente ao voto das massas religiosas o envolvimento eleitoral dos profissionais da religião (padres, pastores, bispos católicos e evangélicos, até o papa se necessário) seja a favor ou seja contra um dos lados da disputa, mas no fundo sempre em favor da sobrevivência da dominação religiosa na totalidade social” (PIERUCCI, 2011, p. 7).

“O voto das massas não é obediente”, sustenta o autor, principalmente num pleito nacional e as eleições de 2010 mostraram que há limites para a “religiosidade enquanto ingrediente de tática eleitoral” (PIERUCCI, 2011, p.11). Isso porque as tantas orientações, doutrinações e sugestões das lideranças denominacionais, bem como o desgaste sofrido direta ou indiretamente por todos envolvidos não se refletiram nos votos dos adeptos das igrejas: Dilma foi eleita.

“Quando o eleitor conservador, que normalmente é um *Homo religiosus*, percebe que sua fé está sendo exageradamente cortejada para satisfazer a interesses meramente eleitorais daquele que o bajula como um bom cristão só que em busca de benefícios próprios nem de longe religiosos, em seu fastio e indignação o que ele passa a sentir pelo candidato que assim procede só pode ser rejeição. Num gesto que tem muito de desagravo e desforra, ele pega e vota contra”. (PIERUCCI, 2011, p. 13)

O posicionamento de Pierucci nos obriga, então, a pensar em outras possíveis determinantes do voto, principalmente em eleições municipais, onde a proximidade entre

---

(BOHN, 2004, p. 293). No mesmo sentido de Novaes, em matéria publicada na “Folha de São Paulo” em 17.01.12, o cientista político Cesar Romero Jacob argumenta que a penetração das igrejas na periferia, onde um pastor geralmente já tem ascendência sobre os fiéis, constitui um fator determinante para a valorização das buscas do voto entre os líderes evangélicos, o que não significa que pastores possam impor um “voto de cabresto religioso”. Em São Paulo, por exemplo, “o peso das religiões é diminuído diante da força do PT e do PSDB. São os partidos que dão o tom da disputa na cidade”, diz Jacob. Já Antônio Flávio Pierucci, na mesma matéria, defende que a maior influência das igrejas é o poder de veto. “Não existe voto religioso no sentido de um grupo votar em quem o pastor manda, mas a religião pode levar o cidadão a não escolher determinado candidato que apoia bandeiras contrárias a sua fé”. Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/20302-partidos-tentam-evitar-veto-de-igrejas-em-sp.shtml>. Acessado em 15.12.2012.

eleitores e candidatos é muito maior. É aí que se faz necessário, além de incorporar o contexto eclesialístico como variável relevante, conforme proposto anteriormente por Piquet (1998), a discussão sobre cultura política. Na definição de Kushnir, ela seria um “conceito multidisciplinar criado a partir das várias perspectivas possíveis para o estudo do fenômeno político, a fim de incorporar às análises políticas, os aspectos subjetivos da orientação política” (KUSCHNIR, 1999, p. 227). Tal proposição sugere a existência de um componente subjetivo nas respostas dos atores sociais aos processos de socialização e comportamento político: “Em sociedades complexas, cada indivíduo, na medida em que participa de diferentes tipos de instituição, está exposto a distintas formas de socialização que podem ser ou não congruentes entre si” (p. 230).

Tradicionalmente, a ciência política pode optar por seguir dois modelos teóricos: aquele que reconhece a autonomia dos arranjos institucionais e constitucionais com relação às características culturais da sociedade, e aquele que enfatiza a importância de fatores socioeconômicos na definição da performance das instituições democráticas e até mesmo no estabelecimento da democracia como regime político. As duas perspectivas, no entanto, tomam o Estado e suas instituições como variáveis que dependem exclusivamente de seus modelos. Os estudos sobre cultura política, por sua vez, procuram mostrar que as mudanças ocorridas apenas no âmbito político-institucional, isto é, que não são acompanhadas por mudanças nos processos de socialização, tendem a expor os regimes democráticos a situações de maior vulnerabilidade.

Ressalte-se, no entanto, que, conforme argumentam Lima e Cheibub, “a cultura só tem relevância na prática política quando está inserida em instituições” (LIMA e CHEIBUB *apud* KUSCHNIR, 1996, p.84). Assim, tanto o comportamento dos atores políticos e do público quanto o poder assimétrico sempre existente nas relações sociais precisam ser estudados dentro de um contexto sociocultural, identificando as suas mais variadas dimensões, sem deixar de lado os processos de mudança dessas configurações. No Rio de Janeiro, especialmente caracterizado pela heterogeneidade de sua população, os parlamentares atuam como “mediadores fundamentais entre níveis de cultura, servindo como tradutores entre os valores, projetos e dramas da população, de um modo geral, e as esferas constituídas do poder público” (KUSCHNIR, 1999, p.241).

Esse raciocínio é utilizado por Palmeira (1991) para pensar as práticas políticas na sociedade brasileira, principalmente aquelas identificadas como “tradicionais” e “clientelistas” e que sugere a importância dos laços primordiais aqui já citados. Para o autor, a compreensão



do comportamento eleitoral não pode abrir mão da adoção de uma perspectiva mais "sociológica", de modo que as ações dos eleitores sejam percebidas em conjunto com as estruturas "sociais e simbólicas" que as circunscrevem, o que permite uma discussão mais generalizada acerca da multiplicidade de percepções e valores associados à prática política.

Desde o clássico *Coronelismo, enxada e voto* (LEAL, 1948) até os recentes trabalhos etnográficos publicados no âmbito da antropologia da política, a política é mostrada, em suma, como “um meio de acesso aos recursos públicos, no qual o político atua como mediador entre comunidades locais e diversos níveis de poder”. (KUSCHNIR, 2007:164), ou seja, como um fluxo de trocas regulado pelas obrigações de dar, receber e que se sustenta por um compromisso que vai bem além das coisas trocadas.

Na contramão das interpretações que denominam essas relações de troca como clientelismo, assistencialismo ou qualquer outro nome que remeta à ideia de dependência e ausência de autonomia, talvez esteja a interpretação dada pelos atores inseridos ativamente nessas redes, sejam eles eleitores ou políticos. Considerando-se os beneficiários das ações assistenciais oferecidas pelas igrejas (as quais muitas vezes são atribuídas ao candidato da própria igreja), como é o caso da PROGRAÇA, da IIGD, pode-se afirmar que, para eles, não há "privatização de bens públicos", mas tão somente um meio de se ter acesso a bens e serviços públicos legalmente garantidos. Nas palavras de Kuschnir (2006, p.165), “nesse contexto, a palavra ‘público’ não significa ‘recursos que pertencem a todos’, mas ‘recursos monopolizados pelas elites políticas e econômicas’, não disponíveis às camadas inferiores da população e que só se torna a eles acessível mediante a intermediação do político”.

No entanto, como já explicitado anteriormente, é de suma importância ter em mente que o público das igrejas pentecostais vem se modificando cada vez mais. O contexto socioeconômico do país tem sido benéfico principalmente para as camadas mais baixas da população<sup>48</sup> e possibilitado sua inclusão na sociedade de consumo, motivo pelo qual se mostra oportuno pensar a relação entre fiéis, políticos e igrejas a partir de outras noções que não a troca material, mas também a identidade, confiança, gratidão. Além do mais, a exploração do contexto dessas trocas é essencial para o esclarecimento das relações sociais ali envolvidas.

---

<sup>48</sup> O público pentecostal há muito se caracteriza por ser composto pela camada mais pobre da população. Nas palavras de Cecília Mariz, “os dados apontam que há pentecostais em todas as camadas sociais. Todavia, tem havido sempre uma relativa predominância entre as menos abastadas e relativamente menos instruídas. Vários fatores podem explicar essa relação como os menos privilegiados. Essas igrejas propõem um caminho garantido e rápido de mudança de vida, que é o que procuram todos que estão em situação de maior penúria. Uma linguagem direta e simples, de defesa de acesso de todos à palavra, aos bens materiais, intelectuais e espirituais, também atinge os que têm menos instrução” (MARIZ, 2012, IHU online).

“Em muitos casos, essa compreensão é fundamental para percebermos que a política opera com valores da sociedade mais abrangentes, tradicionalmente associados a outras esferas da vida social, como família e religião, mas considerados ilegítimos quando operados na esfera política. Isso não quer dizer, obviamente, que se queira justificar nem defender essas práticas – cumpre, antes de tudo, compreendê-las” (op. cit., p. 165).

### 2.2.2 Retomando o conceito de clientelismo

Muito embora a definição exata do conceito de clientelismo carregue implicitamente um modelo ideal de comportamento político, apresentá-lo, bem como os conceitos que com ele se confundem, se mostra imprescindível para sustentação do argumento que se apresenta ao final do presente trabalho.

Uma introdução ao tema pode ser muito bem conduzida pelo trabalho de José Murilo de Carvalho (2005), “Mandonismo, Coronelismo e Clientelismo: uma discussão conceitual”. Nesse artigo, ele enfatiza a necessidade de se precisar conceitualmente os conceitos discutidos, sob pena de se começar a girar em círculos e produzir diversos trabalhos sobre o mesmo assunto sem que haja avanços significativos das novas pesquisas em direção à interpretação do fenômeno do clientelismo. Esclarecer conceitos, sustenta o autor, pode ter uma utilidade muito maior do que se imagina. Pautado nessa idéia, Carvalho analisa toda a literatura produzida internacionalmente em torno do fenômeno do poder local e suas relações com o Estado, ressaltando a dimensão da inconsistência no uso de conceitos básicos tais como mandonismo, coronelismo, clientelismo, patrimonialismo, feudalismo etc., os quais, embora intimamente relacionados, guardam suas especificidades.

Seguindo esta linha, estabelece uma útil definição não só de conceitos universais, tais como clientelismo e patrimonialismo, mas de outros mais específicos como coronelismo e mandonismo. Por coronelismo, por exemplo, entende um sistema político baseado em barganhas entre o governo e os coronéis, datado historicamente e que nasce, na visão de Vítor Nunes Leal (1948), da confluência de um fato político com uma conjuntura econômica de decadência financeira do poder local.

“Uma complexa rede de relações que vai desde o coronel até o Presidente da República, envolvendo compromissos recíprocos. Uma estrutura e uma maneira pelas quais as relações de poder se desenvolviam na Primeira República, a partir do município” (2003, p.131).

O mandonismo, por sua vez, seria uma característica da política tradicional, e não um sistema político, exercido por meio da figura do “mandão” – um agente controlador de algum recurso estratégico que, em geral, é a terra – que influencia a população arbitrariamente,

impedindo-a de ter acesso ao mercado e à sociedade política. Como se pode perceber, é uma característica que tende a desaparecer com a modernidade e o consequente livre acesso da população ao mercado e à política.

Ambos os conceitos acima definidos encontram-se englobados pelo de clientelismo, o qual, na visão crítica do autor, sempre fora empregado de maneira bastante frouxa. Em suma, deveria caracterizar “um tipo de relação entre atores políticos que envolve concessão de benefícios públicos, na forma de empregos, vantagens fiscais, isenções, em troca de apoio político e, sobretudo, voto. Seria um atributo variável de grandes sistemas políticos” (2003, p.134). Em fases recentes da história, as relações clientelísticas se dão entre governo ou políticos e setores pobres da população.

Um pouco mais recente é a contribuição de Luiz Henrique Nunes Bahia (2003) para o tema. Assim como José Murilo, ele ressalta a recorrência do debate acerca do conceito de clientelismo e a constante associação entre formas clientelísticas e o fenômeno do atraso. Bahia entende, em primeiro lugar, que as interpretações reducionistas que ligam o clientelismo ao patrimonialismo e ao mandonismo devem ser afastadas, uma vez que poderiam sugerir uma ligação a formas pré-modernas de dominação que tenderiam a desaparecer com o advento da modernidade. Não é isso o que ocorre, pois, ao contrário do que se presumia, o clientelismo vem assumindo novos formatos. Nesse sentido, Bahia (2003) se destaca dos autores clássicos, nas palavras de D’Ávila Filho por “enfrentar diretamente um ponto fundamental e afirmar o caráter endógeno do clientelismo a toda organização social, contrariando sua interpretação como fenômeno estático ou residual” (2003, p. 152).

Ao abordar o conceito como elástico e recorrente, Bahia (2003) busca justamente entender as características particulares que lhe garantem a perpetuação, e adota, neste percurso, a teoria da troca como base de sua sustentação. Assim, conclui que o clientelismo seria um “tipo de troca política assimétrica”, com todas as especificidades que um fenômeno dessa dimensão pode adquirir, e imputa à hierarquia supostamente inerente a todo e qualquer tipo de organização social o motivo pelo qual o clientelismo precisa deixar de ser entendido como um fenômeno residual, já que “toda sociedade precisa organizar a distribuição do poder político-patrimonial” (D’ÁVILA, 2003, p.152).

A partir daí, Bahia traça algumas características do fenômeno que resistem ao tempo e recorre à literatura mais recente para sustentar o argumento de que o clientelismo seria um fenômeno endógeno à organização e ao fenômeno do poder, pois consiste “na troca de lealdade por benefícios patrimoniais, máquina política por compromisso” (2003, p. 153).

Desta maneira, ressalta que a maioria das democracias representativas contemporâneas enfrenta o problema das trocas políticas assimétricas, afastando, assim, a interpretação dominante que atrela o clientelismo ao atraso. Para o autor, “a forma tradicional de clientelismo vai dando lugar a um clientelismo organizacional e opera em espaços não regulados da sociedade organizada” (2003, p. 153). Por fim, sustenta que “o clientelismo é um fenômeno relacionado ao acesso e à exclusão de bens e serviços não regulados diretamente pela ordem jurídica e pelos valores de mercado. Existem onde não há garantias legais, não constituem direitos, mas são tolerados nas relações sociais” (2003, p.153).

Trazidos os esclarecimentos acerca do conceito de clientelismo, passo a pontuar duas importantes questões. Como dito anteriormente, os eleitores das camadas populares e que, apresentando um baixo nível de “informação, desenvolvimento político e capacidade de conceituação política”, estariam mais propensos ao voto clientelista, não informado e errático já não constituem a totalidade dos evangélicos. Todos os fiéis entrevistados no presente trabalho têm um grau considerável de educação e demonstraram predisposição para discutir assuntos dos mais variados tipos. Soma-se a isso o fato de que a própria igreja oferece a possibilidade de fazer supletivos, cursos superiores, inclusive à distância, pós-graduação, cursos bíblicos etc. (Anexo A, Figura 8), o que demonstra seu interesse em capacitar seus fiéis - e aqui não entro no mérito da qualidade ou do direcionamento desses cursos. São reconhecidos pelo MEC<sup>49</sup> e, portanto, estão sujeitos à fiscalização do Estado como qualquer outro. Por este motivo, o sucesso eleitoral dos candidatos evangélicos eleitos não pode ser atribuído tão somente ao baixo nível de instrução dos fiéis e a práticas ditas clientelistas.

Por conseguinte, há motivos para acreditar que a posição cada vez mais sólida assumida pela igreja no espaço público é igualmente conveniente tanto para os fiéis quanto para a própria igreja, pois favorece os dois polos da relação. Isso porque a mera presença na política partidária – e tudo o que decorre dessa presença – possibilita aos fiéis estabelecer de vez sua posição na sociedade: “Antigamente, era impensável fazer qualquer celebração em praça pública. Hoje em dia isso já melhorou muito. Somos reconhecidos”, me falou Cris, com um certo orgulho.

Do mesmo modo, Nilton, advogado, um dos entrevistados mais eloquentes, e que se considera “petista desde criancinha”, salientava: “Os evangélicos já são 50% da população em alguns lugares aqui do Rio”. E continuou: “Daqui a pouco, inevitavelmente, o Presidente do Brasil vai ser evangélico. E aí eu quero ver o que é que eles vão fazer pra impedir isso”, dizia

---

<sup>49</sup> Ministério da Educação e Cultura

ele, ressaltando, entretanto, que os evangélicos devem ter em mente que não se deve criar uma República Evangélica.

Então vejamos: grande parte dos fiéis convertidos, que frequentam a igreja com alguma assiduidade – e, portanto, mais alinhados ao discurso da igreja e mais propensos a votar no candidato indicado pelo líder R. R. Soares – está organizada em grupos como o grupo jovem, o grupo dos homens, o grupo das mulheres, entre outros. Ali, trocam experiências, confidências e dúvidas. E também compartilham o sentimento de pertencimento cada vez mais efetivo a essa “comunidade vivida” (DAMASCENO, 2007, p. 10) que abriu as portas para o caminho da dignidade, tendo sido a política um instrumento valioso para tanto. O que se percebe, portanto, é uma redução, uma objetificação do sentido da política pelos fiéis em torno de uma construção. Para a maioria deles, a política é vista como algo que lhes assegurou uma posição na sociedade, e, conseqüentemente, lhes garantiu benefícios e direitos como, por exemplo, a livre expressão da religião e o enfrentamento do preconceito que dizem sofrer, algo que não seria possível sem a inserção política.

Em outras palavras, se muitas vezes a política pode ser reduzida, por exemplo, a um individualismo, como ocorre quando se escolhe um candidato em virtude dos benefícios que ele pode trazer para a vida do eleitor, o presente caso sugere uma redução de sentido ao mesmo tempo mais comunitária, mas que também está direcionada ao atendimento de interesses específicos, isto é, o candidato que traga melhorias para o segmento evangélico e assegure o que já foi conquistado até hoje.

É interessante destacar, ainda, que essa relação não precisa ser mediada, por exemplo, pelos pastores que têm contato cotidiano com os fiéis. Arriscaria dizer, inclusive, que ela não depende diretamente – e isso não significa que não haja – de qualquer mediação em nível local. A hierarquia da Igreja, em conjunto com o candidato, enfatiza durante os cultos, pelos jornais e pela televisão a importância da representação. Muitas dessas vantagens podem ser vividas diariamente pelos próprios fiéis, em casa, no trabalho, nas relações pessoais e, para eles, é importante que permaneça assim. Nesse sentido, vale destacar um argumento exposto por Damasceno:

“O voto, contingente, também faz, desfaz e refaz relações sociais, podendo “falar” delas por meio de uma economia própria – como um bem, um presente, uma obrigação, um dom – mais ou menos valorizada, cujo sentido há que se apreender microscopicamente. Desse modo, há que investigar as interpretações de eleitores e candidatos enredados em relações múltiplas (de parentesco, vizinhança, amizade, ou naquelas construídas pela adesão religiosa). Tais relações segmentam-se em facções, elas mesmas intercambiáveis e flexíveis”.

### 2.3 Uma visão sobre o lugar da religião na democracia contemporânea

Courtney Jung, em seu texto “Race, Ethnicity and Religion” oferece uma perspectiva bastante esclarecedora sobre a participação política das categorias que intitulam seu texto e que podem ajudar a pensar o contexto do presente trabalho. Partindo do pressuposto que a democracia se mostra cada vez mais como o único padrão político legítimo, a autora aponta para o fato de que é a consolidação dessa democracia o foco de atenção atualmente, isto é, as condições pelas quais a sobrevivência democrática se torna mais ou menos provável, por meio de seus sistemas eleitorais, estruturas institucionais, homogeneidades raciais, étnicas e religiosas etc.

No entanto, são as heterogeneidades sociais que têm se manifestado de forma incisiva por meio de categorias como raça, religião e etnicidade, cada vez mais características em mobilizações e organizações políticas (voto dos latinos, dos negros, dos evangélicos). Ao mesmo tempo, grupos organizados em torno dessas categorias são muitas vezes considerados perigosos para a sobrevivência de instituições democráticas, tendo em vista que expressam “intensas, mas conflituosas preferências que impedem o desenvolvimento de clivagens transversais que são essenciais para a democracia” (JUNG, 2006, p. 361).

Como se fossem problemas de tipos diferentes, muitas das democracias contemporâneas têm dado a cada uma dessas categorias uma solução distinta. Assim, como as convicções religiosas não podem ser trazidas para o espaço público, a solução para a religião é a privatização; como as democracias liberais tendem a extinguir culturas minoritárias, a solução para a questão étnica é a proteção. Para a raça, por fim, a solução é o cancelamento. Desconsiderando que a própria categoria raça é formada em torno de uma grande disputa, ela deve, de algum modo, ser apagada.

A autora considera, a meu ver corretamente, que tais soluções não só são insuficientes, mas logicamente equivocadas ao desafio que as políticas identitárias têm colocado para a democracia, haja vista que não consideram “o papel do poder e da política em forjar as próprias categorias que pretendem privatizar, proteger ou cancelar, ações cujo único efeito é a exclusão dessas categorias do debate público e da contestação política, consolidando um *status quo*”. (p.363)

Deste modo, ela passa a buscar respostas a essas inadequações e oferece uma recomendação alternativa para politizar de alguma maneira tais categorias e colocá-las novamente no debate público. As soluções por ela propostas não devem nos servir de modelo,

mas como um parâmetro para se pensar a crescente consolidação da presença da religião nos organismos de tomadas de decisão, independente do lugar que ocupem. Faz-se necessário entender o que são essas categorias, de onde elas vêm, como se constituem e se comportam politicamente, pois, elas seriam um produto do processo político, e não algo exógeno a ele. É esse posicionamento que permite conferir um lugar a essas categorias no debate no espaço público.

### 2.3.1 A importância das relações de poder

Antes de entrar no ponto principal do texto, a autora enfatiza a importância das relações de poder nesse contexto e apresenta as quatro possíveis formas por meio das quais ele pode se exteriorizar. A corrente por ela denominada “instrumentalista” apresenta a “primeira face do poder”, segundo a qual os indivíduos têm controle sobre seu próprio comportamento e fazem escolhas livres e informadas. O poder é, então, um instrumento que os indivíduos têm e empregam sobre outros atores para influenciar resultados de acordo com seus interesses. Nesse sentido, “todas as pessoas têm poder sobre elas mesmas, algumas têm poder sobre outras” (2006, p. 364). Para os construtivistas – corrente com a qual a autora se identifica –, a segunda e a terceira faces do poder, e ainda, o “poder sem face”, seriam muito mais relevantes para entender resultados sociais do que propõem os instrumentalistas. Vejamos: para o que Jung denomina “segunda face do poder” o objetivo do poder é mais agressivo do que sugere sua face pública e o poder real é exercido pela limitação da agenda pública, de modo que algumas questões nem mesmo se tornam tópicos de discussão na sociedade civil. Já a chamada “terceira face do poder” entende que o poder não apenas influencia a capacidade dos atores sociais em expressar suas preferências, mas que isso também pode moldar a maneira pela qual eles percebem e entendem suas próprias preferências (embora isso não aconteça sempre). Ambas, no entanto, ainda preservariam uma esfera autônoma de agência e interesses por parte dos indivíduos, o que não ocorreria em ações influenciadas pelo “poder sem face”.

Para alguns teóricos, há uma distinção entre ação livre e ação influenciada pelo poder, momento no qual o “poder sem face” se manifesta. Desse modo, seus defensores entendem não existir nenhuma ação livre, posto que o próprio ato de estabelecer limites entre ações

livres ou não-livres seria um exercício de poder que privilegia como natural a escolha livre ou como verdadeira alguma esfera da ação social. Ao invés, argumenta-se que o poder pode ser “sem face”, isto é, concebido como uma série de limites que definem campos de possibilidades, facilitam e restringem a ação social com normas, convenções, normas, e outros padrões institucionalizados de interação.

Toda essa explicação tem como finalidade demonstrar a afinidade entre o construtivismo e o “poder sem face” e a preocupação de ambos com a constituição de categorias como raça, etnicidade e religião. Os construtivistas entendem que a proeminência de determinadas categorias é o resultado de um processo histórico e de práticas que forjam significados e desenham limites de maneiras particulares. De modo bastante enérgico, defendem que não há nenhuma esfera de intercâmbio que seja neutra ou não-construída. Por isso a importância de tentar entender “como as coisas funcionam” de fato, pois é a partir desse processo que ficam expostos os modos pelos quais cada lei, política de bem-estar, sistemas eleitorais, os quais aparentam ser neutros ou racionais, contribuem para uma particular, e não necessariamente neutra, organização e representação da realidade social.

A apresentação desse quadro abre caminho para uma tese muito singular e contextualizada sobre raça, etnia e religião. Os construtivistas entendem que essas categorias são constituídas por políticas e por processos históricos particulares que vêm organizando o acesso ao poder de uma maneira que estabelece limites de exclusão e inclusão seletiva e que operam de fora pra dentro. Em outras palavras, os limites constituem a identidade; a identidade não constitui os limites (JUNG, 2006, p.366). Assim, marcadores como raça, etnia e religião seriam utilizados para alocar poderes econômicos e social, bem como delimitar a inclusão e a exclusão políticas. Ao mesmo tempo, permitem o desenvolvimento de uma realidade vivida - seja ela social, econômica e/ou política -, com grande potencial para se tornar uma identidade política.

Utilizando Gramsci e seu conceito de hegemonia, o raciocínio proposto sugere, ainda, que se identidades políticas são constituídas por relações políticas e que os termos dessa relação são definidos por um poder hegemônico do Estado Moderno, então “é o Estado ele mesmo que produz os termos de sua própria contestação” (JUNG, 2006, p. 367). Neste sentido:

“O próprio Estado tem um papel crucial em transformar práticas distintas e tradições em categorias sociais. Raça, etnicidade e religião se sobressaíram na política contemporânea porque diferenças de cor de pele, práticas culturais e comprometimentos espirituais foram marcadas como categorias de exclusão e inclusão seletiva pelo próprio Estado. [...] É como um resultado da política que a cor de pele se torna raça, e tradições e práticas se tornam tecnicidade, enquanto a cor dos



olhos significa nada mais do que a cor dos olhos. Esse impulso excludente é, por sua vez, inerente à democracia. Isso porque a democracia funciona bem quando as pessoas são um grupo coeso que delibera em conjunto para atingir um consenso, o que implicaria uma identidade comum. Democracia, no entanto, inclui a justificativa de exclusão daqueles que parecem irreconciliavelmente diferentes. A exclusão é um subproduto da necessidade, em sociedade auto-governadas, de um grau mais elevado de coesão. A democracia necessariamente exclui aqueles que não estão integrados. Essa exclusão é feita em linhas predeterminadas como raça, etnicidade e religião. O próprio estado é cúmplice na produção dessas divisões. (p. 368, tradução minha)

A partir daí a autora entra no que pode ser considerado o ponto principal do texto: “o modelo construtivista propõe, portanto, teorizar identidades políticas e reconceitualizar o caráter de categorias como raça, religião etc. como condição da agência política, ou até mesmo como sendo eles os próprios termos do engajamento político. Quando eles estão mobilizados, é pelo propósito de sustentar ou mudar configurações particulares de acesso e poder” (p.369).

Deste modo, o primeiro passo no desenvolvimento da agência política é, portanto, o desenvolvimento de uma identidade política, a qual, por sua vez, não surge com o ato autoconsciente de contestação política. Assim, se um indivíduo habita os discursos e estruturas que o identificam como “latino”, por exemplo, ele irá desenvolver sua capacidade crítica enquanto tal. A opção de identificação como “latino”, assim, produz uma narrativa particular de opressão, “e um ponto de entrada nomeadamente crítico para essa categoria de identificação” (p. 369)

Transformar esses marcadores em identidades políticas envolve contestação e transgressão de limites na medida em que detentores de poder resistem à expansão da esfera política e os concorrentes em potencial tentam formular identidades políticas com maiores influências. “É justamente por se tornarem um ponto de acesso à agência política, essas categorias se mostram uma importante luta contra uma ordem naturalizada que os exclui e os marginaliza” (p. 370). Como bem ficará evidenciado na fala dos interlocutores que apresentarei no próximo capítulo:

“O que está em jogo nas políticas de raça, etnia e religião é a formação das identidades políticas que garantem acesso à legitimidade política e a partir das quais se podem fazer afirmações sobre a credibilidade do Estado. Tal identidade orienta questões políticas e transforma uma categoria latente de pessoas num grupo com um senso comum de interesses e um propósito”. (JUNG, 2006, p. 370, tradução minha)

Ao contrário do que sustenta o ideal democrático, há numa sociedade liberal muitas pessoas não aptas a fazer reivindicações políticas. Sua incapacidade para fazê-lo, no entanto, não decorre de uma eventual falta de liberdade para tanto, mas do fato de que “a eles é negado, ou por qualquer razão eles não conseguem localizar, uma identidade política” (2006, p. 371) que ofereça as condições para realização de tais reivindicações.

### 2.3.2 A política identitária como acesso político

Em suma, ao ligar a proeminência das categorias como raça, etnia e religião diretamente ao modo pelo qual o estado organiza o acesso ao poder e ao seu quadro de membros, o construtivismo defendido pela autora expõe o caráter intrinsecamente político dessas identidades e procura uma explicação do motivo pelo qual esses marcadores desenvolvem um potencial político. Operando com limites que eles mesmos não controlam, esses atores se organizam e mobilizam em torno da raça, religião e etnia para questionar os padrões existentes de acesso ao poder. Categorias sociais, portanto, ressoam como identidades políticas quando são mobilizadas para operar como intervenções políticas explícitas e estratégias de políticas de contenção.

O argumento sobre o caráter e a influência política dessas categorias tem implicações diretas na maneira pela qual democracias liberais devem tratar as políticas de identidade. Se essas categorias são internas ao processo político, as democracias liberais deveriam, no mínimo, deliberar democraticamente com essas identidades e considerar as reivindicações que o próprio sistema político gerou. Desta maneira, essas categorias deveriam ser envolvidas no debate, e não privatizadas, protegidas ou canceladas. Na visão da autora:

“Elas [essas categorias] não são uma ameaça à consolidação democrática tanto quanto são uma condição para a renovação democrática. Se essas categorias estão tendo uma participação tão latente, é porque o processo democrático mostra um defeito. E são justamente estes defeitos que colocam em risco a saúde da sociedade democrática, cujo acesso foi erguido em fundações ilegítimas e arbitrarias” (2006, p. 372).

Embora ciente das diferenças existentes entre o cenário analisado por Jung e o atual contexto político brasileiro, este artigo se mostrou importante ao apontar caminhos que ajudassem a esclarecer e a compreender o movimento de transformação da identidade religiosa evangélica em um instrumento de reivindicação política.

De fato, a identidade religiosa não raramente está no centro de disputas em diferentes esferas da sociedade, mas sua presença na política brasileira vem sendo marcada por importantes discussões. Conforme vem sendo demonstrado, tanto igrejas quanto fiéis, pautam seu discurso em argumentos que remetem à ideia de exclusão e discriminação, donde se justifica a necessidade de representação política. Essa parcela significativa da sociedade brasileira que se identifica por alguns aspectos em comum de sua crença busca fazer parte dos mecanismos de discussão e decisão, deseja expor suas perspectivas e se consolidar enquanto grupo social.

Mesmo por isso, uma realidade na qual a religião fique restrita à esfera privada se mostra cada vez mais distante. A questão referente ao conteúdo das reivindicações realizadas pelos evangélicos constitui por si só um trabalho à parte, haja vista que a maioria delas diz respeito a assuntos controversos ou a temas que não afetam diretamente seus direitos fundamentais enquanto grupo. No entanto, entendo que todo esse quadro pode ser analisado à luz da ideia de que a consolidação democrática não é ameaçada pelas políticas propostas pelos evangélicos:

“Elas [categorias como raça, religião e etnia] ganham uma notoriedade política em virtude de uma exclusão ou uma seleção inclusiva ali colocada pelo próprio processo político. Movimentos se formam em torno dessas categorias não porque as pessoas sentiram necessidade de expressar ou defender seus comprometimentos primários com essas identidades, mas porque essas características serviram como marcadores de exclusão e inclusão política” (JUNG, 2006, p. 372, tradução minha).

As discussões referentes à cultura política, clientelismo e representação de grupos foram apresentadas com o objetivo de oferecer um panorama mais abrangente sobre o que de fato pode estar envolvido nas relações aqui estudadas. Passamos agora a analisar o que de fato pensam alguns jovens inseridos na igreja. Como ficará demonstrado, o argumento da necessidade de representação política é recorrente em todas as falas. Ora é complementado por outra questão subjetiva, ora não é. Também é recorrente que se coloquem numa posição de minoria sub-representada para justificar o argumento de que seus interesses e opiniões devem ser considerados nos debates na esfera pública. Como cidadãos evangélicos (ou seria como evangélicos cidadãos?), eles exigem um lugar e uma voz. Considerando que promessas de igualdade política e de oportunidades estão nas bases dos princípios democráticos, seria coerente negar a alguém esse direito?

### 3 COM 15.082 VOTOS ELES “CHEGARAM LÁ”!

“Desfazer o normal, há de ser uma norma.”  
*Manoel de Barros*

#### 3.1 O que é política para alguns jovens evangélicos da IIGD

A fim de possibilitar uma visão bastante abrangente da percepção política dos interlocutores, suas trajetórias serão apresentadas uma a uma. Os diálogos entre eles aparecem na medida em que as entrevistas se tornavam discussões nas quais os pontos de vista ora se contrapunham, ora se complementavam. Durante as conversas, eles tiveram a liberdade de se expressar da maneira que quisessem e também discutiram assuntos que não estavam predeterminados.

Havia, entretanto, um conjunto de perguntas básicas feita a todos os entrevistados e que começava com indagações simples: dados pessoais, rotina diária, lugares de sociabilidade e composição familiar. A questão religiosa era introduzida a partir da pergunta sobre a conversão (como e quando havia ocorrido) e se a IIGD havia sido a primeira igreja escolhida para participação religiosa. Depois, indagava-se sobre o grau de importância das eleições em suas vidas, isto é, até que ponto esse evento mudava seus hábitos (se eles procuravam se informar sobre eventuais candidatos ou “votavam por votar”), passando por perguntas que buscavam compreender os motivos pelos quais o voto era definido (ideologia, confiança, boa expectativa em relação ao que o candidato se propõe a fazer etc.) e o que esperavam de um candidato eleito (quais as suas atribuições). Por fim, questionava qual a opinião deles sobre a mistura entre religião e política, sobre o apoio da igreja a um candidato específico, e, ainda, se votaram nesse candidato. Nesse momento, muitos diziam em quem tinham votado nas eleições para prefeito e logo emendavam em assuntos que consideravam importantes.

As partes não previstas compõem a entrevista da mesma forma e são muito mais reveladoras das posições assumidas por aqueles atores do que as perguntas em si. Isso porque as perguntas que envolviam política e religião exigiam a elaboração de respostas que justificassem o apoio à permanência da igreja na política partidária, bem como o voto no Dr. Manaia, e muitas vezes se demonstravam “influenciadas pela lição institucional aprendida” (FERNANDES et al, 1998, p. 162). É justamente isso que não se percebe nas conversas sobre assuntos mais aleatórios, motivo pelo qual, muitas vezes, eles se contradiziam.

Como ficará constatado, os dois entrevistados que não votaram no Dr. Manaia o fizeram por motivos específicos que não envolviam recusa ou discordância ao modelo político que vem se firmando entre as igrejas evangélicas, de onde podemos concluir que esse modelo é bastante naturalizado entre esses jovens fiéis. Enfim, quem são, o que fazem e como pensam essas pessoas? Qual seu posicionamento político?

### 3.1.1. Confiança ou Cabresto?

Clara é formada em Direito e tem 24 anos. Mora em Madureira desde criança, vem de família evangélica e frequenta a IIGD em média três vezes por semana (terças, quartas e domingos). Sua posição dentro daquele grupo é oposta à de Cris, cuja trajetória fora apresentada anteriormente. Clara tem opiniões contundentes em relação a pessoas de dentro do próprio grupo que não agem como prega a conduta religiosa e por mais de uma vez a vi fazer críticas diretas ao comportamento de seus colegas: “Tem um monte de gente aqui que diz que segue a palavra de Deus, mas quando um irmão tá no chão, ninguém o ajuda a levantar!”. Clara considera já ter sido “do mundo”, pois tinha um namorado, mantinha relações sexuais com ele e gostava de beber, embora frequentasse a igreja desde criança. A conversão só aconteceu mesmo há quatro anos, durante um retiro de carnaval. Foi lá que ela jogou sua aliança de compromisso num chafariz e pediu que Deus a ajudasse a ter forças para sustentar sua decisão pela conversão. Desde então, “sua vida seguiu por outros caminhos”.

Seu “passado negro”<sup>50</sup>, entretanto, é uma marca que seus próprios “irmãos” não a deixam esquecer. Na sua concepção, sofre preconceito ali por parte de outros que se consideram “mais puros”, o que demonstra claramente a existência de conflitos que visam marcar posições entre eles. Num dado momento, perguntei por que ela continua frequentando aquele grupo específico, já que não se sentia bem recebida ali. Ela respondeu que ainda assim se sente bem no grupo, fez amizades importantes e, acima de tudo, foi ali que começou a orar em línguas<sup>51</sup>. Para amenizar o problema, ela optou por simplesmente não falar com as pessoas

<sup>50</sup> O termo é comumente utilizado pelos jovens fiéis para designar um momento da vida no qual a pessoa ainda não havia se convertido.

<sup>51</sup> Para a doutrina pentecostal, são nove os dons do Espírito Santo. Segundo Ronaldo de Almeida (2006, p. 26), a referência é a primeira epístola do apóstolo aos Coríntios (12, 4-11): “Há diversidade de dons, mas o Espírito é o mesmo; diversidade de ministérios, mas o Senhor é o mesmo; diversos modos de ação, mas é o mesmo Deus que realiza tudo em todos. Cada um recebe o dom de manifestar o Espírito para utilidade de todos. A um o Espírito dá a mensagem de sabedoria; a outro, a palavra da ciência segundo o mesmo Espírito; a outro o mesmo Espírito

que não gostam dela: “Eu não tenho raiva de ninguém, mas entre ser falsa e não se relacionar com a pessoa, eu prefiro a segunda opção”, diz ela, “depois eu me acerto com Deus”, complementa.

Sair para ir ao cinema, à praia e comer são seus programas favoritos: “Porque crente come, né?!”, exclamou Clara. Quando adentramos na conversa sobre voto, ela foi logo se colocando a favor do argumento que diz respeito à necessidade dos evangélicos terem representantes na Câmara:

“O evangélico vê muito pelo lado de um evangélico dentro da câmara, porque tem leis que realmente não favorecem (o que eles acreditam), como por exemplo, o aborto. Muitas das vezes não deixam os evangélicos irem pra rua. O Brasil é um país democrático e essa democracia não vale para os evangélicos. Muitas vezes se pode fazer uma micareta na rua e não se pode fazer um evento evangélico.”

No entanto, ela faz uma crítica àqueles que entendem que o candidato evangélico tem que se preocupar exclusivamente com os problemas da igreja e enfatiza que, a seu ver, candidatos que não se preocupam com aspectos importantes para a sociedade tais como saúde, educação e violência, não têm o seu voto. “Não é o caso do Dr. Manaia. Pesquisei o trabalho dele e vi que ele é muito atuante e sério”, disse ela. Quando perguntada se votou nele, ela disse: “Não. Votei no candidato que meu pai pediu que eu votasse, pois era um cara que ajudou ele. Mas no dia da eleição eu mandei mensagem pra três amigas pedindo voto pro Dr. Manaia, já que eu não ia poder votar”.

Maria é a mais nova convertida dali. Tem 28 anos, mora em Cascadura e vem de uma família “secular”. Resolveu se converter por causa da cunhada, junto com o namorado, há um ano e sete meses. Sua família não aprova a conversão. Por morar numa casa pequena, divide o quarto com os dois irmãos (um homem e uma mulher, ambos mais velhos que ela) e é obrigada a conviver com o desrespeito à sua crença. Formada em Dança pela UFRJ, também se considera excluída por ter sido “do mundo” por muito tempo. “O pessoal da arte é muito louco. Bebem, usam drogas, se relacionam com homem e mulher e todos ao mesmo tempo. Ainda bem que eu consegui sair dessa vida”. Hoje ela dá aula de dança numa academia para a terceira idade em Cascadura e está muito satisfeita com a nova vida. Maria ressaltou que antes de entrar para a igreja não tinha muitos amigos e também vivia sem dinheiro, por isso só saía para ir aos encontros de dança que sua academia promovia aos sábados ou domingos durante

---

dá a fé; a outro ainda o único e mesmo Espírito concede o dom das curas; a outro, o poder de fazer milagres; a outro, a profecia; a outro, o discernimento de espíritos; a outro, o dom de falar em línguas; a outro ainda, o dom de as interpretar. Mas o único e mesmo Espírito que isso tudo realiza, distribuindo a cada um os seus dons, conforme lhe apraz”.

a tarde. Agora que conheceu Clara está se entrosando mais com o resto das pessoas que frequentam o grupo jovem e saindo com eles.

Antes de votar no Dr. Manaia, pegou o panfleto para ver o que de fato ele tinha feito em seu mandato anterior e entendeu que ele era um bom político, preocupado com as causas sociais, além de ser da igreja. Disse que se não fosse assim, procuraria um candidato que se solidarizasse com a questão da cultura e tivesse projetos que trouxessem benefícios ao segmento profissional do qual ela faz parte e de onde sai sua renda, a dança. Ressaltou, inclusive, que pensou em votar em um candidato que se preocupasse mais com a questão da cultura, mas desistiu: “Eu tenho que olhar pelo lado do trabalho também. A minha irmã, por exemplo, é professora. Ela vai votar no candidato que vai priorizar a questão da educação”. Acabou votando no Dr. Manaia.

Para escolher o candidato a prefeito, o critério é outro: “Eu vou mais pela questão: ele tem feito alguma coisa?”. Como o Eduardo Paes<sup>52</sup> foi um bom prefeito na sua concepção, optou por sua reeleição: “Afinal, em quatro anos não dá pra consertar nada do que tá errado, né? Tem que ficar oito anos, igual ao Lula”.

Quando perguntei a Clara e a Maria se seus votos eram, então, definidos pela confiança, ambas exclamaram que não. Maria ponderou:

“Político rouba mesmo. Não tem jeito, não dá pra confiar. Vamos pegar o caso do Eduardo Paes, por exemplo: eu sei que ele foi horrível politicamente falando, mas ele ajudou muita gente que eu conheço, melhorou a vida do pessoal que mora por aqui. Pegou um monte de projeto que estava no papel e colocou na prática. Aí a gente pega e coloca outro no lugar e o outro que não vai dar continuidade ao trabalho. Tem que levar isso em consideração” (fala de Maria, trecho retirado do caderno de campo).

Clara vai além e faz uma análise do comportamento político brasileiro em geral. Para ela, o brasileiro já está conformado: “Eles votam em Tiririca, ‘pior do que tá não fica’<sup>53</sup>. Votam em Veronica Costa<sup>54</sup>. Pô! Pelo amor de Deus. Eu sou brasileira, então, o que eu penso? O Eduardo Paes rouba, mas sai alguma coisa do papel. Eu vou ficar com quem rouba e não faz ou com quem rouba e faz?”. Maria complementa: “Se rouba ou se não rouba, a gente não pode olhar pra isso. A gente tem que olhar o que ele fez. A mesma coisa é dentro da

<sup>52</sup> Prefeito do Rio de Janeiro reeleito com quase 64% dos votos nas últimas eleições.

<sup>53</sup> Numa referência ao slogan do palhaço Tiririca - ‘Vote em Tiririca, pior do que tá não fica’ -, codinome de Francisco Everardo Oliveira Silva, palhaço cearense eleito deputado federal pelo estado de São Paulo nas eleições de 2010 pelo Partido da República (PR) com 1,35 milhão de votos. Numa campanha caracterizada pelo deboche em relação ao trabalho dos deputados, o candidato teve a maior votação entre todos os postulantes a uma vaga na Câmara dos Deputados em todas as unidades da Federação. Fonte: Revista Piauí nº 68, maio de 2012.

<sup>54</sup> Veronica Costa, também conhecida como “Mãe Loira” foi mulher de Romulo Costa, dono da empresa de funk Furacão 2000, e eleita vereadora da cidade do Rio de Janeiro por três vezes.

igreja. A gente vai pra igreja e o pastor rouba, o ministro rouba, padre rouba. Todo mundo rouba e aí? Todas as religiões roubam. O mundo é capitalista e o homem é sem vergonha. É assim. O dinheiro tenta as pessoas e há pessoas fracas”.

Nem pelo Dr. Manaia elas diziam “colocar a mão no fogo” no que diz respeito a corrupção, mas, como representante do povo, acham justo que ele acerte contas com Deus e com o próprio povo. No fim da conversa, entretanto, o discurso variou um pouco e ambas já diziam confiar no caráter do candidato por se tratar de alguém que segue o evangelho. No entanto, Clara argumentou que ser evangélico não significa garantia de voto. Maria disse, inclusive, que não votou nele porque o Pastor mandou, mas que há muita gente age assim:

“Na Assembleia [Assembléia de Deus], que tá apoiando o Izquierdo<sup>55</sup>, muita gente votou porque o Silas Malafaia pediu. E aqui também, porque o RR vem aqui fazer o culto e acaba pedindo voto pro Manaia. O Missionário não é igual ao Silas, mas também tem peso. Acredito também que o Manaia não teve mais tanto voto porque idosos não são obrigados a votar e muitos dos fiéis são idosos. Aqui tem muito idoso nessa igreja”.

Ambas disseram que, se pudessem definir o motivo pelo qual escolhem o voto, seria a expectativa em relação ao trabalho que o político se propõe a realizar. Contra argumentei dizendo que se elas esperam alguma coisa do candidato, confiavam nele. Ambas concordaram.

A divergência em relação ao conceito de confiança tem fundamento, uma vez que ele pode assumir diversos significados em contextos variados. No entanto, é na interação com outras pessoas que nós precisamos constantemente deduzir expectativas sobre suas ações futuras e isso nem sempre isso é possível de ser feito. Por mais que permaneçamos na condição de incerteza diante de algumas pessoas, não podemos deixar de tentar atingir nossos objetivos. Por isso, temos que enfrentar os riscos que a conduta do outro poderá nos oferecer. Szompka assim define a confiança:

“A confiança é a estratégia crucial para lidar com a incerteza e imprevisibilidade do futuro. Ela é composta por dois componentes principais: crenças e comprometimento. Quando colocamos confiança nos outros é como se soubéssemos como os outros vão agir. No entanto, a confiança é mais que uma antecipação contemplativa. As pessoas devem também encarar o futuro ativamente, comprometendo-se a uma ação que tem, em parte, consequências imprevisíveis e incertas. Para resumir, a confiança é uma aposta sobre as ações futuras contingentes de outros”. (SZTOMPKA, 2001, p. 15913)

---

<sup>55</sup> Alexandre Izquierdo foi o candidato mais bem votado individualmente entre os evangélicos e o oitavo vereador mais votado da cidade do Rio de Janeiro. Sem nunca ter se candidatado anteriormente, seu nome foi apoiado pelo pastor evangélico Silas Malafaia, líder da Assembleia de Deus Vitória em Cristo. Líder da juventude da Assembleia de Deus Vitória em Cristo, Izquierdo obteve 33.356 votos e foi o oitavo colocado entre todos os concorrentes a uma vaga na Câmara dos Vereadores. Disponível em: <http://ultimosegundo.ig.com.br/politica/2012-10-11/bancada-evangelica-tera-sete-vereadores-na-camara-municipal-do-rio-14-do-total.html>. Acessado em 18.01.2013.



No caso em questão, as duas últimas entrevistadas (e aqui excluo a Cris porque ela afirmou ter total confiança no candidato escolhido) não tinham parado pra refletir sobre a questão da confiabilidade que ambas atribuíram ao candidato, Dr. Jorge Manaia, fazendo com que acreditassem que não existisse. A confiança pressupõe que sejam assumidos alguns riscos (neste caso, corrupção, descumprimento das promessas, omissão em assuntos importantes) e, embora as duas personagens tenham uma boa expectativa em relação ao candidato da Igreja, ambas assumem que não podem prever suas ações. Ao mesmo tempo, ficou claro pela fala delas que se apenas algumas das promessas feitas pelo candidato forem cumpridas, a sensação de que a confiança não foi quebrada predomina, pois as respostas favoráveis em assuntos importantes minimizariam os desvios cometidos. A expectativa de confiança varia em graus diferentes, e quando se trata de políticos, percebo que se espera deles o menor grau possível, isto é, apenas suas qualidades instrumentais: regularidade (método, consistência, coerência, persistência); razoabilidade (boas justificativas aos argumentos); eficiência (competência; consistência, disciplina), isto é, que otimizem seu trabalho enquanto político, sem que, para isso, sejam necessárias qualidades pessoais.

Deste mesmo exemplo podemos conceber que a confiança na instituição é algo naturalizado naquele grupo. Isso porque as pessoas também podem ser encorajadas a confiar pelas regras culturais que as rodeiam e que definem a confiança como adequada em determinados casos. Estas mesmas regras são compartilhadas pela comunidade, percebidas como um dado, manifestadas por cada membro, e, conseqüentemente têm grande influência nos momentos em que se deve investir essa confiança em alguém. O papel social do pastor, por exemplo, inspira o máximo de confiança nos fiéis. Tanto para Cris quanto para Maria, é a ele (situado no mesmo patamar que a família) a quem se deve recorrer nos momentos de dúvida. Sua autoridade espiritual é sinônimo de confiabilidade. Durante a campanha eleitoral, essa posição se confunde com a de militante do candidato escolhido pela a Igreja, de modo que a confiança nele investida transita entre esses dois papéis. Para justificar a relação entre política e religião Clara arremata:

“Acaba misturando, não adianta. Não pode distribuir santinho dentro da Igreja, mas fora pode. Aí, na hora do culto, ele [o candidato] acaba subindo no púlpito pra receber uma oração. E isso envolve o psicológico da pessoa que tá ali orando por ele. E aí lá fora ele distribui o santinho. Dentro da Igreja é tudo estratégia. Inclusive na hora de orar, tem o louvor certo pra aquele momento, pra te deixar mais introspectivo. É claro que Deus é quem te dá esse louvor, mas é tudo estratégico pra você poder entrar na palavra de Deus. Isso [a política] também vai ser. Qualquer um na vida usa estratégia. Se você não tiver estratégia, não vai conseguir as coisas. Pra conseguir um emprego tem que ir à entrevista com uma roupa estratégica. Pra entrar num lugar chique você tem uma maneira de falar, tem que usar o talher de maneira estratégica. Todo mundo tem estratégia. E a gente também tem”.

### 3.1.2. Pequenas contradições

Bruno tem 25 anos, é morador do Méier e está quase no fim do curso de Biologia na Universidade Federal Fluminense, em Niterói. Frequenta a IIGD desde dezembro de 2011, entre os 2 e os 21 anos frequentou a Igreja Batista (IB) do Estácio, onde morava até então. Ficou um tempo afastado da Igreja e quando voltou, foi para a IIGD. Segundo ele, a IB também tem essa rede de sociabilidade que visa integrar os fiéis. No Ministério Jovem da IIGD ele faz parte do Coral e está tentando entrar no grupo de Apoio, apesar disso, ainda não exerce uma função específica dentro do grupo. Sua mãe, com quem ele vive, também é evangélica, mas se converteu há menos tempo que ele, “há uns cinco anos”. Ela começou na Igreja Batista do Méier, mas depois foi para a IIGD. “Esse trânsito é muito comum. Embora haja algumas diferenças, é muito comum que se troque de Igreja”, explicou Bruno. Sua vida social se divide entre a família, a igreja e a faculdade. Quando perguntado se achava importante votar, ele respondeu:

“Só há uns três anos me preocupo com isso. Antes, votava nulo pelo alto índice de corrupção. Era desiludido. Acho muito ruim votar no ‘menos pior’. Queria votar em alguém que fosse fazer alguma coisa. Mudei essa mentalidade porque alguém uma vez me convenceu de que vereadores e deputados representam uma comunidade dentro da sociedade e então a gente tem que procurar colocar a nossa voz lá dentro”.

Nilton tem 29 anos e é advogado formado há cinco pela Universidade Candido Mendes, no centro do Rio de Janeiro. Atualmente não atua na profissão, mas está estudando para concursos públicos. Evangélico há pouco tempo, frequenta a IIGD de Madureira desde 2004, tendo iniciado sua trajetória na IIGD da Piedade<sup>56</sup>. Conta que se converteu porque sua mãe era evangélica e orava por ele. Num determinado momento de sua vida, disse que sentiu necessidade de buscar espiritualidade e ainda durante a faculdade se converteu. Hoje, segundo Nilton, toda sua vida social se restringe à Igreja.

Conforme ficará demonstrado, durante toda a conversa Nilton faz questão de enfatizar alguns pontos: uma participação intensa na vida política de seu país; sua posição por ele considerada de esquerda; e por fim, o embasamento de suas respostas com dados empíricos ou de sua própria experiência, de modo a sustentar melhor seu argumento:

“Acompanho política desde criança porque meu pai sempre foi politizado neste aspecto. Desde cedo eu ouço e leio as coisas e sempre tive uma tendência esquerdista. Acompanhei a eleição do Lula contra o Collor, a época do

<sup>56</sup> Piedade é um bairro próximo a Madureira.

impeachment. Sempre votei no PT e sempre preferi ficar alinhado à esquerda. Tanto no âmbito federal quanto no estadual. É importante escolher quem vai dirigir o país, o governo”.

O voto de Bruno é definido pela proposta do candidato. Em sua opinião, é indispensável que o pensamento do candidato esteja alinhado ao dele: “como é que você vai confiar o país a alguém que pensa muito diferente de você? Claro que ninguém pensa igual, mas que siga pelo menos a mesma vertente”.

Nilton segue pela mesma direção, mas denomina o motivo pelo qual define um candidato de ideologia:

“É preciso conhecer as propostas do candidato, se ele propõe continuar do jeito que tá ou se propõe mudanças. O que me chamava atenção no PT, no Lula, era justamente essa proposta de mudanças do lado social, coisa que o Fernando Henrique Cardoso, que era sociólogo de formação, inclusive, nunca se propôs a fazer. Ele (FHC) é Doutor Honoris Causa pela Sobborne<sup>57</sup>. Um cara que nunca fez muito pelo povo. Por isso escolhi o Lula, pelo social”.

Na opinião de Bruno a religião sempre esteve ligada ao modelo de Estado e de ordenamento da sociedade: “estão altamente ligados porque a religião faz parte da cultura”. No entanto, ele entende que os polos não deveriam se misturar, principalmente num país corrupto como o Brasil: “É triste, porque o representante daquela comunidade pode se corromper (padre, pastor, qualquer coisa). Pode acontecer com qualquer um e as pessoas que não são daquela religião vão ‘cair de pau’ em cima da instituição, independente se quem fez foi a pessoa. Tem que tomar muito cuidado”.

A extensa explicação de Nilton sobre a mesma questão, por sua vez, aborda alguns aspectos importantes e passa uma dimensão abrangente dos motivos pelos quais se faz necessária uma representação política para os evangélicos, evidenciando, entretanto, que sua posição já tinha sido outra anteriormente:

“Antes de me converter eu sempre fui contra: a favor do estado laico, da separação total entre estado e Igreja e contra a relação da Igreja Católica com o Estado. Mas a república é de fato o melhor modo de se viver em sociedade, pois os regimes democráticos permitem que o povo escolha quem vai governar. A pessoa é escolhida pelos méritos. Comecei a ter um outro ponto de vista justamente por causa do país que a gente vive. Os evangélicos, 40, 50 anos atrás eram 3% da população. Agora já são quase 30%. Há regiões no Rio de Janeiro em que são mais de 50% com toda certeza. Eu tava vendo uma projeção na revista Carta Capital de como vai ser o Brasil em 2030 e eles falam que até lá pelo menos metade da população já vai se declarar evangélica. De repente até antes a gente atinja esse 50%. Isso porque muitos se declaram católicos, mas não são católicos. A gente sabe que dizer que é católico é a opção de muita gente que não pratica nada, ou é evangélico ou macumbeiro e não quer dizer. Ou se a família é católica. Espírita também. Aí só aparece na igreja em

<sup>57</sup> Aqui Nilton se confundiu: quem ganhou o título de Doutor Honoris Causa da Université Paris – Soborne foi o ex-presidente Luis Inácio Lula da Silva, muito embora o também ex-presidente Fernando Henrique Cardoso tenha ganhado o mesmo título em mais de 20 universidades no exterior. Dados obtidos em <http://educacao.uol.com.br/biografias/fernando-henrique-cardoso.jhtm>, acessado em 18.01.2013.

casamento e batizado. Aí, desse ponto de vista, a gente precisa de um representante. O próprio Jesus foi crucificado e condenado por um processo político. Foi uma eleição o que aconteceu ali, né. E todo mundo incitou a votar em Barrabás. Sob esse ponto de vista, acho que tem que ter participação sim. A gente não pode é querer construir uma República Evangélica e inverter a situação (quando os católicos dominavam a política e eles criticavam) e nem querer obrigar ninguém a compartilhar nossas ideias. Eu creio que muito em breve teremos um presidente evangélico que será eleito pelas igrejas evangélicas. Não vai demorar a acontecer. Só que a gente não pode discriminar as minorias, por exemplo, que vão se declarar católicas, espíritas ou ateus, por exemplo. No próprio meio acadêmico, vários professores que eu tive na faculdade, inclusive muitos sociólogos, se declaravam ateus. Justamente por isso, pelo passado da igreja católica [nesse momento, Bruno interrompe: “Imagina eu que tô fazendo Biologia!”]. A gente não pode discriminar essas pessoas. Inclusive eu não acreditava em nada até pouco tempo atrás. Acreditava no estudo, na filosofia”.

Ele crê que a presença evangélica na política é hoje algo inevitável, mas que essa relação deve estar cercada de cuidados, haja vista que a própria Constituição da República prega que o Estado não tem religião. Neste momento ele é interrompido por Bruno mais uma vez, que afirma que somente no papel é que o Estado não tem religião “na prática tem sim”. Com uma certa dose de ironia, Nilton diz que está ansioso por saber como é que vai ser daqui pra frente, tendo em vista que os evangélicos estão se firmando no poder, e se esse movimento será freado:

“A disputa pelo Parlamento é normal. Os evangélicos vivem disputando a área legislativa. Mas quando Crivella<sup>58</sup> veio como prefeito, todo mundo no Rio de Janeiro se mobilizou pra ela não poder entrar. Até já teve um candidato que se dizia evangélico e que na verdade não era<sup>59</sup>. Por isso não conta”.

Nesse momento ambos se recordaram do episódio ocorrido nas eleições municipais de 2008, quando houve o feriado estadual que, segundo eles, foi decretado por Sergio Cabral<sup>60</sup> para que o então candidato a prefeito Eduardo Paes ganhasse as eleições. Os dois votariam no Gabeira no segundo turno: “você tem dúvidas de em quem eu ia votar?” – exclamou Nilton.

Nas últimas eleições municipais, Bruno votou em Marcelo Freixo. Nilton, em Paes. Um vídeo divulgado por Silas Malafaia no qual Marcelo Freixo, junto com o Jean Willys<sup>61</sup>, chamam os evangélicos de homofóbicos foi o motivo da mudança. No referido vídeo<sup>62</sup>,

<sup>58</sup> Referindo-se ao atual Ministro da Pesca e Bispo da IURD, Marcelo Crivella, candidato a prefeito nas eleições de 2008, quando ficou em terceiro lugar.

<sup>59</sup> Garotinho, ex-governador do Estado do Rio de Janeiro.

<sup>60</sup> Governador do Estado do Rio de Janeiro entre 2007-2010 e 2011-2014.

<sup>61</sup> Deputado Federal pelo Rio de Janeiro (PSOL/RJ).

<sup>62</sup> O vídeo foi amplamente divulgado no meio evangélico por atacar diretamente a Silas Malafaia, que apoiava a reeleição de Eduardo Paes, e há várias versões do mesmo vídeo. Em uma delas, com mais de seis mil acessos, no momento em que o então candidato Marcelo Freixo explica que não era ele quem estava chamando os evangélicos de homofóbicos, mas que os próprios evangélicos se autointitulam desta maneira ao fazerem uma Marcha cuja bandeira principal é a defesa do direito de serem homofóbicos, aparece uma legenda explicativa: “Na Marcha para Jesus combateu-se o PLC 122 (Lei da Mordação) que coloca em risco as liberdades de culto e de expressão. Por esta razão é chamada de Marcha homofóbica”. Disponível em <http://www.youtube.com/watch?v=Je3EThyYW4Y>. Acessado em 18.01.2013. Outra versão do vídeo, na íntegra

Marcelo Freixo realmente usou a expressão num discurso que defendia, entre outras coisas, o Movimento LGBT. Para tanto, justificou-se dizendo que os próprios evangélicos possibilitavam que fossem assim reconhecidos (homofóbicos), tendo em vista que a razão da Marcha para Jesus seria “a defesa do direito de serem homofóbicos, de não serem criminalizados por determinadas declarações que pudessem vir a ser entendidas como homofóbicas”. A resposta de Malafaia para a questão foi simples e direta: “Se eu sou homofóbico, ele é cristofóbico”.

Nilton explicou que mudou seu voto por esse motivo, mas que havia outra situação que o incomodava:

“De um cara que tava apoiando ele, um tal de Babá, um cara meio barbudo, que queimou a bandeira de Israel. Esse é um tipo de atitude que eu não me conformo. Eu gosto do Freixo, gosto da história dele e respeito a luta dele, mas a crítica que ele fez foi explicitamente em relação à Marcha para Jesus, dizendo que era um absurdo aquilo. Foi por isso que eu mudei o voto”.

A segunda crítica de Nilton a Marcelo Freixo – um apoio com o qual ele não concordava – soou mais como uma justificativa para que a mudança de voto não fosse caracterizada como puramente religiosa. Bruno disse que se soubesse desse vídeo talvez não tivesse votado nele, mas não ficou sabendo na época.

A discussão sobre homossexualidade se estendeu bastante a partir daí. Nilton completou o raciocínio dizendo que o Freixo falou da questão do preconceito dos evangélicos em relação aos homossexuais, mas sustentou que em relação a homossexualidade “tem que ser falada a verdade”:

“Não adianta tapar o sol com a peneira. Tá escrito na Bíblia. Tem igreja evangélica até aqui em Madureira que aceita, que tem pastor gay, mas não é isso o que tá escrito na palavra de Deus. Está escrito que tá escrito que os devassos e os sodomitas não entrarão no Reino dos Céus. Deus é amor, mas é justiça também”.

Bruno entende que as pessoas têm direito ao livre-arbítrio e que eles, enquanto evangélicos, tem que respeitar a posição dela. No entanto, não podem mentir em relação a isso: “O que não pode fazer é dizer que Jesus ama a todas as pessoas e a todas as atitudes dela. Jesus ama a todos, mas abomina a prática deles<sup>63</sup>. Eles não vão ter salvação se continuarem agindo dessa forma e se perguntarem pra mim eu vou falar. O que o meu mestre fala na Bíblia é que não é permitido”.

---

e sem legendas, pode ser vista em <http://www.youtube.com/watch?v=obUZ7Y-KEOw>. Acessado em 18.01.2013.

<sup>63</sup> Numa referência à citação bíblica contida em Levítico, 18-22: “Com homem não te deitarás, como se fosse mulher; abominação é”.

A entrevista com Bruno e Nilton foi feita no dia do segundo turno em São Paulo. Quando perguntei aos dois se eles concordavam com a mistura entre religião e política, dei como exemplo o tratamento dispensado ao voto evangélico nas eleições em São Paulo e pensei alto “a essa hora já temos o resultado, quem será que ganhou em São Paulo, hein?!”. Nilton afirmou: “tomara que tenha sido o Haddad. É o PT, mesmo com essas coisas aí do Kit Gay. José Serra não rola, né! O cara não sabe o que quer, se quer ser prefeito, governador ou presidente”, numa referência ao fato do “Kit Gay”, tão criticado pelos evangélicos, ter sido proposto durante a gestão de Haddad no Ministério da Educação. Vale ressaltar que minutos antes ele havia dito que desistira de seu voto em Marcelo Freixo, candidato de sua preferência, em virtude de seu posicionamento a favor da comunidade LGBT. Ao que parece, a crítica direta do candidato em relação às manifestações religiosas pesou mais na opção pela mudança do voto que a própria política de apoio aos homossexuais. Nilton deu a entender que acreditava que Marcelo Freixo viria a proibir ou dificultar movimentos como a “Marcha pra Jesus”, citado por ele no vídeo. E isso pareceu lhe importar mais que a questão da homossexualidade, a qual figurou como pano de fundo.

Num dado momento, passamos a discutir a gestão do prefeito Eduardo Paes. Eu disse que algumas entrevistadas tinham elogiado sua gestão por causa das obras que estão sendo feitas. Bruno prontamente colocou a questão de que as obras estão sendo feitas porque os megaeventos estão trazendo muito dinheiro para a cidade: “Então, não tem muito jeito. Tem que investir esse dinheiro em obra mesmo”. Nilton lembrou que o Eduardo Paes apoia os evangélicos e foi logo criticado por Bruno: “O Eduardo Paes apoia aos homossexuais também. Apoia Parada Gay. Ele faz o jogo político e vai aonde tem que ir”. Para vereador, ambos votaram no Manaia.

Nilton reconhece que foi por falta de opção. Ele disse que não pesquisou muito e que geralmente nunca tem um nome muito bom. Acaba decidindo bem perto das eleições. Bruno, como dito anteriormente, pensou em votar no Andrade do Flamengo, porque sua proposta incluía projetos para o esporte e para a educação, enfatizando que o voto não seria só por causa do time. Mudou de ideia e decidiu votar no Manaia porque a proposta do Andrade ainda estava muito “crua”. A proposta do Manaia, por sua vez, além de ser boa, ainda representava sua comunidade perante a sociedade. “É a minha voz lá dentro”. Perguntei se confiavam nele. “Ah...ele é médico, professor, pessoa estudada. Confio” – disse Nilton. Bruno foi mais cuidadoso e lembrou que muitas “pessoas letradas” entram lá e se corrompem. “O estudo

ajuda, mas não é preponderante. Estudo não é requisito de honestidade. Confio mesmo porque o cara tá aqui sempre”.

### 3.1.3. O voto por protesto e o voto por simpatia

A entrevista de Pedro e Mariana também foi feita em conjunto. Eles pertencem ao grupo de Apoio e ela, particularmente, à Intercessão também. Havia ali um eleitor do Otávio Leite<sup>64</sup> e uma eleitora de Marcelo Freixo para prefeitura e dois eleitores do Dr. Manaia para vereador. Mariana votou, nas palavras dela, “naquele que tava em segundo lugar”, pois não lembrava o nome do Freixo. Ela queria que as eleições fossem para o segundo turno como forma de protesto. Na opinião dela, a cidade está abandonada e as obras são apenas uma “maquiagem”.

Pedro tem 31 anos, é promotor de vendas e morador de Cascadura. Ainda não fez faculdade, mas quer começar assim que der. Frequenta IIGD desde 2004 e faz parte do grupo de apoio. Sua rede de sociabilidade é bastante ampla: trabalho, academia, shopping e igreja, “mas também gosto de ficar em casa”, completou.

Mariana, 23 anos, Auxiliar Administrativa, moradora de Cascadura. Havia feito o ENEM<sup>65</sup> no dia de nossa entrevista, pois queria começar a faculdade de Serviço Social. Desempregada havia pouco mais de um mês, ela ressaltou que tem mandado alguns currículos, mas daria entrada no seguro-desemprego. Dependendo da oportunidade vai preferir ficar em casa se preparando para concurso. Frequenta a IIGD desde os 12 anos, entrou no Ministério Jovem em 2010, mas começou sua trajetória na IURD um pouco antes. Desde que nasceu, corrigiu ela logo em seguida, pois sua família é toda evangélica. Acabou de iniciar um namoro, com um rapaz que conheceu no trabalho, que também é evangélico “e luta jiu-jitsu e box tailandês”, diz ela com orgulho. Quando não está na igreja gosta de ir ao shopping, à praia ou de ficar arrumando a sua casa.

Colocando-se abertamente na condição de minoria vítima de preconceitos, Pedro iniciou a conversa expondo a importância do candidato apoiado pela igreja, ressaltando que a igreja não apoia abertamente um candidato específico para a prefeitura.

---

<sup>64</sup> Candidato a prefeito pelo Partido Social Democrata Brasileiro (PSDB).

<sup>65</sup> Exame Nacional do Ensino Médio, que avalia o desempenho dos estudantes e permite o acesso às principais universidades federais do país.

“Por que a gente vota nele [no Dr. Manaia]? Pra começar a gente tá na mesma visão, que é o que a liderança pediu e não apenas por causa disso. É importante também o que eles fazem lá dentro, as escolhas que eles fazem e que se não fosse por causa deles não seria possível da gente ter. Por exemplo, hoje teve a passeata gay<sup>66</sup>. Parou o trânsito todinho. Demorei um tempão pra chegar no meu destino. Se fosse um evento gospel, não iriam liberar. Com um político lutando pela igreja já é difícil, imagina se não tivesse. Tem coisas que só são conseguidas com políticos. Já fiquei sabendo de casos que perguntavam assim: você tem um político próximo? Não tem não consegue. Se tiver, aí sim as coisas ficam mais fáceis. Tudo o que é gospel é mais difícil de ser conseguido. Então nós temos que ter um representante (e aqui Mariana concordou) na Câmara, no Senado, tem que ter para quebrar essa barreira de preconceito”.

Mariana complementa a fala de Pedro dizendo que, para além de quebrar o preconceito e representar a comunidade, um vereador voltado para a igreja pode trazer vários projetos como o Prograça<sup>67</sup>, por exemplo. “Vira e mexe alguns membros da Igreja precisam de algo, vão até ele, perguntam, e ele vem esclarecer algumas coisas. Está sempre presente”. Quando perguntados sobre sua preocupação com a política, Mariana logo manifesta seu voto:

“Pra prefeito, eu não votei no que ganhou. Por mim, eu votaria nulo, igual na outra eleição. Mas votei no que tava em segundo lugar [Marcelo Freixo] pra pelo menos tentar levar para o segundo turno. Porque a maioria é corrupta. Na outra eleição eu anulei meu voto porque não queria eleger o Sergio Cabral, mas ele ganhou, né? Fazer o que...”.

Pedro responde mais especificamente à pergunta colocada e demonstra o quanto se interessar por política é importante:

“Uma vez, não lembro quem foi, alguém reclamou que político não faz nada, o prefeito não faz nada, falou que a cidade do Rio tava muito ruim, que tava abandonada e quando eu perguntei em quem tinha votado, disse que tinha votado no Paes. Ou então votou em branco. E se votou em branco é porque fugiu do seu voto e tem menos direito ainda de reclamar”.

Nesse momento Mariana tentou justificar dizendo que a população não tem conhecimento na hora de votar. Ambos votaram no Dr. Manaia para vereador. Pedro explicou minuciosamente como se deu sua decisão. Vale destacar que quando ele se refere à lei que determina que revistas de nudez sejam cobertas com um plástico preto nas bancas de jornal, percebe-se sua inclinação ao entendimento de que esse seria uma medida importante para todos os segmentos da sociedade, sem levar em consideração que há famílias em que sexualidade ou a nudez não é considerada um tabu.

“Primeiramente, a gente conheceu o candidato pelo pedido do nosso Pastor. Ele não pediu o voto, mas deu a entender que queria que nós votássemos nele. Mas não é só porque ele pediu que nós vamos votar. Quais são os projetos dele? O que ele pretende fazer? A pessoa pode entrar lá, se eleger e não fazer nada. E também não é

<sup>66</sup> A entrevista ocorreu no dia da Parada Gay de Madureira, reunindo milhares de pessoas.

<sup>67</sup> Como dito anteriormente, a Prograça oferece cursos de informática nos mais variados níveis a qualquer pessoa que queira se inscrever. Coordenado pelo Vereador Jorge Manaia, o curso tem o apoio da Prefeitura Municipal.



pra defender só os projetos da Igreja. Tem que apresentar projetos pra toda a sociedade. Agora ele [o Manaia] se elegeu e é importante nós vermos o que foi feito, se ele fez uma coisa para o povo em geral. Por exemplo, ele aprovou um projeto que manda colocar uma capa preta em revistas pornográficas que ficam expostas em bancas de jornal. Tem vários projetos que são para todo mundo que tem filhos. As crianças passavam pelas bancas de jornal e eram obrigadas a ver aquilo”.

Pedro votou em Otávio Leite para prefeito: “apesar de já saber que o Eduardo Paes ia ganhar, eu votei no Otavio Leite porque eu gosto dele, mas já sabia que era voto perdido”.

A questão da confiança mais uma vez suscitou divergências. Pedro diz que não confia em ninguém: “confiar em alguém é uma coisa muito séria. Não tem como a gente confiar em alguém. Você acredita que aquela pessoa possa estar no caminho certo, mas não coloca a mão no fogo”. Mariana é mais amena ao falar sobre essa questão: “pelo que eu tenho ouvido falar, ele costuma cumprir as promessas. Ele cumpriu tudo o que prometeu fazer. Então eu confio nele sim. Mas também não coloco a mão no fogo, porque hoje em dia, o bicho tá pegando feio. Todo mundo se corrompe”.

Perguntei se mais alguém havia pedido a eles votos para outros candidatos. Pedro lembrou que um amigo pediu voto para outro candidato na hora em que ele estava indo votar, mas ainda assim ele preferiu votar no Dr. Manaia:

“Por que eu ia votar no candidato do meu amigo sem saber quem era o cara, o que ele fez, o que ele apoia? Aí o cara começa a jogar vários projetos que prejudicam a sociedade e eu votei nele? Continuei com a minha convicção. Já tinha candidato e continuei com o meu”.

Mariana falou sobre o candidato de sua vizinhança, Écio Ferraz: “todo mundo lá perto de casa, da minha rua, falou pra eu votar nele. Eu disse que já tinha candidato”. Sua mãe, frequentadora da Igreja Mundial do Poder de Deus, pediu à Mariana que votasse no candidato apoiado por Valdomiro Santiago<sup>68</sup>. No entanto, ela “nem quis saber quem era o candidato”, sua opinião prevaleceu e ela votou no Dr. Manaia. Comparando ao caso de Clara, que votou no candidato indicado por seu pai porque havia sido uma pessoa que o ajudou diretamente, a fala de Mariana pode indicar que o voto influenciado pelo laço familiar precisa ser fundamentado por outros motivos que não um mero pedido, tais como uma ajuda direta ou confiança pessoal profunda. Tanto no caso de Mariana, quanto no caso de Pedro e no de Maria (no qual a mãe pediu a ela que votasse em Cristiane Brasil porque o sobrenome Brasil também era comum às duas), ausentes quaisquer sentimentos de deslealdade para com o membro familiar, prevaleceu o laço com o qual elas próprias se identificaram mais, nesse caso, o religioso.

<sup>68</sup> Valdomiro Santiago se autodenomina Apóstolo e fundou a Igreja Mundial do Poder de Deus a partir de uma dissidência da IURD em 1998.

Conforme vai se lembrando de situações, Pedro pede pra voltar a falar mesmo que sejam assuntos que não estejam diretamente relacionados à pergunta feita. Em um determinado momento ele volta a defender a participação política evangélica a partir da crítica feita por aqueles que argumentam que os pastores obrigam as pessoas a votarem no candidato da Igreja e reproduz uma posição defendida por Silas Malafaia, que, segundo ele, foi muito claro em relação a isso num programa de televisão:

“Ele disse que não estava obrigando ninguém a votar no candidato dele. Estava só pedindo o apoio, mas que as pessoas são livres pra votar em quem quiserem. Ele estava apenas pedindo que as pessoas ajudem a essa causa da Igreja, mas que todos eram livres para votar em quiserem, para exercer seu direito ao voto. Votar no candidato da Igreja ajuda, mas se já tiver seu próprio candidato, não tem problema. Que ninguém estaria em pecado. Essa é uma escolha própria”.

Para Pedro, a ideia de “obrigar a votar” está vinculada a algum pedido formal ou ameaçador por parte das lideranças da Igreja. Em nenhum momento ele se dá conta de que a autoridade espiritual e social de líderes denominacionais que explicitam publicamente seu apoio a um candidato, como é o caso do Pastor Silas Malafaia, pode fomentar em algumas pessoas um tipo de “obrigação” moral.

Mariana lembra que o pastor Rogério Postigo também fala isso e volta à questão da necessidade de representantes para autorização de eventos: “ia ter o evento em Botafogo e pra conseguir que o evento fosse feito ali, só com autoridade lá. Se não tiver, não rola”. Lembrou ainda do casamento comunitário que teve na Apoteose, no qual se casaram aproximadamente cinco mil fiéis: “o casamento comunitário foi conseguido pelo Jorge Manaia, lá na Apoteose. Se não fosse a autoridade dele como vereador, talvez não tivesse conseguido”.

Pedro enfatiza a condição de minoria na qual incluiu os evangélicos:

“A verdade é que as coisas são bem fechadas para os evangélicos. Muitas vezes falam que são os evangélicos que têm preconceitos, mas se você for parar pra ver, é a gente que sofre preconceito muitas vezes. A parada gay aqui foi liberada, mas te garanto que se fosse ao contrário, as portas estariam fechadas. O mesmo evento não ia ser liberado pra gente. Tenho certeza. To falando isso porque pra liberar o Monumento aos Pracinhas ali no Aterro, foi um custo. Eles não queriam de jeito nenhum<sup>69</sup>”.

A posição de ambos sobre a participação da religião na política já estava clara, mas mesmo assim perguntei. A resposta dada por Pedro é bastante parecida com a de Cris:

---

<sup>69</sup> Ao fazer uma avaliação da pesquisa Novo Nascimento, Pierre Sanchis (1998) já chamava atenção para o fato dos evangélicos formarem uma parte significativa do povo brasileiro, afastando a ideia de minoria que outrora poderia ter tido o cidadão comum e até mesmo os próprios evangélicos: “Não se trata mais de uma categoria ‘lateral’, menos ainda ‘marginal’, como ela podia ontem parecer ao cidadão comum – e, aliás, aparecer-se si-mesma nas relações culturais quotidianas – mas com ela reencontramos uma autêntica espessura social ‘bem brasileira’”. (FERNANDES et al, 1998, p. 151)

“Sou a favor da mistura entre religião e política sim. Vamos parar pra pensar. Por exemplo: o católico, o macumbeiro, os gays, todo mundo tem seu representante e não tem problema nenhum. E quando se fala em evangélico ter seu representante, fica aquele mal-estar. Se tudo fosse fácil como é para os outros grupos sociais, nem precisaria, mas ultimamente foi visto pelos líderes da Igreja que é necessário ter representantes nossos lá, senão as coisas não acontecem pra gente. Eles não liberam. Pra ser colocado nosso canal de televisão, a RIT, no satélite foi só porque teve político atuando pra isso. Não sei se você conhece o testemunho do deputado Jorge Tadeu. O pastor tava contando que o filho dele tava doente, gravemente doente e um parente procurou o pastor e o filho dele foi curado. Só que foi na Igreja do Missionário, mas não foi com o Missionário. Acho que foi o Pastor Jayme. E foi um milagre realmente, porque o menino estava desenganado. O deputado não teve a chance de agradecer naquele momento. E há uns tempos, o Missionário foi à Brasília, acho, para tentar conseguir autorização pra colocar a RIT no ar e não conseguiu. Falaram pra ele esquecer porque ele só ia conseguir se ele tivesse algum representante na política. O Missionário ficou indo lá e nunca conseguia. Aí uma vez ele encontrou lá com esse Deputado, o Jorge Tadeu, que perguntou se ele estava precisando de alguma coisa e foi esse deputado que conseguiu isso, como forma de agradecimento pela cura do filho dele. Aí que viu a necessidade de se ter um político. Infelizmente é assim na política. Você só consegue as coisas se tiver gente lá”.

Baseado tanto em fatos de sua própria experiência quanto em circunstâncias relatadas pela hierarquia da igreja, verifica-se que, para Pedro, é bastante naturalizada a ideia de que a política se tornou um instrumento necessário para que o grupo ao qual pertence tenha acesso a determinados direitos.

O foco da conversa passou a ser a cidade do Rio de Janeiro e as transformações que estavam ocorrendo para os megaeventos<sup>70</sup>. Pedro falou, revoltado, sobre a situação do velódromo<sup>71</sup>, no qual serão gastos 134 milhões de reais para fazer uma obra que já existia, visto que a reforma custaria 120 milhões de reais: “o Eduardo Paes tá com a máquina e tá fazendo obra”. Mariana completou criticamente: “ele está fazendo uma maquiagem, porque saúde e educação continua uma merda”. Pedro justifica dizendo que a situação da cidade era tão ruim, que qualquer ‘maquiagem’ faz efeito. Dá o exemplo das ruas da Zona Norte, que estão todas asfaltadas e que isso nunca havia acontecido antes. Que a própria rua dele nunca tinha sido asfaltada.

Ana, a próxima entrevistada, chega no meio da nossa conversa e só por ter escutado o nome do prefeito, começa a fala mal das OS’s e do sistema de saúde como um todo. Que as próprias OS’s serviam só para beneficiar o bolso de mais gente.

“Mas o povo, argumenta Mariana, vê obras, vê o parque de Madureira, e já fica deslumbrado com aquele político”. E muita gente a criticou por ela não ter votado no Eduardo

<sup>70</sup> Esse era um tema recorrente: os megaeventos. Sempre quando se parava para discutir a cidade, a conversa desembocava na Copa do Mundo, nas Olimpíadas, nas obras e no dinheiro gasto.

<sup>71</sup> O velódromo construído recentemente para os jogos Pan-Americanos será removido e, em seu lugar, construído um novo.

Paes. Na opinião de Pedro, enquanto não tiver na política uma pessoa que tenha temor a Deus, essa situação não vai mudar.

#### 3.1.4. Quebrando estereótipos

Rita, 24 anos, técnica em Patologia Clínica, moradora de Quintino. No momento trabalha com costura e quer fazer um curso técnico em moda. Adora artes, museus – “vou a todos os museus dessa cidade. Até no da Marinha” – e sair para comer: “porque crente gosta de sair pra comer!” – exclamou ela, repetindo a mesma fala já dita anteriormente por Clara. Também gosta de cinema, praia, seminários e congressos na própria IIGD ou em outras igrejas “depende de qual igreja é e de que curso é oferecido. Se for de dança eu vou, adoro dançar!”. Segundo Rita, há cursos de intercessão (interior, guerrear espiritualmente), de dança contemporânea, balé. Converteu-se há nove anos, tendo começado sua trajetória na IURD. Sua mãe também é evangélica, e, embora tenha se convertido depois de Rita, foi ela quem a levou para a IIGD, onde hoje faz parte dos grupos de Intercessão e Dança dentro do Ministério Jovem.

Ana, 28 anos, mora em Queimados e é Fisioterapeuta. Órfã de pai e mãe, negra e ex-homossexual, detalhe que ela só revelou ao fim da entrevista, após indagar se eu não queria saber como ela havia se convertido. De fato, eu não havia perguntado. Trabalha no Rio, em três empregos diferentes. Converteu-se há quatro anos. Antes, era católica não-praticante. Hoje vive intensamente a religião que escolheu e que a colocou no caminho de Jesus. Gosta principalmente de músicas gospel porque edificam o espírito. Segundo ela, a música “do mundo” não edifica. Por isso não gosta de ir a shows “do mundo”, não servem pra muita coisa. E explica:

“A música gospel te aproxima de Deus, ela te envolve, mexe com emoção, com a sua alma, mexe com sentimentos. A música do mundo faz a mesma coisa. Essa música também te envolve, mexe com a sua alma. E quando você vê, está declamando aquelas coisas e consequentemente vivendo aquelas mesmas coisas. A diferença é que não edifica”.

Ana também já frequentou a Terapia do Amor na IURD e para ela não há problemas em fazer isso, mas depende da denominação. Ambas disseram que hoje só não frequentariam a Mundial do Poder de Deus, “porque o Valdomiro é muito esquisito”. E também não frequentariam a Testemunha de Jeová, a qual, segundo Rita, é uma igreja que se diz evangélica, mas na verdade não é. Ana também disse que vai a Congressos na área dela,

ligados à fisioterapia, festa de amigos, “essas coisas normais”, concluiu. Em sua família, poucos são convertidos. Ela mora sozinha, mas no mesmo terreno da irmã. Sua família por parte de mãe também é evangélica, mas ela afirma não ter muito contato com ela. Por isso, chegou à igreja através de uma amizade.

Rita, a mais falante, foi a primeira a declarar sua constante preocupação com a política:

“Os candidatos nos quais eu voto nunca ganham, porque eu só voto em quem acredito. A igreja sempre tem um candidato, assim, se eu gostar e achar que ele merece meu voto, eu voto. Se eu não acreditasse, não votaria. A pessoa tem que se mostrar correta pra eu confiar. Nunca aconteceu de ter alguém que eu achasse que não merecia o voto. Tanto que na eleição pra prefeito, meu candidato ficou em último lugar. Mas eu gostei daquilo que ele falou e achei que ele tava falando a verdade, passou transparência, é o Fernando Siqueira<sup>72</sup>. Eu ‘amei ele’. Achei que ele tinha um prazo muito pequeno pra passar as propostas dele na televisão, mas mesmo assim eu gostei muito. Achei que se ele fosse prefeito, ele faria muito bem à cidade. Por isso, passei meu endereço para ele mandar cartas, curto a página dele no Facebook e fico de olho no que ele tá fazendo”.

Amanda não vota no Rio, pois seu domicílio eleitoral fica em Queimados:

“Mas eu nem sei o que acontece lá [em Queimados], minha vida é toda aqui. Por isso, lá eu anulei. Mas em relação ao candidato da igreja, tem um candidato e o nome dele é Manaia, e se eu votasse aqui, particularmente, não votaria nele. E não é por uma questão de falta de credibilidade, mas é que eu sei que ele é médico e a favor da Lei do Ato Médico<sup>73</sup>. Então, ele atuaria a favor de um projeto de lei que prejudicaria a minha classe profissional. Se eu votasse aqui no Rio ia tentar conversar com ele pra saber o lado dele. Em Queimados, como eu não tenho contato com os candidatos, optei por anular o meu voto. No Rio, com certeza não votaria no Paes, provavelmente no Freixo”.

Confiam no Dr. Manaia? – perguntei. Rita prontamente respondeu que sim. E completou:

“Uma vez assisti a uma palestra dele na qual ele demonstrou compromisso com as pessoas. Eu acho que ele é muito sério, não é muito engraçado e não sabe muito chegar no povo, mas passou transparência. Ele é uma pessoa idônea. E pra mim é isso o que importa, porque tem muita gente que se elege porque é carismática e chega lá e não faz nada. E além disso ele é médico, conhece a área médica. Eu gostei das propostas dele. Ele é o autor da Lei da Ficha Limpa. Gostei de saber disso. Se uma pessoa é autora da lei da ficha limpa então quer dizer que vai ser mais difícil que ela faça coisas erradas<sup>74</sup>. Se ele apoia, antes de qualquer pessoa, ele tem que ter a preocupação de ser ficha limpa”.

<sup>72</sup> Candidato a prefeito nas eleições municipais de 2012 pelo PPL, Partido Pátria Livre.

<sup>73</sup> A Lei do Ato Médico (PLS 268/2002) regula quais são as atividades exclusivas dos médicos, que só podem ser realizadas por eles ou com sua autorização. De acordo com o projeto, somente médicos poderiam diagnosticar doenças, determinar tratamentos, decidir sobre cirurgias ou procedimentos invasivos. O projeto gera polêmica porque profissionais de outras áreas temem ficar “sob tutela” dos médicos – dependendo de como se interprete “procedimento invasivo”, por exemplo, acupunturistas e tatuadores poderiam depender de autorização médica para realizarem seus trabalhos.

<sup>74</sup> Como havia dito anteriormente, Rita foi uma das interlocutoras que considera o Dr. Manaia autor da Lei da Ficha Limpa direcionada aos políticos, quando, na verdade, a lei criada por ele veda o acesso de servidores, efetivos ou não, a cargos na Prefeitura e na Câmara. No Jornalzinho de campanha está escrito que não se deve confundir com a Lei da Ficha Limpa para políticos.

Ambas acham fundamental que o Missionário apoie o candidato, porque todo mundo conhece o Missionário e a história de vida dele. Às vezes a pessoa vota mais por causa do apoio do Missionário do que pelo candidato em si. Rita lembrou que o Pastor Rogério disse que o voto deveria ser dado como são dadas as ofertas: só faça se você se sentir tocado. Se não acreditasse na idoneidade dele, não era pra votar. Em suas próprias palavras, Rita define como “ideologia” a maior motivação para votar em algum candidato:

“Lá, como evangélico, ele tá me representando. Eu sou evangélica e ele me representa. Se eu tiver que escolher entre um candidato que seja evangélico e um que não seja evangélico, eu vou escolher o evangélico. Porque ele tá representando os valores do povo evangélico e vai defender aquilo que for melhor pra gente”.

Ana elege a confiança:

“É difícil você confiar em alguém que você não conhece, e por mais que ele passe a sua proposta, você acaba não conhecendo. Mas de uma certa forma, a forma como a pessoa se apresenta, o jeito que ela fala acabam te convencendo a confiar naquela pessoa e que ela vai corresponder às suas expectativas. Não tem como conhecer a pessoa. A gente tenta ir por aquilo que a pessoa apresenta pra você e é assim que a gente vota. Realmente as pessoas fazem uma maquiagem<sup>75</sup>, como o Pastor falou. A Dilma, por exemplo, teve que mudar todo o seu visual para poder se eleger, para transmitir seriedade. O Lula também. Tem um parâmetro da sociedade que acha confiável essa coisa arrumadinha. Infelizmente a gente vai muito pelo que a gente vê. E quando você vota em alguém é um voto de confiança que você tá dando”.

Em relação à mistura entre política e religião, Ana supõe que a participação evangélica na política é um reflexo das manifestações de pequenos grupos, não só religiosos, mas, como por exemplo, de orientação sexual etc. Em seu entendimento “vários grupos estão querendo de alguma forma reivindicar alguma coisa, ter acesso a alguma coisa, impor alguma coisa. De uma certa forma a Igreja vê a necessidade de ter os seus representantes para ficar protegida de quaisquer ataques, eu não sei bem qual é a palavra, mas de conseguir um lugar, um espaço”. Rita logo emenda: “na verdade, o nosso país é um país católico. A base do nosso país é católica. Por mais que as pessoas não sejam praticantes, é católica. Então, sempre vai favorecer a alguém. Aí a igreja tenta também mostrar que ela existe, que tá ali”.

Ana complementa partindo de um exemplo empírico para justificar a instrumentalização da política em favor de interesses privados, ratificando o discurso da Igreja. A única solução possível para a solução dos problemas se torna a instrumentalização da política:

“Por exemplo, dizem que a padroeira do Brasil é Nossa Senhora. Ninguém me perguntou sobre isso, minha opinião. Aí no dia tal, é feriado porque é o dia de um Santo Católico. Eu não me conformo com isso. O nome do viaduto tem o nome dos orixás. Não acho certo isso, mas respeito. Se você não tiver uma representação, como você vai conseguir alguma coisa, ter direito a algumas coisas? O pastor já

<sup>75</sup> Numa referência à dinâmica que o Pastor Anderson tinha apresentado no dia.

disse várias vezes que a Igreja precisava de coisas que a gente até tinha direitos, mas que tinha dificuldade de conseguir por não ter um representante lá pra liberar”.

A fim de fortalecer a fala de Ana, Rita dá o mesmo exemplo utilizado por Pedro sobre o canal de televisão:

“A falta de representação política nos impedia de conseguir as coisas. Por exemplo: a Igreja criou um canal aberto e queria pagar por esse canal. Pagar pelo espaço no satélite, mas por não ter nenhum deputado, representante em Brasília, o Missionário não foi nem ouvido. Um político, que não era evangélico, se solidarizou com o Missionário e conseguiu esse sinal pra ele. E quando eu digo que os evangélicos precisam ser representados, não falo só da Igreja da Graça, mas dos evangélicos como um todo. O povo evangélico tem que ter uma representação política e isso faz até com que o povo seja mais atuante, porque desperta a vontade de ‘fazer uns barulhos’. Fica mais fácil. Já mandei e-mail pra Senador, porque eu não era a favor de algumas leis”.

E o raciocínio de Rita não parece equivocado. A pesquisa “Novo Nascimento” (FERNANDES et al, 1998) já havia apontado alguns comportamentos que diferenciam os evangélicos da população em geral, tais como a menor participação em associações esportivas e culturais (haja vista que seu lazer ocorre dentro da igreja) e a uma participação em associações de moradores três vezes maior do que a população em geral<sup>76</sup>. Considerando que a participação do brasileiro em associações e instituições civis geralmente é baixa, a pesquisa levanta a hipótese de uma correlação entre a participação eclesial e a vida associativa em nível local. Desse modo, a percepção de Rita sobre uma possível relação entre representação e um maior interesse dos fiéis na participação civil encontra respaldo na conclusão apresentada na pesquisa:

“Com efeito, explorando esta ideia, encontramos indicações de que a natureza da prática religiosa tem, sim, consequência para a participação civil. Outro indicador neste sentido é a participação na ‘Campanha contra a Fome’ da ‘Ação da Cidadania’, que se caracteriza justamente pela valorização das iniciativas locais” (FERNANDES et al., 1998, p. 119).

Luis Eduardo Soares já havia apontado para o fato de que vigora no Brasil o que ele chama de “um igualitarismo bastante peculiar”. Na concepção do autor, ao contrário do que ocorre no caso americano, por exemplo, a identidade do indivíduo é formada a partir do grupo ao qual ele pertence, de modo que os vínculos aos grupos (família, religião, vizinhança) não só permanecem, como determinam o comportamento individual<sup>77</sup>.

“De modo análogo, a cultura popular urbana brasileira parece inclinar-se na direção de uma aliança entre dois polos: por um lado, os princípios referenciais – do ponto de vista simbólico – e normativos da igualdade e, por outro, a participação em

<sup>76</sup> Neste mesmo sentido, Almeida afirma: “Logo, o associativismo nas classes menos favorecidas é predominantemente religioso”. (ALMEIDA, 2006, p. 42)

<sup>77</sup> “Igualdade, sob a regência de uma ordem segmentar horizontal, submete a relação entre indivíduos à mediação de suas incorporações diferenciadas em grupo, comunidades, Igrejas ou tradições doutrinárias” (SOARES, 1993, p. 211)

corpos associativos ou comunais redefinidores da esfera da individualidade. Em outras palavras, minha hipótese é a de que, entre nós, particularmente nas classes subalternas, a participação comunitária é geradora, ela própria, da experiência subjetiva (vivida, como sempre, na dinâmica intersubjetiva) instituinte da individualidade, não sendo (como seria o caso do modelo americano) posterior à afirmação de um indivíduo independente, o qual, supostamente, escolheria envolver-se ou não na vida associativa, conforme seus interesses ou quaisquer eventuais motivações” (1993, p.210).

Embora reconheça a existência de conflitos, Soares (1993) destaca a importância que a participação comunitária adquire a partir da experiência religiosa e que por vezes se sobrepõe ao próprio indivíduo. Rita e Ana vão à igreja, no mínimo, duas vezes na semana: “mas essa semana mesmo vou ter que vir umas cinco vezes”, lembra Rita. Ana diz que às vezes Deus toca seu coração e a faz ir as sextas também, tanto para participar, quanto para ajudar nos exorcismos, pois ela faz parte do Apoio. Ambas têm um grau elevado de entrosamento com o Ministério Jovem e com os jovens que ali frequentam. Eles estão sempre juntos, seja nas atividades da igreja, seja nos fins de semana, em aniversários, passeios e atividades religiosas extras, estreitando ainda mais os laços formados entre eles.

Ao final da conversa, o assunto acabou sendo a conversão: a delas e a minha. Embora eu não esteja certa do quanto esse último debate pode ser útil para os objetivos do presente trabalho, achei importante expô-lo para que não haja dúvidas sobre a existência de importantes conflitos com os quais esses jovens fiéis precisam sempre se confrontar e que ajudam a construir sua identidade evangélica.

Primeiramente, elas se interessaram em saber o motivo pelo qual eu não havia tido vontade de me converter, embora estivesse participando tão ativamente das reuniões. Eu enfatizei que meu objetivo ali era tão somente fazer a pesquisa, mas que estava feliz por ter conhecido todas aquelas pessoas. Ana disse já que tinha observado que eu não estaria disposta a me converter e entendeu minha explicação, Rita não muito, mas respeitaram minha posição.

Não satisfeitas, insistiram mais uma vez no ponto de que elas também já gostaram de fazer coisas “do mundo”, mas que hoje em dia não as fazem mais porque não sentem vontade: “é algo que vai acontecendo. Eu não sentia mais necessidade de fazer parte daquele mundo e fui abandonando aos poucos. Você nem percebe que está mudando às vezes”. Rita nunca bebeu, pois começou na igreja aos 11 anos, mas sempre gostou de dançar:

“Eu saía em escola de samba, mas a partir de um certo tempo comecei a não sentir mais alegria em dançar ali, começou a parecer uma coisa muito vazia. Não passava uma mensagem de Deus. Não era algo que me alegrava mais. Aqui na Igreja eu danço forró, samba e até a dança da bundinha. No casamento, fiz Ana dançar até o chão. Ali a gente se alegra. A gente não bebe cerveja, mas se embriaga com o Espírito Santo”.



Num dado momento, falamos sobre o tratamento destinado à homossexualidade e do modo contundente que os evangélicos, principalmente o Silas Malafaia, conduzem a questão. Ana concordou que ele é muito enfático com essa questão. Rita defendeu dizendo que ele é perseguido, e, por isso, criou um mecanismo de defesa. Ana reafirma que ele é realmente exagerado: “mas também não é verdade que a Igreja exclui, trata mal ou tem preconceito. A gente tem uma verdade, acredita e defende essa verdade. Nada mais que isso. A gente fala pra quem quer ouvir. Se você parou pra assistir é porque quer ouvir”.

E continua: “Eu sei porque já fui homossexual. Em Levítico, a Bíblia fala claramente que homossexualidade é uma abominação. Sem falar nos livros do Antigo Testamento. Mas se eu tivesse ainda o estilo de vida que eu tinha antigamente, eu também não seria a favor da forma como eles falam”, ressaltou Ana parando por um momento para se colocar num lugar no qual ela já esteve um dia.

Segundo Ana, sua conversão ocorreu de forma gradativa:

“Eu estava passando por dificuldades e fui até a igreja para resolver uma coisa. Daí fui começando a conversar com Deus, até que um dia Jesus falou comigo de uma forma que nunca havia acontecido antes. Tive um encontro com Deus e fui tocada pelo Espírito Santo. Antes eu não conseguia prestar atenção. Eu não consegui orar, porque todo mundo orava esquisito e eu tinha vontade de rir. Até que teve um dia que Jesus falou muito comigo através de uma palavra e o Pastor perguntou: ‘tem alguém aqui que quer aceitar Jesus na sua vida?’. E foi nesse dia que eu resolvi aceitar. Porque a palavra diz que se você resolve aceitar e crer no seu coração que Jesus morreu por você na cruz para que você tivesse a vida eterna, você era salvo. Aquilo me convenceu. Naquele momento eu resolvi mudar. Eu quis isso. É uma escolha que eu fiz. Senti algo que nunca senti antes na vida. Chorei muito, mas muito mesmo. Era algo muito palpável, mas que você não pode ver porque é o Espírito agindo.”

Ana não faz nenhuma questão de esconder que embora a conversão tenha ocorrido, ela sente muitos “desejos” até hoje. Às vezes, ela tem que brigar consigo mesma para que alguns pensamentos parem de atormentá-la.

Tem vontade de casar? – perguntei.

Ela diz que tem e que “está louca para arranjar um marido”. No entanto, já presenciei um encontro no Grupo Jovem no qual se criticava o hábito de “ficar”. Ana se manifestou perguntando o que deveria fazer alguém que não quisesse se casar. Um dos meninos brincou: “se não quer casar também não pode beijar na boca e nem ficar com ninguém”. Ela se contradiz. Quando fala de como vive essa mudança tão radical, ela dá um exemplo prático:

“É igual criança, que gosta de comer um doce que não faz bem pra ela. Aí o pai vai falando que aquilo faz mal. Fala tantas vezes que um dia ela entende e para de comer aquele doce. Assim é Deus com a gente. Por isso existe um pastor, uma liderança, uma igreja. Deus é muito sábio e ele foi muito esperto. Ele sabe que nós temos capacidade de gravar todos os capítulos e versículos da Bíblia, que não fazemos porque não nos dedicamos, mas ele deixou tudo gravado ali, como se fosse um

manual. Um manual de vida. Se você segue aquele manual, você tem tudo para chegar aonde ele quer que você chegue, que é na vida eterna. Eu sempre falo com as pessoas que eu não discuto religião, mas discuto salvação. Religião não se discute, inclui opinião e cada um acredita em alguma coisa. Todos os caminhos levam a Deus, mas não é qualquer caminho. Jesus disse que ele é o caminho, a verdade e a vida. É um caminho, e não todos. Só Jesus leva”.

Começam a conversar sobre um amigo em comum que também era homossexual e se “curou” e que tem gente que ainda está sendo acompanhada. Perguntei se havia algum acompanhamento psicológico e elas disseram que não. Que é só através do Espírito Santo mesmo, por meio da palavra: “a palavra é uma psicologia”, diz Ana. E continua dando o exemplo desse amigo, que é formado em psicologia:

“Ele é formado em psicologia e usa a psicologia com a palavra de Deus. Ele diz que a psicologia identifica vários problemas realmente, mas não consegue tratar. Então ele une os dois. A palavra é o complemento perfeito, o que faltava aí. Quem trata é Deus. A questão de cura da alma”.

Na despedida, eu não tinha muito dinheiro para pegar o ônibus e me dirigi a um caixa eletrônico, mas me dei conta que ele estava desligado. Eu não precisava de mais dinheiro para chegar em casa, mas as meninas fizeram questão absoluta de me oferecerem, pois poderia acontecer alguma coisa no caminho: “um dia a gente dá, no outro você dá. É assim que funciona aqui!”.

### **3.2 A perspectiva social apontando possibilidades**

O texto no qual Iris Marion Young (2006) discute as formas de participação civil, e, principalmente, as formas de representação política de minorias que são sub-representadas também se mostrou um instrumento importante para se pensar as narrativas apresentadas pelos interlocutores. Isso porque, independente da corrente intelectual a qual a autora pertence e das soluções normativas propostas ao final do texto, sua discussão acerca dos modos pelos quais a representação política pode ocorrer esclareceu algumas de nossas perguntas.

Antes de introduzir o tema, a autora apresenta uma discussão que se mostra de suma importância para o seu argumento: aquela que opõe a representação à participação. A fim de demonstrar que numa democracia comunicativa inclusiva a representação e a participação não são excludentes – mas, ao contrário, requerem uma à outra, complementando-se – ela aponta para uma característica importante das sociedades de massa: a natureza descentralizada da comunicação democrática. Deste modo, “numa sociedade complexa, a comunicação

democrática consiste em discussões e decisões fluidas, sobrepostas e divergentes, dispersas tanto no espaço como no tempo” (YOUNG, 2006, p. 140).

Diante do caráter excludente das normas de representação, emergem por todos os lados propostas e reivindicações por uma maior inclusão política nos processos democráticos para grupos sub-representados ou sujeitos a desigualdades estruturais. O posicionamento a favor das representações especiais, no entanto, não é pacífico e enfrenta objeções de correntes que entendem, por exemplo, que elas ensejam diferenças sociais ao invés de reduzi-las, ou, ainda, que pressupõem que determinados grupos têm atributos e interesses em comum que devem ser representados, num processo unificador que pode vir a “congelar relações fluidas numa identidade unificada, o que pode recriar exclusões opressivas” (YOUNG, 2006, p. 142).

A autora resolve essa equação apresentando um modelo de representação pautado num relacionamento diferenciado entre atores políticos engajados num processo que se estende no espaço e no tempo e que, por isso mesmo, se torna um importante instrumento de inclusão política: “Considerar a temporalidade e a espacialidade mediada do processo de representação descentraliza o conceito, revelando tanto oportunidades quanto riscos políticos” (YOUNG, 2006, p. 142). Desta forma, indivíduos que estão similarmente posicionados no campo social possuem, em geral, uma perspectiva social compartilhada cuja inclusão na discussão pública pode ser promovida por processos de representação de grupos. Na concepção da autora, de outra forma tais perspectivas correriam o risco de serem excluídas ou marginalizadas.

A fim de afastar críticas daqueles que entendem que a representação faz com que os cidadãos só sejam necessários na hora de uma autorização (que comumente ocorre com as eleições), a autora também ressalta a importância de pensá-la como um processo de antecipação e retomada que flui entre os representantes e os representados a partir da participação destes em atividades de autorização e prestação de contas. E explica: a visão de que a democracia autêntica não é compatível com a representação se apoia implicitamente numa lógica identitária, ou naquilo que Jacques Derrida chama de “metafísica da presença”. Nessa imagem da democracia, os cidadãos se encontram num mesmo espaço para tomar suas decisões numa ocasião, à maneira de uma reunião de âmbito local, o que não ocorre quando uma pessoa representa as demais.

A lógica identitária, isto é, a ideia de que o representante substitui os eleitores, pondo-se com eles numa relação de identidade, é justamente o que deve ser afastada no momento de conceitualizar a representação. Segundo a autora:

“A representação política não deve ser pensada como uma relação de identidade ou substituição, mas como um processo que envolve uma relação mediada dos eleitores

entre si e com um representante, um relacionamento diferenciado entre atores plurais, entre os membros de um eleitorado, entre este e os representantes num organismo de tomada de decisões (YOUNG, 2006, p. 147),”.

Usando Derrida para pensar a representação em termos de *différance* entende que “a função do representante de falar por não deve ser confundida com um requisito identitário de que o representante fale como os eleitores falariam, tentando estar presentes por eles na sua ausência” (YOUNG, 2006, p. 149). Os eleitores são diferenciados e, em geral, não têm uma vontade específica comum. O mais importante é que seja mantido um bom grau de conexão entre representantes e eleitores:

“Num processo de autorização eficaz, uma esfera pública de discussão define uma agenda de questões e os principais pontos de disputa ou de luta. Para que os processos parlamentares sejam efetivamente representativos, e não meramente uma etapa em que as elites desempenhem seu papel conforme seus próprios roteiros, o processo democrático da autorização de representantes deve ser tanto participativo quanto inclusivo em sua deliberação. O representante, portanto, deve participar ativamente das discussões e dos debates com outros representantes, ouvir suas questões para, então, decidir, abertos à possibilidade de mudar suas posições (YOUNG, 2006, p. 153, tradução minha)”.

Em tese, os cidadãos, no momento da prestação de contas, deveriam voltar a se engajar no debate, discutindo a adequação e as implicações das decisões tomadas, incentivadas pelas instituições representativas. Dessa forma, é a participação ela própria que estreita a conexão entre representantes e representados, permitindo que a relação entre eles alcance um grau satisfatório de interação. Para que isso ocorra, no entanto, é necessário que os representantes respondam a esses processos participativos. Sem isso, é maior o risco de desconexão entre representantes e eleitores, “fazendo do representante um agente da elite [...]. As esferas públicas da sociedade civil são importantes arenas para a participação cidadã e contribuem para manter tais conexões”. (2006, p. 156)

### 3.2.1 Como ser representado no processo político?

Após esclarecer os motivos pelos quais se enquadra entre os defensores de uma democracia comunicativa, a autora aponta para a necessidade de que os sistemas de participação política representem aspectos específicos da experiência e apresenta três modelos pelos quais uma pessoa pode se sentir representada: interesses, opiniões e perspectivas. Em outras palavras, há, entre as muitas respostas possíveis, três delas que se destacam quando se indaga o significado de sentir-se representado no processo político:

“Primeiramente, sinto-me representado quando alguém está cuidando de interesses que reconheço como meus e que compartilho com algumas outras pessoas. Em segundo lugar, é importante para mim que os princípios, valores e prioridades que penso deveriam nortear as decisões políticas sejam verbalizados nas discussões que as deliberam. Por fim, sinto-me representado quando pelo menos algumas dessas discussões e deliberações sobre políticas captam e expressam o tipo de experiência social que me diz respeito, em razão da minha posição num grupo social e da história das relações desse grupo social” (YOUNG, 2006, p. 158).

O “interesse” é entendido como “aquilo que afeta ou é importante para os horizontes de vida dos indivíduos ou para as metas das organizações. Um agente individual ou coletivo tem interesse naquilo que é necessário ou desejável para que sejam alcançados os fins que ele almeja” (2006, p. 158). A autora ressalta que a pressão por políticas que atendam a interesses específicos, bem como a organização de grupos por pessoas que tenham interesses similares é algo que faz parte do processo de livre associação na democracia comunicativa. E aí também se inclui a liberdade de expressão que permite que as opiniões sejam colocadas no debate público. As “opiniões”, por sua vez, são definidas como: “princípios, valores e prioridades assumidos por uma pessoa na medida em que fundamentam e condicionam seu juízo sobre quais políticas devem ser seguidas e quais fins devem ser buscados”. (YOUNG, 2006, p. 159).

Há muito a discussão sobre o pluralismo se preocupa com a diversidade de opiniões, interrogando o quanto os sistemas plurais de ideias e crenças influenciam legitimamente a vida política e como pessoas com diferentes crenças e opiniões podem manter um organismo sociopolítico articulado.

É na definição das “perspectivas”, no entanto, o ponto aonde o texto mais se detém. É também a mais significativa para ajudar a pensar a questão do posicionamento evangélico. Em alguns pontos, ela se mostrará bastante elucidativa para compreensão dos motivos pelos quais o discurso proposto pela igreja é tão unanimemente compartilhado pelos fiéis, bem como dos conflitos existentes dentro do grupo. Ao introduzir a questão, a autora enfatiza a importância de se pensar grupos sociais estruturais a partir de uma lógica relacional:

“Os grupos sociais estruturais não devem ser pensados de acordo com uma lógica substancial, que os definiria segundo um conjunto de atributos que seriam comuns a todos os seus membros e constituiriam suas identidades, mas a partir de uma lógica mais relacional, em que os indivíduos seriam compreendidos como posicionados nas estruturas dos grupos sociais, sem que estas determinem suas identidades” (2006, p. 161).

Segundo a autora, pessoas diferentemente posicionadas têm diferentes experiências, histórias e compreensões sociais derivadas daquele posicionamento. Deste modo, “a diferenciação de grupos propicia recursos para um público democrático comunicativo que visa estabelecer a justiça” (YOUNG, 2006, p.162) e contribuir para a consolidação da

igualdade e da justiça ao invés de causar mais divisões e conflitos. É isso o que a autora chama de perspectiva social. E continua:

“As posições sociais sintonizam as pessoas a determinados tipos de significados e relacionamentos sociais, com os quais outras pessoas estão menos sintonizadas. Eventualmente estas últimas não estão posicionadas sequer de forma a ter consciência deles. A partir das suas posições sociais as pessoas têm compreensões diferenciadas dos eventos sociais e de suas consequências”.

Seguindo a lógica metafórica da diferenciação de grupos como produto de posições diferentes no campo social, a ideia da perspectiva social sugere que agentes que estão “próximos” no campo social têm pontos de vista semelhantes sobre esse campo e sobre o que ocorre em seu âmbito, enquanto aqueles que estão socialmente distantes tendem a ver as coisas de modo diverso. A ideia de perspectiva busca captar a sensibilidade da experiência do posicionamento num grupo, sem especificar um conteúdo unificado para aquilo que a percepção vê. A perspectiva não determina o que se vê e por isso é possível encontrar pessoas que tenham uma perspectiva social semelhante, mas que fazem interpretações diferentes sobre uma mesma questão.

“A perspectiva social consiste num conjunto de questões, experiências e pressupostos mediante os quais mais propriamente se iniciam raciocínios do que se extraem conclusões. Ela não impede que existam interesses e opiniões divergentes em seu interior. [...] A perspectiva é um modo de olhar os processos sociais sem determinar o que se vê.” (YOUNG, 2006, p. 162).

Deste modo, compartilhar uma perspectiva com determinadas pessoas exclui do campo de afinidades pessoas diferentemente posicionadas, pois:

“Reflete pontos de vista que os membros de um grupo mantêm sobre os processos sociais em função das posições que neles ocupam. As perspectivas podem ser vivenciadas de um modo mais ou menos autoconsciente e se revelam das mais variadas formas” (2006, p. 164).

A questão, no entanto, não é simples como parece e um importante fator precisa ser considerado: a possibilidade das múltiplas perspectivas. Em sociedades complexamente estruturadas diferentes perspectivas podem se cruzar e formar outras híbridas, enriquecendo-as ou confundindo-as, podendo, ainda, trazer “ambiguidades ou confusões na experiência e compreensão da vida social” (p. 167) daquele indivíduo.

Ao mesmo tempo, o quadro de referências para interpretações estabelecido por uma determinada perspectiva pode fazer com que indivíduos descubram seus próprios interesses, e, ainda, que há interesses que ele não compartilha com o restante do grupo. Representar um interesse ou uma opinião geralmente envolve promover certos desdobramentos específicos no processo de tomada de decisões, ao passo que representar uma perspectiva geralmente significa promover certos pontos de partida para a discussão, sem uma conclusão sobre

resultados. E esta é, inclusive, uma das razões pelas quais o presente conceito não é totalmente aplicável aos evangélicos, pois seus pontos de chegada estão bastante bem delimitados. Por isso – continua a autora – ao contrário de interesses e opiniões, as perspectivas correm menor risco de serem conflitantes: “reunidas, elas geralmente não se anulam entre si; antes, oferecem questões adicionais e compreensões sociais mais plenas” (p. 169).

Ao final do texto, a autora defende sua posição a favor da representação de perspectivas sociais em detrimento de interesses e opiniões, haja vista que, a seu ver, o problema da sub-representação de membros de grupos sociais estruturais menos privilegiados nas democracias contemporâneas produz desigualdade política e uma relativa exclusão das discussões políticas influentes, ressaltando, ainda, a existência de inúmeros dispositivos políticos destinados a aumentar a representação desses grupos.

Alguns problemas também são colocados, tais como a existência de perspectivas dominantes e a dificuldade de encontrar um modo eficaz para implementação dessa representação.

Por fim, destaca a importância da sociedade civil e da prática representativa não ficar confinada em organismos públicos oficiais, pois “a livre associação civil contribui para a formação e a expressão de interesses e opiniões. (...) Ao mesmo tempo, é uma instância importante de consolidação e expressão de perspectivas sociais” (YOUNG, 2006, p. 187). Para ela, “as atividades autônomas e plurais das associações civis propiciam aos indivíduos e aos grupos sociais, em sua própria diversidade, uma inestimável oportunidade de serem representados na vida pública” (p. 187).

### 3.2.2 O conceito de perspectiva e os jovens evangélicos

Conforme pode ser observado, a discussão de Young (2006) propõe um modelo analítico que permite pensar como a representação deve transcorrer para atender a certos requisitos normativos, não sendo este o objetivo do presente trabalho. O conceito de perspectiva por ela proposto, no entanto, se mostrou bastante construtivo para pensar no modo como diferentes pessoas que compartilham de uma mesma identidade religiosa contam experiências de vida tão diferentes, têm opiniões políticas distintas e, ao mesmo tempo, convergentes. O comportamento político exprimido pelos jovens entrevistados é

prioritariamente pautado na ideia de inclusão e na defesa de uma perspectiva - para utilizar o termo proposto por Young - compartilhada pelos membros do grupo do qual fazem parte e que é anterior, inclusive, a quaisquer formas de troca materiais que podem advir da relação entre fiéis, políticos e igreja.

Outra importante característica diz respeito à noção de representação como uma relação mediada entre representantes e representados. Apesar de algumas importantes diferenças, a relação idealizada pelos evangélicos nas falas dos interlocutores valoriza demasiadamente a função do candidato como “porta-voz” de um posicionamento legitimado pela maioria dos componentes daquele grupo em discussões específicas. Isso, contudo, não significa que tais posicionamentos expressam uma vontade única entre todos eles. O que, a meu ver, se mostrou como um fator bastante relevante nessa relação de mediação é a certeza de que a “voz do grupo será ouvida” quando necessário.

É exatamente aí, então, que o conceito normativo se confronta com as peculiaridades encontradas no trabalho etnográfico. Conforme explicitado anteriormente, a intensa participação civil preconizada no modelo idealizado pela autora, a princípio, não é verificada aqui. As pautas de discussão reivindicadas pelos evangélicos são muitas vezes predeterminadas pela hierarquia da igreja, e, ainda, baseadas no que eles consideram uma “verdade”, totalmente fundamentada na Bíblia. Se na autorização eficaz de Young a agenda pública de discussão é quem define as questões e os principais pontos de disputa e luta, não é isso que se verifica pelo menos no interior do grupo estudado.

Além disso, entre os evangélicos, não raramente os interesses (que podem ser instrumentais), as opiniões (tais como a liberdade de expressão) e as perspectivas confundem-se, impedindo que se saiba aonde começa um e termina o outro. Tal miscigenação dificultaria ainda mais o enquadramento da representação dos evangélicos no modelo de perspectiva social aqui apresentado.

Todas essas incompatibilidades, no entanto, não impedem a utilização do conceito como um instrumento de análise elucidativo. A perspectiva social deriva, de acordo com o modelo proposto por Young, de uma posição social que propicia experiências, histórias e compreensões sociais provenientes daquele posicionamento. O conteúdo do que se vê, no entanto, não é predeterminado por essa perspectiva, o que poderia justificar as diferentes (e por vezes divergentes) opiniões explicitadas sobre o prefeito atual, sobre a situação da cidade, as obras realizadas e a precariedade do sistema de saúde. Isso porque a perspectiva estabelece um quadro de referências para interpretações que pode fazer com que os indivíduos



descubram seus próprios interesses e opiniões que não têm que estar necessariamente convergentes com os do restante do grupo. Ao mesmo tempo, também fundamenta uma tendência maior por parte dos entrevistados em apoiar o candidato ao legislativo, que pelo menos em tese, compartilhe de sua mesma perspectiva social.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A contribuição aqui oferecida nada mais é que um contraponto para que a controversa discussão sobre o comportamento eleitoral de um relevante segmento da população possa ser levada adiante. Mais do que uma simples contextualização, as estruturas sociais e simbólicas que circunscrevem a ação de “votar” conferem a ela um significado demasiadamente complexo. Ao adotar o entendimento de que o voto é, antes de tudo, uma adesão, sou levada a tentar descobrir os motivos desta adesão. Afinal, que diferença faz ser evangélico na hora de definir o voto?

De fato, o igualitarismo comunitário identificado por Luiz Eduardo Soares aponta para um caminho um tanto esclarecedor, assim como o sentimento de pertencimento a um determinado grupo e as relações de confiança ali engendradas. Machado também segue o entendimento de que a identidade local está ente os atributos eleitorais selecionados pelos que disputam os cargos eletivos em nosso país: “O vínculo identitário encontra-se estreitamente ligado à ideia de pertencimento, ou seja, de inclusão numa totalidade abrangente que guarda as características da vida comunitária” (MACHADO, 2006, p. 85).

No entanto, cabe aqui a reafirmação de um importante ponto:

“O pressuposto de uma ação racionalmente orientada [e isso inclui os aspectos econômicos] não é de forma alguma descartado: ‘(...) [Existem] boas razões para se tomar como ponto de partida mais básico e parcimonioso o que se assenta sobre a suposição de racionalidade dos sujeitos atuantes’ (REIS, 1988b *apud* CASTRO, 1992), mas a solução se tornaria simples demais se resumisse a classificar eleitores como racionais ou não-racionais. O ponto é que o voto não deve ser apartado da estrutura social na qual o indivíduo está inserido, e que, como ficou demonstrado, condicionam sua visão de mundo, seus objetivos e os instrumentos disponíveis para que tais objetivos sejam atingidos” (CASTRO, 1992, p.19).

Logo, se mostra cada vez mais claro que a compreensão da dimensão cultural do voto, cuja rede de significados permitirá apreender a realidade de um grupo social específico é a perspectiva que melhor dá conta da análise desse fenômeno. Neste sentido, Karina Kushnir afirma:

“Numa sociedade complexa, isto significa pensar na existência de múltiplos planos de cultura dentro dos quais os indivíduos/eleitores transitarão e optarão em determinadas situações. Não se trata de reificar o voto como ação individual, porém pensá-lo regido por regras repertoriais, que dão ao sujeito uma certa margem de trânsito, mas que o mantém dentro dos limites de um leque de opções, um campo de possibilidades definido pela própria sociedade”. (VELHO, 1981 *apud* KUSCHNIR, 1996, p.198)

A cidade do Rio de Janeiro, em especial o bairro de Madureira – reconhecida por muitos pelo samba e pela presença marcante de religiões afro-brasileiras –, é um cenário bastante complexo. Os atores ali inseridos são confrontados a todo momento com múltiplas referências de ordem simbólica, e, evidentemente, transitam por elas. Isso significa que estão inseridos constantemente em relações de troca e sujeitos a eventuais mudanças de filiação, como no caso de Clara, que, embora confiasse e quisesse votar no candidato da Igreja, optou por votar no candidato do pai, certamente porque o laço familiar se sobrepôs ao da Igreja. Quando perguntei à Maria e à Cris se a família delas apoiava algum candidato específico, ambas disseram que não, mas que repensariam seu voto caso conhecessem alguém que também fosse candidato, fato este que ilustra a instabilidade da identidade de cada eleitor.

Há, ainda, características particulares que devem ser consideradas. Deste modo, antes de vincular o voto ao carisma do líder da Igreja, por exemplo, há de se considerar, para citar uma das situações possíveis, o trânsito religioso característico do segmento evangélico. Há uma quantidade significativa de fiéis de vinculação não determinada ou em constante trânsito (ALMEIDA; MONTERO, 2001). Assim sendo, não seria prudente se falar em vinculação automática entre voto evangélico e indicação do líder denominacional. Retomando um exemplo já citado, Antonio Flavio Pierucci, em entrevista à Folha de São Paulo, sustenta que não há um “voto de cabresto evangélico”. Em sua opinião, ao determinar estritamente comportamentos e valores, as Igrejas atuam com poder de veto, isto é, levando o fiel a excluir da sua lista de possibilidades de voto aqueles candidatos cujas condutas morais vão de encontro ao que prega a Instituição.<sup>78</sup>

Durante todo o processo eleitoral, o apelo da Igreja se concentrou nas palavras “representação” e “confiança”, ambas de ordem explicitamente subjetiva e, a princípio, não vinculadas a trocas materiais diretas. Além disso, o apelo da Igreja também teve como base um discurso unificador dos evangélicos, um único “povo de Deus”, que ignora a existência de quaisquer conflitos entre eles.

Tais fatos me levam a crer que alguns fatores foram relevantes para o êxito da campanha e a consequente eleição do Dr. Manaia, com 15.812 votos: além de sua condição de pertencimento a uma mesma comunidade religiosa, seu pertencimento concomitante ao campo da medicina lhe outorgava autoridade em assuntos como o aborto, por exemplo, bem

---

<sup>78</sup> Em matéria publicada na “Folha de São Paulo” em 17.01.12, disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/20302-partidos-tentam-evitar-veto-de-igrejas-em-sp.shtml>. Acessada em 17.01.2013.

como transmitia seriedade e respeitabilidade. O acionamento constante de sua opinião durante os cultos aponta para essa possibilidade.

Soma-se a isso o fato de que os projetos de lei apresentados em seu primeiro mandato não se restringiram às pautas religiosas, o que pode ser um fator significativo para a conquista de um eleitor que seja menos favorável à mistura entre religião e política: “Aqui dentro a gente não pode fazer propaganda, mas lá fora a gente pode multiplicar esses votos” – sugeria o Pastor Rogério durante um culto. Em suma, restou bastante claro que o candidato buscava transmitir ao fiel/eleitor que não só compreendia sua visão de mundo e seus valores, mas que desejava defender questões amplas, que beneficiassem a sociedade de uma maneira mais geral.

No que diz respeito à necessidade de representação colocada por 100% dos entrevistados, essa sim é uma questão que merece prioridade: a identidade religiosa, e, conseqüentemente, os valores a ela intrínsecos vêm tendo primazia sobre as tantas outras esferas passíveis de representação. O trabalho de campo realizado, embora insuficiente, aponta algumas direções para compreensão desse movimento.

A partir dos argumentos apresentados por Jung, pode-se sugerir uma possível explicação para a inserção ativa dos evangélicos no espaço público. De acordo com a autora, a presença de minorias sub-representadas nos espaços de discussão derivaria de uma insuficiência política. Em outras palavras, decorre da ausência de representantes em debates que essa parcela da população considera importante, a exemplo do que ocorre, segundo os interlocutores, com os evangélicos no Brasil. Disso resulta que cada vez menos seu distanciamento dessas discussões se mostra como a melhor saída possível para o bom funcionamento da democracia. Segundo a autora, Anthony Marx apresenta um exemplo interessante:

“[o autor] aponta num estudo comparativo de mobilização racial que é a exclusão ela própria que estabelece as condições de subjetividade política. Ele argumenta que a raça tem sido um importante princípio organizador da oposição nos EUA e na África do Sul, mas não no Brasil, por exemplo, porque a raça era um marcador formal de exclusão nos dois primeiros países, mas não no segundo” (2006, p. 369, tradução minha).

Da mesma forma, a perspectiva compartilhada entre os atores inseridos na Igreja estabelece uma identidade política que, conseqüentemente, possibilita uma melhor organização e maior agência política.

É esse posicionamento que vem se consolidando e aprimorando, pois, já há algum tempo as eleições são uma ocasião importante para os combates de fé. Se, por exemplo, há 20 anos era a IURD que estendia a disputa religiosa para o plano político com mais evidência e

naturalidade que as demais denominações (FERNANDES, 1998, p. 122), hoje o cenário não é o mesmo. A IIGD e a Assembleia de Deus, por exemplo, tão distantes em muitos aspectos ideológicos da IURD, têm atuado politicamente de uma maneira bastante semelhante. E mais, o fato do Dr. Manaia ter circulado inclusive por igrejas autônomas e históricas, como a Catedral Presbiteriana do Rio de Janeiro (Anexo A, Figura 9) pode revelar uma nova disposição do jogo político que inclui alianças entre diferentes igrejas. Na ocasião – comemoração num culto dominical dos 150 anos da Igreja Presbiteriana no Brasil – antes das eleições, o Reverendo Guilhermino Cunha declarou publicamente sua amizade com R. R. Soares.<sup>79</sup>

A análise do comportamento individual dos entrevistados, contudo, é de longe a mais reveladora, mesmo por isso, muitas vezes contraditória. Pudemos verificar concepções bastante variadas sobre participação política e a quantidade considerável de votos em candidatos à prefeitura mais alinhados à esquerda, como Marcelo Freixo e Fernando Siqueira, indica que o apoio ao Dr. Manaia, candidato da mesma coligação de Eduardo Paes, não vincula o voto ao candidato à prefeitura. Os critérios utilizados na definição de candidatos ao Executivo foram extensos, embora inclinados para uma finalidade única: o bem comum, o bem do “povo” e da sociedade em geral. Em relação ao candidato do Legislativo, no entanto, o quadro se modifica completamente, deixando de lado a diversidade de critérios, e centrando-se, principalmente, na necessidade de representação específica do grupo religioso do qual fazem parte.

Desta maneira, fica evidenciado que o pertencimento à igreja interfere mais na escolha eleitoral dos fiéis para cargos legislativos. Embora não houvesse um candidato evangélico disputando a vaga ao Executivo, o Dr. Jorge Manaia, além de apoiar o candidato a prefeito Eduardo Paes, fazia parte da coligação que o elegeu.

A influência do pertencimento religioso como um importante critério na definição do voto, é, entretanto, relativizada em algumas situações. Conforme verificado, a existência de lealdades mais profundas, como a família ou convicções políticas pessoais mais arraigadas, e cuja deslealdade coloque em risco relações pessoais importantes para aquelas pessoas interfere diretamente na decisão. Na maioria dos outros casos, o pertencimento à igreja se sobrepõe a outros critérios de escolha, donde se pode destacar a importância da rede de sociabilidade ali existente: “supomos, então, que o aprendizado associativo que é feito na

---

<sup>79</sup> Dados retirados da página da rede social Facebook: <http://www.facebook.com/photo.php?fbid=455467134476482&set=a.455466284476567.99514.10000395994660&type=3&theater>. Acessado em 05.02.2013.

igreja tenha consequências para as concepções e os comportamentos no universo mais amplo da sociedade civil” (FERNANDES et al., 1998, p. 135).

No mais, uma discussão que se mostra muito latente diz respeito à forma pela qual esta participação vem sendo efetivada. Evidentemente, o tema merece um estudo mais aprofundado, mas o trabalho de campo realizado me permite levantar alguns debates e apontar alguns caminhos possíveis para compreensão dessa questão.

Primeiramente, vale destacar que as entrevistas realizadas indicam de maneira nítida que a perspectiva usualmente defendida por eleitores e candidatos evangélicos está atrelada a valores por eles entendidos não só como corretos, mas essenciais para o restante da sociedade. A pauta de reivindicações, portanto, baseia-se quase que exclusivamente na Bíblia e em princípios cristãos que muitas vezes vão de encontro aos princípios laicos que deveriam, em tese, conduzir a nossa democracia. Deve-se considerar, ainda, que muitas dessas reivindicações já chegam pré-definidas pelos representantes tanto aos eleitores/fiéis quanto aos representantes de outros segmentos da sociedade que compõem os debates públicos, não permitindo que os próprios fiéis/cidadãos deliberem sobre questões políticas. Dentro do Ministério Jovem, por exemplo, tais questões não são debatidas.

Se, no entanto, compartilho o entendimento de que a demanda por representação defendida pelos evangélicos indica justamente uma insuficiência da política em relação às reivindicações de uma parcela tão significativa da população, não faz sentido que o debate público das discussões propostas pelos evangélicos não seja considerado. Ao mesmo tempo, a defesa tão categórica de concepções de verdade no campo político – desde sempre marcado pela controvérsia – e, principalmente, na legislação, pode colocar em risco muitos dos avanços ocorridos na jovem democracia brasileira.

Diante desse obstáculo, vale destacar uma reflexão de Young:

“De modo geral, os princípios liberais de livre expressão e associação devem nortear a representação dos interesses e opiniões. Todos devem ter liberdade de expressar opiniões e de se organizar coletivamente para torná-las públicas. Todos devem ser livres para organizar grupos a fim de promover interesses particulares. Ambas as liberdades devem ser limitadas por regras que garantam uma similar liberdade aos outros e proibam atividades que lhes provoquem danos injustamente (YOUNG, 2006, p. 178)”.

Em segundo lugar, acho importante ressaltar que a inclusão da religião – no sentido amplo do termo – no debate público e na definição das leis se encontra num momento particularmente acalorado. No Brasil, a recente entrevista de Silas Malafaia num canal aberto

de televisão<sup>80</sup> ganhou destaque em muitos meios de comunicação e nas redes sociais. A ampla manifestação das pessoas sobre a entrevista permitiu verificar que muitos se posicionavam contra, mas outros tantos se posicionaram a favor dos argumentos por ele apresentados, que incluíam, entre outras coisas, a homossexualidade e o aborto. Ressalte-se, ainda, que estes debates não estão restritos ao território nacional. A Inglaterra acaba de aprovar o casamento entre pessoas do mesmo sexo<sup>81</sup>, enquanto a vizinha França vive momentos de discussões acirradas e manifestações públicas entre grupos favoráveis e contrários à liberação do casamento entre homossexuais, o que evidencia que todas essas questões estão cada vez mais colocadas no centro de uma grande disputa.

Por fim, verifica-se que a redução do sentido de política a algumas questões pontuais, conforme demonstrado anteriormente, é, de fato, uma característica bastante perceptível na fala dos entrevistados. O sentimento de pertencimento a uma comunidade que é compartilhado pelos fiéis deu aos evangélicos uma identidade e ensejou, posteriormente, uma agência política por meio da qual suas reivindicações puderam se tornar pauta de discussão e, eventualmente, serem realizadas. Para alguns dos interlocutores, a política é um instrumento de enfrentamento que lhes assegura uma posição na sociedade que não poderia ser atingida de outra forma.

Assim, para além do aumento numérico da própria população que se identifica como evangélica, é, pois, essa redução do sentido da política que assegura às denominações uma posição na política institucional e aos fiéis a certeza de reconhecimento pelas diferentes esferas da sociedade: “Nós somos muitos e já percebo como somos mais respeitados hoje em dia”, afirmou Cris, orgulhosa. Para ambos os lados, é interessante que se permaneça assim.

Diante a todo o exposto, é importante destacar que, apesar de tudo, o “voto evangélico”, assim como o dos demais segmentos da sociedade, não é tão previsível assim. O quadro que se apresenta é marcado por intensas disputas, de modo que a religião constitui mais um dos muitos aspectos que conferem sentido e determinam o comportamento eleitoral do indivíduo, ora sobrepondo-se aos outros, ora ficando numa posição secundária. A presente análise, mesmo que parcial, permite formular as proposições aqui sustentadas, e deixar algumas outras em aberto para que sejam respondidas (ou não) posteriormente.

---

<sup>80</sup> Entrevista concedida à entrevistadora Marília Gabriela em 04.02.13. Disponível em <http://www.youtube.com/watch?v=n7qpe4rZ3iU>. Acessado em 06.02.2013.

<sup>81</sup> Em uma primeira votação realizada em 05.02.2013. Disponível em <http://oglobo.globo.com/mundo/no-parlamento-frances-debate-sobre-casamento-gay-se-arrasta-7502630>. Acessado em 06.02.2013.

## REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Ronaldo de; MONTEIRO, Paula. Trânsito religioso no Brasil. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, v. 15, n. 3, jul./set. 2001. p. 92-100. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/spp/v15n3/a12v15n3.pdf>
- ALMEIDA, Ronaldo de. *A Igreja Universal e seus demônios*. 1. ed. São Paulo: Editora Terceiro Nome, 2009.
- ALVES, Rubem. A volta do sagrado: os caminhos da sociologia da religião no Brasil. *Religião e Sociedade*, n. 3, 1978.
- BAHIA, Luiz Henrique Nunes. *O poder do clientelismo: raízes e fundamentos da troca política*. Rio de Janeiro: Renovar, 2003.
- BURITY, Joanildo. *Identidade e política no campo religioso*. Recife: IPESPE/ Editora Universitária/UFPE, 1997.
- BARREIRA, I.; PALMEIRA, M. (org.). *Candidatos e candidaturas: enredos da campanha eleitoral no Brasil*. São Paulo: Annablume, 1998.
- BIRMAN, Patrícia (org.). *Religião e espaço público*. São Paulo: Attar, 2003.
- BOHN, Simone R. Evangélicos no Brasil. Perfil socioeconômico, afinidades ideológicas e determinantes do comportamento eleitoral. *Opinião Pública*, Campinas, v. 10, n. 2, p. 288-338, out. 2004.
- CARVALHO, José Murilo. Mandonismo, coronelismo, clientelismo: uma discussão conceitual. In: \_\_\_\_\_. *Pontos e bordados: escritos de história e política*. Belo Horizonte: UFMG, 2005. p.130-155.
- CARVALHO, José Murilo. Cidadania na encruzilhada. In: BIGNOTTO, N. (org.). *Pensar a República*. Belo Horizonte, UFMG, 2000. p.105-130.
- CASTRO, Mônica Mata Machado de. Quem decide o quê. Sujeito e estrutura no comportamento eleitoral. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 20, p. 7-21, 1992.
- D'AVILA FILHO, Paulo M. O clientelismo como gramática política universal. *Physis* [online]. 2003, vol.13, n.2, pp. 387-392. ISSN 0103-7331. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-73312003000200009>.
- \_\_\_\_\_. Acesso ao poder: clientelismo e democracia participativa desconstruindo uma dicotomia. *Civitas – Revista de Ciências Sociais*, v. 4. n. 2, jul.-dez. 2004.
- DAMASCENO, Caetana Maria. Para chegar lá: o dom, a graça e a economia do voto. *Ciências Humanas*. Seropédica, RJ, EDUR, v. 29, n. 1, jan.-jun., 2007. p. 08-26.
- DUNN, John ‘Trust and Political Agency’. In: GAMBETTA, Diego (ed.) *Trust: making and breaking cooperative relations*. Electronic edition. Department of Sociology, University of Oxford, chapter 5, p. 73-93. (2000) Disponível em: <http://www.sociology.ox.ac.uk/papers/dunn73-93.pdf>. Acesso em: 05 fev. 2013.



DUNN, John. Trust. *The History of Political Theory and others essays*. New York: Cambridge University Press. 1996. p. 91-99.

FERNANDES, R. et al. *Novo nascimento: os evangélicos em casa, na igreja e na política*. Rio de Janeiro: Mauad, 1998.

FRESTON, Paul. *Protestantes e política no Brasil: da Constituinte ao Impeachment*. 1993. Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1993.

\_\_\_\_\_. Breve história do pentecostalismo brasileiro. In: ANTONIAZZI, Alberto et al. *Nem anjos nem demônios: interpretações sociológicas do pentecostalismo*. Petrópolis: Vozes, 1994a. p. 72-75.

\_\_\_\_\_. *Religião e política, sim; igreja e estado, não*. Viçosa, MG: Ultimato, 2006. 200p.

IBGE. *Censo Demográfico 2010*, Brasília: IBGE, 2011

GIUMBELLI, Emerson. *O Fim da religião: dilemas da liberdade religiosa no Brasil e na França*. São Paulo: Attar / PRONEX, 2002.

GOLDMAN, Marcio. Uma teoria etnográfica da democracia. A política do ponto de vista do movimento negro de Ilhéus, Bahia, Brasil. *Etnográfica*, v.4, n. 2, p. 311-332, 2000.

GOLDMAN, Marcio; SANT'ANNA, Ronaldo dos S. "Elementos para uma análise antropológica do voto". In: PALMEIRA, Moacir; GOLDMAN, Marcio (org.). *Antropologia, voto e representação política*. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 1996. p. 13-40.

HEREDIA, Beatriz M. A. de; PALMEIRA, Moacir. *O Voto como adesão. Teoria e Cultura*, v. 1, n.1, p. 35-58, 2006.

JUNG, Courtney. Race, Ethnicity, Religion. In: GOODIN, Robert E., TILLY, Charles. *The Oxford handbook of contextual political analysis*. Oxford: Oxford University Press, 2008. p. 360-375.

JONES, Karen. Trust: philosophical aspects. *International Encyclopedia of Social and Behavioral Sciences*. v. T-Z, p. 15917-15922, 2001. ISBN: 0-08-043076-7

KERTZER, David I.; AREL, Dominique. Population Composition as an Object of Political Struggle. In: GOODIN, Robert E.; TILLY, Charles. *The Oxford handbook of contextual political analysis*. Oxford: Oxford University Press, p. 664-677, 2008.

KUSCHNIR, Karina. Antropologia e política. *Revista Brasileira de Ciências Sociais* [online]. v.22, n.64, p. 163-167, 2007.

KUSCHNIR, Karina. Cultura e Representação Política no Rio de Janeiro. In: PALMEIRA, Moacir; GOLDMAN, Marcio (org.). *Antropologia, voto e representação política*. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 1996. p.183-202.

KUSCHNIR, Karina ; CARNEIRO, Leandro Piquet . As dimensões subjetivas da política: cultura política e antropologia da política. *Revista de Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 24, p. 227-250, 1999.

LEAL, Vítor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil*. São Paulo: Ed. Alfa-Ômega, 1975.

MACHADO, Maria das Dores Campos. *Política e religião: a participação dos evangélicos nas eleições*. Rio de Janeiro: Editora FVG, 2006.

MACHADO, Maria das Dores Campos. Gênero, religião e política: as evangélicas nas disputas eleitorais da cidade do Rio de Janeiro. *Ciências Sociais e Religião*, Porto Alegre, ano 4, n. 4, p.125-148, out 2002.

MAFRA, Clara. *Os Evangélicos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

MANIN, Bernard. As metamorfoses do governo representativo. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v.10, n.29, p. 5-34, 1995.

MARIANO, Ricardo. *Neopentecostalismo: os neopentecostais estão mudando*. 1995. Dissertação (Mestrado) - Departamento de Sociologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1995.

MARIANO, Ricardo. Análise sociológica do crescimento pentecostal no Brasil. 285f. 2001. Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

MARIANO, Ricardo. *O futuro não será protestante*. Trabalho apresentado na VIII Jornada sobre Alternativas Religiosas na América Latina, São Paulo, 22-25 set. 1998.

MARIANO, Ricardo; PIERUCCI, Antônio Flávio. O envolvimento dos pentecostais na eleição de Collor. *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo, n. 34, p.92-106, 1992.

MARIZ, Cecília. Pentecostalismo: mudança do significado do ter religião. *Revista do Instituto Humanitas Unisinos*, n.400, p. 22-23, 2012.

MARTIN, David. *Tongues of fire: the explosion of Protestantism in Latin America*. Oxford: Basil Blackwell, 1990.

MAUSS, Marcel. *Ensaio sobre a Dádiva*. In: *Sociologia e Antropologia*. São Paulo: EPU, 1974.

MESQUITA, Claudia. Santa Cruz (de João Moreira Salles e Marcos Sá Corrêa): o mundo preenchido. *Sexta Feira* (São Paulo), São Paulo - SP, v. 8, n. 1, p. 164-181, 2006.

MENEZES, Renata de Castro. Política e religião: participação dos evangélicos nas eleições. Resenha. *Praia Vermelha: estudos de política e teoria social*, v. 14-15, p. 244-247, 2006. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Programa de Pós Graduação em Serviço Social .

MENEZES, Renata de Castro. Censo 2010. Fotografia panorâmica da vida nacional. *Revista do Instituto Humanitas Unisinos*, n.400, p. 10-13, 2012.

ORO, Ari Pedro. Algumas interpelações do Pentecostalismo no Brasil. *Horizonte*, Belo Horizonte, v. 9, n. 22, p. 383-395, jul./set. 2011.

ORO, Ari Pedro; MARIANO, Ricardo. Eleições 2010: religião e política no Rio Grande do Sul e no Brasil. *Debates do NER, PPGAS/UFRGS*, Porto Alegre, v. 11, n. 18, p.11-38, 2010.

PALMEIRA, M.; GOLDMAN, M. (org.). *Antropologia, voto e representação política*. Rio de Janeiro, 1996.

PALMEIRA, Moacir. Política, facções e voto. In: PALMEIRA, M.; GOLDMAN, M. (org.). *Antropologia, voto e representação política*. Rio de Janeiro, 1996. p. 41-57.

PEIRANO, M. Antropologia política, ciência política e antropologia da política. In: \_\_\_\_\_. *Três ensaios breves*. Brasília, UnB, n. 230, p. 17-29, 1998. Série Antropologia.

PIERUCCI, Antônio Flávio. Representantes de Deus em Brasília: a bancada evangélica na Constituinte. *Ciências Sociais Hoje*, São Paulo, p. 104-132, 1989.

PIERUCCI, Antonio Flávio. Eleição 2010: demoralização eleitoral do moralismo religioso. *Novos Estudos Cebrap*, n.89, p. 5-15, 2011.

PHILLIPS, Anne. De uma política de ideias a uma política de presença? *Estudos Feministas*. ano 9, p. 268-290, 2001.

PITKIN, Hanna F. Representação: Palavras, Instituições e Ideias. *Lua Nova*, São Paulo, n. 67, p. 15-47, 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ln/n67/a03n67.pdf>. Acesso em: 05 fev. 2013.

REIS, Fábio W. Identidade, política e a teoria da escolha acional. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v.3, n. 6, 1988b.

SANCHIS, Pierre. O repto pentecostal à “cultura católico-brasileira”. In: VALLE, R.; SARTI, I. (ed.). *Nem anjos nem demônios*. Petrópolis: Vozes, 1994, p. 34-63.

SANCHIS, Pierre. Pluralismo, transformação, emergência do indivíduo e de suas escolhas. In: *Revista do Instituto Humanitas Unisinos*, n.400, p. 5-8, 2012.

SOARES, Luiz Eduardo. Dimensões democráticas do conflito religioso no Brasil: a guerra dos pentecostais contra o afro-brasileiro. In: \_\_\_\_\_. *Os dois corpos do presidente e outros ensaios*. Rio de Janeiro, Relume-Dumará, 1993.

SOARES, Romildo Ribeiro. *Como tomar posse da benção*. Rio de Janeiro: Graça, 2009.

STOLL, David. Is Latin America turning Protestant? *The politics of Evangelical growth*. Berkeley: University of California Press, 1990.

SZTOMPKA, P. Trust: Cultural Concerns. *International Encyclopedia of Social and Behavioral Sciences*.v. T-Z, p. 15913-15917, 2001. ISBN: 0-08-043076-7.

VELHO, Gilberto. Observando o familiar. In: NUNES, Edison de O. *A aventura sociológica*, Rio de Janeiro: Zahar, 1978, 36-46.

WEBER, Max. *A Ética protestante e o espírito do capitalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

YOUNG, Iris M. Representação política, identidades e minorias. *Lua Nova*, São Paulo, n. 67, p. 139-190, 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ln/n67/a06n67.pdf>. Acesso em 18 out. 2012.

## ANEXO A

Figura 1 – Interior da Sede estadual da IIGD



Figura 2 – Horário dos cultos

**A PORTA QUE DEUS ABRIU PARA LHE AJUDAR.**

**Igreja Internacional do Espírito da Uíva**

Praça Armando Cruz, n.º 120 - Shopping Tem Tudo  
Madureira - tel. 3390-5501 - 3215-5613

- > Segunda-Feira: **Prosperidade**  
7h, 9h, 12h, 14h, 17h, 19h
- > Terça-Feira: **Perfeito Amor**  
9h, 12h, 14h, 17h, 19h
- > Quarta-Feira: **Sagrada Família**  
6h, 9h, 12h, 14h, 17h, 19h
- > Quinta-Feira: **Causas Impossíveis**  
9h, 12h, 14h, 17h, 19h
- > Sexta-Feira: **Libertação**  
6h, 9h, 12h, 14h, 17h, 19h
- > Sábado:  
8h - 3ª. idade  
9h, 14h e 19h - Sucesso financeiro
- > Domingo: **Encontro com Deus**  
7h, 9h30, 15h, 18h

Prova, e vede que o Senhor é bom; bem aventurado o homem que nele confia. (Salmos 34.8)

Figura 3 – Apoio de R.R. Soares. Material de Campanha.





Figura 4 - PROGRAÇA



**PROGRAÇA**  
DIGITAL

## PROGRAMA DE CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL

### INFORMÁTICA BÁSICA

WINDOWS, OFFICE E INTERNET

### HARDWARE

MONTAGEM E MANUT. DE REDE

### DESIGN GRÁFICO

COREL DRAW E PHOTOSHOP

## HORÁRIOS

### CICLO SEMANAL:

08:00 ÀS 10:30 / 11:00 ÀS 13:30  
14:00 ÀS 16:30 / 19:00 ÀS 21:30

### CICLO SÁBADO

08:00 ÀS 12:00 / 13:00 ÀS 17:00



progracadigital



prograca@hotmail.com

**SHOPPING TEM TUDO - ALA C LJ 39 - MADUREIRA**  
**INFORMAÇÕES: 3217.4846 / 3283.5206**

Figura 5 – Jornal de campanha do dr. Manaia (12 folhas)

(a)

*Por um Rio melhor*

# DR. JORGE MANAIA

O candidato do Missionário R.R. Soares

*A gente chega lá*



**Ficha Limpa agora não é só para políticos**  
Pág. 3

**Jorge Manaia preside CPI e dá à zona oeste Clínica da Família**  
Pág. 3



**Crianças no Carnaval: lei protege menores contra pedofilia**  
Pág. 4



**Manaia aprova lei que promove cobrança justa em estacionamentos**  
Pág. 4

**PROGRAÇA abre portas de emprego para milhares de pessoas**  
Pág. 6

**Manaia impede kit gay em rede pública no Rio**  
Pág. 5



**vereador**

# 12456



Prefeito **Eduardo Paes 15** Coligação **Somos um Rio** [www.jorgemanaia.com.br](http://www.jorgemanaia.com.br)

(b)

vereador
12456

### Querido Amigo

Amigo e irmão,  
Quatro anos se passaram desde que recebi sua confiança e seu voto, que me fizeram ser seu instrumento na Administração Pública do Rio de Janeiro. Com a ajuda de Deus, trabalhei duramente para trazer melhorias a diversos setores de nossa cidade. Destaco minha atuação como presidente na CPI da MICHELIN que deu início a uma obra importantíssima na Zona Oeste, a Clínica de Saúde da Família, a custo zero para o Município. Consegui aprovar dezenove leis que garantiram o bem estar e o respeito ao cidadão carioca. Entre elas, merecem destaque o combate à dengue, a maior segurança em agências bancárias, além de exigir mais moralidade e transparência na Administração Pública. Ao longo de meu mandato também lutei pelo combate e pela prevenção às drogas entre jovens e adolescentes. Defendi nossas crianças ao impedir a exposição desnecessária e gratuita de menores em desfiles de Carnaval, protegendo-as do crime de pedofilia. Estive firmemente na luta pela proibição do kit gay nas escolas municipais, e me posicionei contra projetos que de maneira insidiosa desejam interferir na liberdade religiosa. Meu gabinete, que sempre esteve de portas abertas, recebeu diversas denúncias, que fiz questão de mandar apurar e pelas quais lutei por soluções e respostas. Tenho contribuído para a aprovação de projetos importantíssimos para o crescimento do Rio, em especial para que a cidade tenha condições de sediar a Copa do Mundo e as Olimpíadas. Para que eu possa continuar colaborando efetivamente com o seu voto e com o seu apoio para multiplicá-los para me reeleger. Vamos mostrar o poder do povo de Deus à frente do governo e, assim, conseguiremos tornar a cidade maravilhosa cada dia mais inclinada a receber as bênçãos do nosso Deus.

### Conheça mais do meu trabalho

[www.jorgemanaia.com.br](http://www.jorgemanaia.com.br)

[www.facebook.com/doutorjorgemanaia](http://www.facebook.com/doutorjorgemanaia)

[www.twitter.com/jorgemanaia](http://www.twitter.com/jorgemanaia)

[www.youtube.com/user/drjorgemanaia](http://www.youtube.com/user/drjorgemanaia)

---

### Em apoio a PMERJ e CBMERJ

### Manaia apoia melhores salários para PM e BM

**Expediente Jornal do Vereador Jorge Manaia**  
 CNPJ da campanha: 16.250.699/0001-88  
 CNPJ da gráfica: 03.856.717/0001-28  
 Tiragem: 30 mil

Foto de Carnaval da Capa:  
 Marina Herges - Riotur  
 Contato: (21) 2452-8109

[www.jorgemanaia.com.br](http://www.jorgemanaia.com.br)



(c)



## Sob presidência de Manaia CPI da Michelin entrega Clínica da Família

Os moradores da região da Estrada do Mato Alto, na Zona Oeste do Rio de Janeiro, já comemoram mais uma conquista. É que a região ganhou a Clínica da Família, construída pela empresa fabricante de pneus Michelin. A obra beneficiou cerca de 25 mil pessoas quando teve as portas abertas em novembro de 2012. "Agora sim estamos sendo lembrados! Obrigado ao Vereador Manaia e ao prefeito, pois já estávamos querendo esse benefício há tempos", comemora a dona de casa de 65 anos, Joana dos Santos.

Para o vereador Dr. Manaia, que acompanhou de perto o progresso das obras, a abertura do espaço encerra um ciclo de cobranças e de compromissos assumidos. "Uma sensação de dever cumprido, lembre-me de como foi dura a etapa da CPI. Depois de muitas conversas com a Michelin e a Secretaria de Saúde, finalmente a população do Mato Alto irá ter acesso à Clínica de Saúde da Família", diz Manaia.

Pelo acordo, a empresa de pneus Michelin iria ampliar sua fábrica que já existe na região de Campo Grande. Com isso, crescerá não só a produção, mas também seu lucro. Em troca, o Município pediu que fosse construído um posto de saúde, porém as obras foram finalizadas, e o posto de saúde não estava nem próximo de ser concluído. Diante disto, o vereador Jorge Manaia abriu uma Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar o não cumprimento do



Antes



Em construção

**"Agora sim estamos sendo lembrados! Obrigado ao Vereador Manaia e ao prefeito, pois já estávamos querendo esse benefício há tempos"**



Realidade hoje

acordo, que contou com dez meses de investigação. Segundo moradores, a região é carente de recursos e a clínica veio também para valorizar o local. "Aqui não tínhamos nada, e agora teremos atendimento digno. Agradecemos muito ao Vereador Dr. Jorge Manaia, sempre vamos lembrar dessa iniciativa. Somos gratos", diz a moradora Rosângela Silva, de 35 anos.

## Manaia amplia a ficha limpa para todos os cargos na cidade

A "Lei da Ficha Limpa", de autoria do vereador Dr. Jorge Manaia, entrou em vigor causando transformação na Administração Pública do Município do Rio de Janeiro.

A Lei não permite que pessoas chamadas "fichas sujas" integrem ou permaneçam na condição de servidor, efetivo ou não, tanto na Prefeitura quanto na Câmara Municipal do Rio. Não podemos confundir, entretanto, que essa lei não é para os políticos, porque essa já existe e foi produzida em Brasília para ser aplicada em todo o território nacional. Também não podemos esquecer que o ficha suja não tem nada a ver com dívidas, "fichas sujas" para efeito da minha lei são pessoas que foram condenadas por crimes graves, como abuso do poder econômico ou político ou, ainda, por improbidade administrativa, entre outros casos.

Aqui no Rio a iniciativa do Dr. Manaia, também chamada de "Ficha Limpa Carioca", observa e propaga os valores que resguardam a moral e a ética na vida pública, o que a longo prazo só trará benefícios à sociedade.

# FICHA LIMPA

**Dr. Jorge Manaia**



(d)



## Lei da Dengue evita uma epidemia no Rio



Mesmo com tantas campanhas, todo ano a cidade maravilhosa sofre com epidemias de dengue. A doença provocada pelo mosquito *Aedes Aegypti* não tem preferência entre suas vítimas, atingindo desde bebês até idosos. O vereador Dr. Jorge Manaia, que também é médico, esteve atento à gravidade da situação no Rio de Janeiro e, preocupado com a política de combate do mosquito aprovou a Lei nº 5141/10, que tem como objetivo educar e orientar a população, permitindo um combate mais eficaz da doença na cidade. Para o parlamentar: *"apenas aqueles que não se conscientizarem da importância da saúde coletiva da população poderão vir a ser multados"*.

## Aprovada lei do vereador Dr. Jorge Manaia que promove cobrança justa em estacionamentos

A Câmara do Rio de Janeiro aprovou por 30 votos a dois, o projeto de lei do vereador Dr. Jorge Manaia que cria um banco de créditos para os minutos não utilizados em estacionamentos da cidade. A Lei de Manaia é uma resposta às constantes reclamações da população contra os preços abusivos cobrados pelos estacionamentos.

*"Muita gente reclamava dos abusos nos estacionamentos. As empresas dizem que vão aumentar o custo. Isso é uma ameaça. Estacionamento é um negócio muito lucrativo. E enquanto alegarem que legislar sobre isso*

*não é de nossa competência, as empresas vão fazer o que quiserem"*, explicou Manaia.

Com a medida do vereador, as empresas serão obrigadas a cadastrar os veículos para que as horas não utilizadas virem créditos para os clientes. Por exemplo, se um usuário pagou por duas horas de estacionamento e utilizou apenas uma, esta deve ser transformada em créditos no mesmo local. As empresas que não seguirem a medida poderão ser multadas em até R\$ 30 mil.



## Crianças no Carnaval: iniciativa de Manaia protege menores contra pedofilia

A grande e luxuosa festa de Carnaval na cidade do Rio de Janeiro movimentou o turismo e a economia da cidade, mas também fez triplicar crimes que incluem a violência sexual com menores. Em defesa dessas crianças, o vereador Dr. Jorge Manaia criou e aprovou a Lei nº 5403/12 "Crianças só em alas infantis devidamente vestidas", onde está determinado que a participação de crianças em desfiles de escolas de samba será apenas em alas mirins e com fantasias que não evidenciem nenhuma forma de

erotização. As escolas que não cumprirem a lei poderão ser multadas em até R\$ 30 mil. *"O fato preocupante é o tom libidinoso, e as atitudes libertinas que tomam conta de algumas pessoas nessa época. O fato é que no Carnaval somos bombardeados por ideias e imagens, que apelam para o erotismo e sexualidade. O parlamentar municipal tem sim que legislar para preservar as nossas crianças"*, explica o vereador, que acredita que a lei contribui para diminuir a pedofilia.



(e)

vereador

12456



## Vereadores unidos contra o kit gay em rede pública do Rio

A Câmara Municipal do Rio de Janeiro aprovou o Projeto de Lei nº 1082/11, na qual fica vedada a distribuição, exposição e divulgação de qualquer material didático que contenha orientações sobre a diversidade sexual em instituições de ensino da rede pública da cidade.

O Projeto não objetiva ferir a opção sexual de nenhum cidadão, mas os vereadores entenderam que nenhuma criança, entre 6 e 12 anos, pode receber influências e informações sobre qualquer linha de orientação sexual, seja homoafetiva

ou não, durante o período de formação psicológica e dos valores do ser humano, sendo responsabilidade dos pais escolher o momento em que discutirão sobre o assunto.

O material ainda segue em discussão, caso aprovada caberá ao prefeito da cidade do Rio, Eduardo Paes, sancionar a medida. A primeira batalha foi vencida, agora a presença de vereadores cristãos e que zelem pela palavra na Câmara é primordial para que o povo de Deus venha ter mais uma vitória.



## “Aborto não” diz Dr. Jorge Manaia



Depois das tentativas de aprovação da criminalização da homofobia e da união entre pessoas do mesmo sexo, parlamentares buscam formas de aprovar brechas na Constituição que tornem o aborto legalizado. Porém, a bancada evangélica mostra mais uma vez a sua força impedindo que o direito à vida seja violável.

A lei brasileira prevê atualmente que o aborto seja permitido apenas em dois casos: quando há violência sexual contra a mulher ou quando

a grávida corre risco de vida com a gestação. Com a aprovação do aborto, a interrupção das gestações passa ser considerada opção da mulher em todos os casos, tornando banalizada a criação de um ser humano. Segundo Dr. Jorge Manaia, “a legalização do aborto vai contra um dos mandamentos de Deus - não matarás, além de ser totalmente contra os princípios da família cristã, que é contra a vulgarização das relações sexuais entre os casais”.

## Descriminalização da Maconha Um mal evitável

Pelo bem de nossas crianças, nossos jovens e nossas famílias, nós não queremos a descriminalização da maconha.

A descriminalização da maconha passaria a impressão equivocada de que o consumo de drogas não é perigoso ou arriscado, o que poderá gerar um incremento no número de consumidores, visto que as drogas legalizadas possuem mais consumidores do que as drogas ilícitas.

De igual forma, atormenta a todos o fato de impor às famílias a obrigação de permitir que seus filhos, caso sejam usuários de drogas, a consumam dentro

de casa. Tal atitude enfraquecerá o papel dos pais, como responsáveis pela orientação, educação e formação dos filhos, assim como trará insegurança para dentro da própria unidade familiar.

Manter o consumo proibido ainda é a solução mais adequada à nossa realidade social e econômica, além de ser condizente com o sentimento da maioria.

Certamente, a solução do problema das drogas virá das pesquisas médicas e da prevenção, enquanto a descriminalização poderia gerar problemas muito mais sérios, como uma epidemia de consumo, o que não é desejável. Não é preciso descrim-

inalizar qualquer conduta para que a prevenção e o tratamento sejam aperfeiçoados. Deve-se, enquanto isso, incrementar as ações de redução da oferta, porque quanto menos droga, melhor será a qualidade de vida da família e dos jovens.



[www.jorgemanaia.com.br](http://www.jorgemanaia.com.br)

5

(f)

vereador

12456



## PROGRAÇA é porta de mudança profissional para centenas de pessoas

Graças ao Programa de Capacitação Profissional e Alfabetização Digital, diversas pessoas que antes não tinham profissão ou não estavam bem colocadas no mercado de trabalho passaram a conquistar melhores empregos com os cursos oferecidos. Batizado de PROGRAÇA, o Programa oferece aulas de aperfeiçoamento profissional. A ex-aluna Ruth Moura já colhe os frutos do aprendizado. "Graças a ele, mudei de emprego e trabalho hoje na área de administração", conta.

A iniciativa mantida em parceria com a Prefeitura do Rio de Janeiro. Desde 2011, o Programa tem conquistado um grande interesse da população. Segundo a coordenadora do PROGRAÇA, Vera Lúcia Hemery, a busca pelas aulas é muito grande. "Há alunos de diferentes idades, desde adolescentes até a terceira idade", conta ela.

Entre os cursos oferecidos pela PROGRAÇA está Informática Básica, onde os alunos podem aprender a usar programas como Word, Excel e Power Point. São oferecidos também, cursos de Windows 7 e internet. Ainda há cursos de Montagem e Manutenção de Micros e Redes e de Design Gráfico, com a utilização de programas como Photoshop e Corel



Draw. Com custo gratuito, o PROGRAÇA vem mudando a vida de seus alunos. "O PROGRAÇA me abriu muitas portas", declarou a também ex-aluna Erika Rodrigues, 31 anos.



## Dr. Manaia derruba projeto de lei que proibia eventos religiosos na orla do Rio

Manaia impediu a aprovação do Projeto de Lei nº 1694/08, cujo objetivo era proibir a realização de eventos religiosos nas praias do Rio de Janeiro. Como álibi, alegavam os autores do projeto, razões de proteção ambiental, mas na verdade era uma afronta à liberdade religiosa.

## Quem apoia Dr. Manaia

### foi o vereador mais votado no Conselho de Ética da Câmara

O Vereador Jorge Manaia faz parte do Conselho de Ética da Câmara Municipal do Rio de Janeiro. Em reunião interna, os vereadores deram 7 votos, é o membro mais votado do conselho.



"Conto com você para votarmos juntos no candidato do R.R. Soares, o Dr. Jorge Manaia. Eu apoio!"  
**Cantor Felipe**



"Vote certo e consciente. Dr. Jorge Manaia é homem de Deus. Meu amigo e que representa o povo da melhor maneira. Ele é presente e acessível a todos. Um homem de Deus faz a diferença à frente do governo!"  
**Cantor Fabiano Motta**



"Dr. Jorge Manaia tem cumprido o seu papel lutando para a liberdade religiosa. É importante respeitarmos a liberdade religiosa e não sofreremos mais com a minha família se reeleja e cede o cargo."  
**Pr. Rogério**



(g)



## Vereador Dr. Jorge Manaia votou a favor

**Destaque aos projetos de lei que contaram com o apoio de Manaia:**



Da lei que permitiu a revitalização da zona portuária do Porto Maravilha



Pela regulamentação e redução da carga horária dos profissionais de enfermagem, sem redução do salário

Lei que prioriza a concessão da permissão para taxistas que, comprovadamente, tiverem mais tempo no exercício efetivo continuado e ininterrupto. Também normatiza e cria condições para outras concessões

A instalação obrigatória de ao menos um brinquedo que atenda as crianças portadoras de necessidades especiais, em parques, creches e escolas do Município do Rio de Janeiro



Cartão Família Carioca como complemento da iniciativa federal do Bolsa Família



Lei que criou o PROCON-RIO, o órgão responsável pela resolução de denúncias e auxílio aos consumidores em toda cidade do Rio de Janeiro



Lei que institui o Bilhete Único Municipal na cidade do Rio de Janeiro



A favor na votação pelos funcionários públicos municipais aposentados

Da liberação da construção e instalação de templos religiosos no bairro da Gávea, cuja proibição era iminente

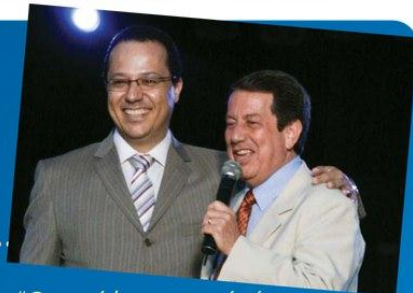
Pelo tombamento definitivo dos trabalhadores ambulantes do Mercado Popular da Tijuca



Manaia recebeu uma missão, que ele de maneira árdua, trabalhando e ajudar pessoas de todas as portanto colocamos pessoas que palavra de Deus no poder, para não is tarde. Ele tem o meu voto e da Contamos com todos para que ele continue seu belo trabalho"  
**Postigo**



"A Bíblia diz que quando o ímpio governa, o povo sofre. Por isso eu acredito que quem conhece a palavra respeita o próximo e a população. Vote Dr. Jorge Manaia, um homem de Deus"  
**Pr. Jayme de Amorim**



"O que é bom para nós é o que tem a mesma fé que a nossa em Jesus. É meu amigo, e vai representar o povo de Deus no governo. Vote Dr. Jorge Manaia!"  
**R.R. Soares**

(h)

**vereador** 12456 

## Em favor do Rio de Janeiro, Manaia teve 19 leis aprovadas:



**Lei do Estacionamento**

Medida visa tornar mais justa a cobrança em estacionamentos da cidade. Minutos não usados viram crédito para a próxima parada. (Nº 5.504/2012)

**Lei pela postura correta em sala de aula**

Institui campanha na rede pública de ensino municipal para adotar posturas corretas ao sentar em salas de aula, com objetivo de proteger crianças e adolescentes de futuros problemas na coluna vertebral. (Nº 5.081/2011)



**Lei "Exercita Rio"**

Promover a consciência dos cidadãos sobre os benefícios de atividades esportivas no combate do sedentarismo. (Nº 5.320/2009)

**Lei da exumação gratuita**

Famílias necessitadas, com renda igual ou inferior a dois salários mínimos, estão isentas de pagar pela exumação dos restos mortais de seus entes queridos. (Nº 5.120/2009)



**Lei da Dengue**

A Medida educativa visa conscientizar a população da importância do combate ao mosquito da Dengue. Na reincidência, os donos dos imóveis podem ser multados. (Nº 5.141/2010)



**Lei pela doação de órgãos**

Fica declarada a campanha de doações de órgãos, tecidos e sangue permanentemente em escolas de ensino fundamental no município do Rio de Janeiro. (Nº 5.097/2009)

**Lei que institui o Programa de Renda: Cartão Família Carioca**

Benefício complementar ao 'Bolsa Família' do Governo Federal, que tem objetivo de melhorar a qualidade de vida das famílias que vivem em situação de pobreza e extrema pobreza. (Nº 5.358/2011)



**Lei Ficha Limpa**

Lei que impede "fichas sujas" de ocuparem cargos públicos na cidade do Rio de Janeiro. (LC nº 113/11)

**Lei de sinalização de igrejas**

Lei traz a sinalização de igrejas em placas ao longo da cidade do Rio de Janeiro. (nº 5433/12)



**Lei para coibir "saidinha de banco"**

Iniciativa para garantir a segurança em bancos instalando divisórias e dando privacidade aos usuários tentando das um basta no crime conhecido como saidinha de banco. (Nº 5280/11)

**Lei que incentiva a reciclagem e auxilia a criação de empregos e geração de rendas**

Medida institui o descarte dos resíduos residenciais de óleo comestível e gordura vegetal hidrogenada em garrafas pet com tampa ou recipientes similares, com intuito de preservar o meio ambiente. (Nº 5.142/2010)



**Lei de amparo a 'Minha Casa, Minha Vida'**

Lei amplia o benefício do programa "Minha Casa, Minha Vida" para as famílias que foram desalojadas em ações da Prefeitura. (Nº 5.256/2011)



**Lei de melhoria na educação**

Lei que torna obrigatória a divulgação de notas no IDEB e avaliação global da rede de ensino pública municipal. (Nº 5456/12)



**Lei 'Criança Só Em Alas Infantis e Devidamente Vestidas'**

Lei que protege menores de exposição gratuita durante o período de Carnaval, com objetivo de diminuir crimes de pedofilia. (Nº 5403/12)



(i)

vereador

12456

**Lei de identificação do pescado**

Estabelecimentos de comércio de peixes, frutos do mar e semelhantes devem obrigatoriamente usar fotos dos produtos inteiros e particionados para que clientes possam identificá-los no ato da compra. (Nº 49/2011)

**Lei de sinalização de portas de vidro**

Cria sinalização nas vitrines e portas de vidro evitando acidentes com ferimentos e até mortes de crianças, adultos e idosos. (Nº 5.119/2009)

**Lei pela realização do 'Teste do Coraçãozinho'**

Passa a ser obrigatória a realização do "Teste do Coraçãozinho" em recém nascidos como objetivo de detectar problemas cardíacos. (Nº 5.423/2012)

**Lei do 'Dia da Conscientização da Cardiopatia Congênita'**

Cria a data de conscientização da cardiopatia congênita no calendário de eventos do município, a ser realizado no dia 12 de junho, para alertar a doença que causa anormalidade na estrutura do coração. (Nº 5.268/2010)

**Lei que regulamenta o transporte de botijões de gás**

Regulamenta o transporte de botijões de gás e demais produtos inflamáveis em via do município do Rio de Janeiro. (Nº 5.077/2009)

**Mania defende o aumento das horas de viagem no Bilhete Único Municipal**

Os usuários do Bilhete Único Municipal que faziam verdadeiras corridas até seu local de trabalho agora podem ficar mais calmos. Com a iniciativa de Dr. Jorge Maniaia, o projeto de lei nº 768/2012 estende de duas para três horas o tempo de viagem de trabalhadores. Para Maniaia, a emenda é a garantia de que usuários que moram em regiões mais afastadas possam ter mais tranquilidade ao seguirem, sem precisar pagar por outra passagem.

**CONTRA A INJUSTIÇA EM DEFESA DO****RIO****Petróleo é nosso: Dr. Jorge Maniaia vestiu a camisa contra a covardia com Rio**

Em novembro de 2011, o vereador Dr. Jorge Maniaia apoiou a manifestação contra a emenda que planeja a distribuição dos royalties do petróleo do Rio de Janeiro. A concentração na Candelária, Centro da cidade, levou milhares de pessoas que deram seu recado ao Congresso Nacional. Para Maniaia, a ação mostrou que os cariocas querem respeito com o Estado, com a população e acima de tudo com a Constituição Brasileira. "Espero que essa mobilização mostre ao restante do país que essa usurpação, este roubo de recursos que está acontecendo à revelia da população do Rio de Janeiro. A população resolve, finalmente, se manifestar em peso, lutar pelos seus direitos. Nada será conseguido sem participação maciça da população", explicou Maniaia.

**CONTRA AS DROGAS****PAPO RETO tem alertado jovens do perigo das drogas**

PAPO RETO é o projeto do médico e vereador Dr. Jorge Maniaia que busca alertar os jovens cariocas sobre as ameaças das drogas. O programa já visitou escolas e igrejas com ciclos de palestras que falam abertamente sobre as substâncias sintéticas ou naturais que trazem danos ao corpo humano. As palestras fazem sucesso entre os jovens e cerca de 80 unidades de ensino já solicitaram participação no projeto. "As crianças são muito espertas e tudo que falamos entra na cabeça de cada uma. Eles são uma espécie de alto-falante, que pode alcançar outras pessoas. Cada vez mais alunos podem dizer com segurança e conhecimento 'Não às drogas!' Estamos plantando a semente Fé na Prevenção", explica Maniaia.

(j)

vereador

12456



## Projetos de Lei

### Contratação imediata para aprovados em concursos da Saúde

Projeto prevê a utilização do Banco de Concursados do município para contratação imediata de aprovados e dos que estão na fila de espera para serem chamados, evitando assim a longa espera desses profissionais.

#### Mais Conforto ao Consumidor



É necessário tornar lei a obrigação de instalação de pontos de descanso em shoppings. Em alguns, esta comodidade só existe nas praças de alimentação.

#### Reciclagem da 'Guimba' do Cigarro

Sugere a instalação de lixeiras de reciclagem de filtros de cigarro. Assim, esse material poderá ser aproveitado em adubos, papel reciclado e material para encostas.



#### Proibição do indecente banheiro Holandês

Combater os indivíduos que fazem suas necessidades fisiológicas nas ruas é uma medida que apoiamos, pela limpeza e preservação dos valores morais. Porém, não concordamos com a colocação de banheiros químicos que expõem por completo o usuário, como é o caso do holandês.

#### Medida para evitar doenças em caso de epidemia como o da gripe aviária



Estabelecimentos que servem refeições passam a ser obrigados a manter a higiene no intuito de evitar a proliferação de doenças infectocontagiosas.

#### Facas só em Embalagens Seguras



Proíbe a livre exposição de objetos cortantes. Essa medida reduz, refreia e até elimina o uso indevido, o livre manuseio por qualquer pessoa.

#### Túneis terão novo Esquema para Fechamento para Evitar Novas Tragédias

Projeto para cidade do Rio de Janeiro, onde túneis só poderão ser fechados mediante normas e placas de aviso antecipados no acesso dos mesmos.

#### Equipamentos Inteligentes em Ambientes de Uso Comum



A utilização de torneiras, mictórios e descargas com acionamento inteligente, que dispensam o contato manual, favorecem a economia de água, a higiene e ajudam a saúde.

#### Obesidade Zero



Fica instituída a campanha permanente "Obesidade Zero", que orienta sobre alimentação balanceada nas escolas de Ensino Fundamental do Município.

## Apoio



### Dr. Jorge Manaia na briga pela menor jornada de trabalho na enfermagem

O projeto aprovado e que teve o apoio do Dr. Manaia, também criou 487 novas vagas para enfermeiros e regulamentou a função de técnico de enfermagem, função essa que não existia no quadro funcional da Rede Municipal de Saúde.

"Há mais de 20 anos sou da área da saúde; a luta dessa classe é a minha luta. Fico feliz com essa conquista", disse o Dr. Manaia.



(1)

vereador

12456



## GALERIA AO MÉRITO



Diretora Célia Tavares, e E. M. Paula Fonseca

Em matéria publicada na revista VEJA, duas escolas públicas do Rio de Janeiro mostraram que apesar das adversidades, é possível atingir metas e alcançar objetivos na rede pública de ensino. Em "Trincheiras de bom ensino", as escolas municipais Paula Fonseca, localizada na comunidade Jorge Turco, e a escola Pablo Neruda, na região Oeste da cidade, foram consideradas destaques em meio às áreas muito pobres e de altos índices de violência.

Segundo a matéria, as duas instituições de ensino fazem parte do seleto grupo de 2% de instituições públicas brasileiras que obtiveram as melhores notas no último Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb). O vereador Dr. Jorge Maniaia considerou "uma aula de cidadania" o desenvolvimento das escolas e concedeu a Medalha Pedro Ernesto às diretoras Maria Joséza, da escola municipal Pablo Neruda, e Célia Tavares, da escola Paula Fonseca.



Diretora Maria Joséza (Jô), do CIEP Pablo Neruda

Em cerimônia realizada na Câmara Municipal do Rio, Maniaia honrou a ONG Pequenos Corações com a entrega do Conjunto de Medalhas Pedro Ernesto, pelo trabalho desenvolvido na assistência às crianças com cardiopatia congênita, uma anormalidade na estrutura ou função do coração, que surge nas primeiras oito semanas de gestação.



Diretora da ONG Márcia Adriana Saia Rebordões



Da esquerda para direita o coronel PM Alberto Alves Borges (Diretor Geral de Saúde da PM) ao lado Coronel PM Carlos Milagres Pereira (Chefe do Estado Maior da Corporação), e o Dr. Jorge Maniaia, autor da comenda que foi entregue ao Hospital da PM, pelo reconhecimento do trabalho dos seus membros, pois tem sido de fundamental importância para todos que se utilizam de suas instalações.

### Medalha e moções marcam trabalho do BOPE no Rio

O Batalhão de Operações Policiais Especiais (BOPE) recebeu em abril de 2011, das mãos do vereador Dr. Jorge Maniaia, a medalha Pedro Ernesto. Capitão-Médico da reserva da Polícia Militar do Rio de Janeiro, o vereador honrou os colegas com a mais importante homenagem feita pela Câmara, que é oferecida para quem se destaca na comunidade. O comandante da corporação, o Coronel Wilman René discursou sobre o orgulho e a importância do dever cumprido, além de assegurar que o Dr. Jorge Maniaia é "amigo pessoal do BOPE e de todos os

militares". "Os bravos militares são motivo de muito orgulho, pois lutaram pela liberdade dos moradores do maior complexo comunitário do Rio de Janeiro", exaltou Dr. Maniaia. O evento aconteceu na sede da instituição localizada em Laranjeiras, na Zona Sul do Rio. Durante a solenidade, Maniaia também entregou 400 moções aos policiais militares do BOPE que participaram durante a ocupação do Conjunto de Favelas do Morro do Alemão em 2010, e da tragédia da Região Serrana no início de 2011.



(m)

Por um Rio melhor

**DR. JORGE MANAIA**

O candidato do Missionário R.R. Soares

*A gente chega lá*

vereador

**12456**

PDT

Pr. Jayme de Amorim

Pr. Rogério Postigo

Pr. Amauri Barbosa

Pr. Ivan Rosa

Pr. Francisco Guisarra

Pr. Ednilson Lima

Pr. Paulo Sérgio

Pr. Luís Guilherme

Prefeito **Eduardo Paes 15**

Coligação **Somos um Rio**

[www.jorgemanaia.com.br](http://www.jorgemanaia.com.br)



Figura 6 – Imagens do show do cantor Thalles







Figura 7 – Grupo de Louvor atuando no Ministério Jovem



Figura 8 – Formatura de um grupo de estudantes do AGRADE



Figura 9 – Visita do Dr. Manaia à Catedral Presbiteriana





## ANEXO B - Registro iconográfico do trabalho de campo

Figura 1 - Material de campanha



Figura 2 – Fachada do local onde são ministrados os cursos da PROGRAÇA.



Figura 3 – Campanha em Campo Grande, com a presença de Pastores da Igreja



Fonte: página pessoal do Facebook do Dr. Manaia)

Figura 4 – Visita à uma comunidade em Madureira. Material de Campanha com o candidato Eduardo Paes.



Fonte: página pessoal do Facebook do Dr. Manaia)



Figura 5 – Campanha em Madureira



Fonte: página pessoal do Facebook do Dr. Manaia

Figura 6 – Fiéis abençoando a candidatura do Dr. Manaia



Fonte: página pessoal do Facebook do Dr. Manaia



Figura 7 – Campanha em uma IIGD



Fonte: página pessoal do Facebook do Dr. Manaia

Figura 8 – Benção do Pastor Rogério Postigo



Fonte: página pessoal do Facebook do Dr. Manaia

Figura 9 – Dr. Manaia recebendo orações dos fiéis



Fonte: página pessoal do Facebook do Dr. Manaia

Figura 10 – Recado do Pastor Anderson em sua página pessoal no Facebook



Fonte: página pessoal do Facebook do Pr. Anderson



Figura 11 – Campanha no Parque de Madureira



Fonte: página pessoal do Facebook do Dr. Manaia

Figura 12 – Pastor Wilker e algumas interlocutoras



Fonte: Acervo pessoal

Figura 13 – Fachada da IIGD de Madureira



Fonte: Acervo pessoal